

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS – PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES – CACOAL
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE DIREITO**

FRANCISDEISE SUAVE SANTOS

**O RISCO PATRIMONIAL NA SOCIEDADE DE CONSUMO: A
VULNERABILIDADE DO CONSUMIDOR COM DEFICIÊNCIA DE
ACORDO COM A LEI Nº 13.146 DE 06 DE JULHO DE 2015**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
MONOGRAFIA**

**Cacoal - RO
2017**

FRANCISDEISE SUAVE SANTOS

**O RISCO PATRIMONIAL NA SOCIEDADE DE CONSUMO: A
VULNERABILIDADE DO CONSUMIDOR COM DEFICIÊNCIA DE
ACORDO COM A LEI Nº 13.146 DE 06 DE JULHO DE 2015**

Monografia apresentada à Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR – *Campus* Prof.^o Francisco Gonçalves Quiles – Cacoal, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Direito, elaborada sob a orientação da professora M.^a Daeane Zulian Dorst.

Cacoal - RO
2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Fundação Universidade Federal de Rondônia
Gerada automaticamente mediante informações fornecidas pelo(a) autor(a)

S237r Santos, Francisdeise Suave.

O risco patrimonial na sociedade de consumo: a vulnerabilidade do consumidor com deficiência de acordo com a Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015 / Francisdeise Suave Santos. -- Cacoal, RO, 2017.

72 f.

Orientador(a): Prof.^a Ma. Daeane Zulian Dorst

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Fundação Universidade Federal de Rondônia

1.dignidade da pessoa humana. 2.pessoa com deficiência. 3.risco patrimonial. I. Dorst, Daeane Zulian. II. Título.

CDU 347.451.031

**O RISCO PATRIMONIAL NA SOCIEDADE DE CONSUMO: A
VULNERABILIDADE DO CONSUMIDOR COM DEFICIÊNCIA DE
ACORDO COM A LEI Nº 13.146 DE 06 DE JULHO DE 2015**

Por

FRANCISDEISE SUAVE SANTOS

Professor M.^a Daeane Zulian Dorst – UNIR – Presidente

Professor M.e. Bruno M. Caixeiro - UNIR – Membro

Professor M.e. Silvério dos Santos Oliveira - UNIR - Membro

Conceito: 8,2

Cacoal, 12 de dezembro de 2017.

Dedico este trabalho aos meus amados pais, Filosvaldo e Deidris pela educação, incentivo aos estudos e a determinação de fazer de mim uma pessoa de princípios e valores.

À minha persistência, que me fez chegar ao êxito desta longa jornada.

Aos meus queridos irmãos Eliana, Moacir e Carlos Vinícius e demais familiares por vibrarem com minhas vitórias.

Ao meu filho Mateus, a melhor conquista da minha vida!

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus por seu amor e cuidado infinitos, sua presença constante na minha vida dando sabedoria e discernimento nos momentos de dúvida, medo e alegria e por permitir ter mais essa conquista.

A minha orientadora, Professora M.^a Daeane Zulian Dorst, pelo aceite, pela paciência, pela disponibilidade em transmitir seus conhecimentos, pelo encorajamento diante das dificuldades e pela amizade adquirida durante os anos de estudos e na finalização desta etapa.

Aos meus amigos de classe: Adriano Cardoso Primo, Aécio D. C. Ignácio, Avelino M. de C. Filho, Carlos Henrique da S. Levy, Diogo A. Brod, Fabio V. Matos, Klinger G. do Carmo, Jacson Clênio da S. Araújo, Josué V. Salina, por me deixarem fazer parte do grupo mais “ÉTICO” de todos os tempos deste *campus*, a Rayssa Lopes, Juliane H. Vatanabe e Michelli A. Pavani por longas conversas, lágrimas e risadas, e aos demais que fizeram desses cinco anos uma experiência agradável de convivência, aprendizado e superação além, de toda compreensão que tiveram comigo durante o curso.

A todo o corpo docente da UNIR - Cacoal por realizar com afinco seu trabalho de formação tanto profissionais como também pessoas de senso crítico apurado, de forma a buscar o verdadeiro Direito

Por isso mesmo, empenhem-se para acrescentar à sua fé a virtude; à virtude o conhecimento; ao conhecimento o domínio próprio; ao domínio próprio a perseverança; à perseverança a piedade; à piedade a fraternidade; e à fraternidade o amor.

(BÍBLIA SAGRADA, 2 Pedro 1:5-7).

RESUMO

O presente estudo tem como enfoque uma análise sobre o risco patrimonial na sociedade de consumo, apontando as questões concernentes a vulnerabilidade do consumidor com deficiência de acordo com os novos preceitos da Lei Nº 13.146 de 06 de julho de 2015. Em razão da evolução do Direito, das modificações dos aparatos legais e da criação de novas ferramentas, exige-se uma nova postura interpretativa sobre princípios constitucionais relacionados à dignidade da pessoa humana que possuem grau de elevada supremacia na ordem interpretativa do direito no país, submetendo também a vulnerabilidade do consumidor com deficiência frente a seu novo comportamento consumerista e a possibilidade de perda patrimonial a uma nova perspectiva jurídica. Trata-se, fundamentalmente, de contextualizar a proteção da pessoa com deficiência no ordenamento jurídico nacional e internacional; relacionar as implicações da emancipação frente aos princípios consumeristas de vulnerabilidade e hipossuficiência; e identificar eventuais riscos patrimoniais, em especial nas relações de consumo, a que está sujeita a pessoa com deficiência. Em suma busca-se por meio do método hipotético dedutivo analisar o paradigma de jurisdição constitucional e específica na concretização e efetivação do direito do deficiente, sua relação com o Código de Defesa do Consumidor (CDC) e as alterações proporcionadas pelo Estatuto do Deficiente Físico no Brasil

Palavras-chave: Dignidade da pessoa humana. Pessoa com Deficiência. Risco Patrimonial.

ABSTRACT

The present study focuses on an analysis of the patrimonial risk in the consumer society, pointing out the issues concerning the vulnerability of the disabled consumer in accordance with the new provisions of Law No. 13.146 of July 6, 2015. Due to the evolution of the Law, of the modifications of the legal apparatuses and of the creation of new tools, new interpretative position is required on constitutional principles related to the dignity of the human being that have degree of supremacy in the interpretative order of the Right in the Country, also subjecting the vulnerability of the consumer deficient front to its new consumerist behavior and the possibility of patrimonial loss to a new legal perspective. The main aim is to contextualize the protection of persons with disabilities in national and international legal systems; to relate the implications of emancipation against the consumerist principles of vulnerability and hyposufficiency; and to identify possible patrimonial risks, especially in the relations of consumption, to which the disabled person is subject. In sum, it is sought through the hypothetical deductive method to analyze the paradigm of constitutional and specific jurisdiction in the implementation and enforcement of the rights of the disabled, its relationship with the Consumer Protection Code (CPC) and the changes provided by the Disability Statute in Brazil

Key-words: Dignity of human person. Disabled Person. Patrimonial Risk.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 UMA LEITURA HISTÓRICA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	13
2 AS LEIS NO TEMPO EM DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	23
3 AS ALTERAÇÕES OPERADAS NA LEI 13.146 DE 6 DE JULHO DE 2015 - ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E SEUS REFLEXOS NA TEORIA DAS INCAPACIDADES.....	37
4 O RISCO PATRIMONIAL NA SOCIEDADE DE CONSUMO E A VULNERABILIDADE DO CONSUMIDOR DEFICIENTE	46
4.1 SOCIEDADE DE CONSUMO.....	50
4.2 O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E A VULNERABILIDADE DA SOCIEDADE	50
4.3 A PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O RISCO PATRIMONIAL.....	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS.....	65

INTRODUÇÃO

Ante a evolução do Direito, exige-se uma nova postura interpretativa sobre princípios constitucionais relacionados à dignidade da pessoa humana que possuem grau de elevada supremacia na ordem interpretativa do direito no país. Este estudo tem como objetivo analisar os efeitos da emancipação das pessoas com deficiência sob a ótica da relação de consumerista, verificando se há risco patrimonial na sociedade de consumo, no que se refere a vulnerabilidade do consumidor com deficiência de acordo com a lei Nº 13.146 de 06 de julho de 2015.

A Constituição da República de 1988 ancora-se na tutela da pessoa humana e de sua dignidade, pautando-se pela inclusão e respeito à diversidade. Assim, tutela-se o vulnerável, tal como a criança, o adolescente ou o idoso, em virtude de suas necessidades especiais, mas sem desconsiderar a sua singularidade.

Neste contexto de inclusão social e de tutela das situações jurídicas existenciais é publicado o Estatuto da Pessoa com Deficiência, fundamentado nos preceitos da Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, incorporada ao direito brasileiro pela promulgação pelo Decreto Executivo 6.949/09.

A norma estatutária define a pessoa com deficiência como sendo “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2015). Esses sujeitos possuem direito à igualdade de oportunidades e não podem sofrer nenhuma discriminação (art. 4º), além de terem assegurado o exercício de sua capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas (art. 84).

Entretanto, a emancipação proporcionada pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência enseja inúmeras discussões no campo consumerista, em especial

quanto ao seu caráter pedagógico positivo ou negativo, pois a título de exemplo, a concessão da capacidade plena à pessoa com deficiência dá ensejo que responda diretamente pelos danos que causar, sem que a indenização continue no tipo subsidiário, conforme assentado outrora na conjunção entre os artigos 932 e 928 do CC/2002, inclusive com necessário arrimo ao patrimônio mínimo na modalidade do parágrafo único do último dispositivo.

Assim, diante das discussões postas entre os juristas, muitos com posições antagônicas, em especial quanto ao seu efetivo benefício aos vulneráveis e aos riscos patrimoniais a que estão sujeitas as pessoas com deficiência, evidencia-se a importância acadêmica, jurídica e social dessa pesquisa, a fim de se identificar, a partir de uma análise hermenêutica do ordenamento jurídico e das posições doutrinárias, se a emancipação da pessoa com deficiência promove proteção (in) suficiente na sociedade de consumo a partir do diálogo estabelecido entre o Estatuto da Pessoa com Deficiência e o Código de Defesa do Consumidor.

Diante disso, busca-se realizar num primeiro momento, uma leitura da história da pessoa com deficiência. Trata-se ainda de delimitar o presente estudo na evolução histórica sobre o passado e o presente das pessoas com deficiência, ressaltando a proteção legal delas dentro do paradigma jurídico, desse modo, é imprescindível se citar a tempos remotos da antiguidade, esclarecendo todo um contexto social, metafísico, biológico, até se chegar nos preceitos protecionista/assistencialista, inclusive e atualmente independente da pessoa deficiente.

Posteriormente, buscar-se-á traçar um panorama das leis no tempo em defesa dos direitos da pessoa com deficiência. Dentre as quais se destacam: a primeira delas é a Lei 10.048, de 11 de agosto de 2000; a segunda, o Estatuto da acessibilidade ou Lei 10.098, de 19 de dezembro também de 2000, regulamentadas pelo Decreto 5.296 de 02 de dezembro de 2004. Além disso, foi criada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, e a Declaração Universal dos Direitos da Criança, de 1959, a Resolução da ONU nº 37/52, de 03 de dezembro de 1982, na Assembléia das Nações Unidas com a aprovação do Programa de Ação Mundial para as Pessoas Portadoras de Deficiência em seguida, a Convenção Interamericana para Eliminação de todas as formas de Discriminação Contra as Pessoas Com Deficiência, através do Decreto Nº 3.956 de 08 de outubro de 2001. A Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), conforme acordo com a

Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas (ONU). Ocorreu a criação da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, conhecida como "PACTO DE SAN JOSÉ DA COSTA RICA", vigente a partir de 18 de julho de 1978.

O capítulo seguinte procura evidenciar as alterações operadas na lei 13.146 de 06 de julho de 2015 - estatuto da pessoa com deficiência e seus reflexos na teoria das incapacidades. É importante enfatizar, que o principal objetivo dessa lei é concretizar o reconhecimento quanto ao valor e o princípio da dignidade da pessoa humana, pois a partir da lei supramencionada esses valores e princípios tiveram maior ênfase. Consequentemente, esses indivíduos são sujeitos de direitos, mas estão suscetíveis de adquirir direitos e contrair obrigações. Portanto, a personalidade jurídica é essencial ao reconhecimento da pessoa de direitos consagrando-a na legislação civil e nos direitos constitucionais de vida, liberdade e igualdade, no entanto até o ano de 2015, era garantido o direito da pessoa com deficiência ter um curador para concretizar a compra e venda em seu nome, podendo ainda, tomar algumas decisões em seu nome, já que esta era considerada incapaz.

Por fim, pontuaram-se as questões inerentes ao risco patrimonial na sociedade de consumo e a vulnerabilidade do consumidor com deficiência, tendo em vista, que os aparatos doutrinários têm como finalidade protegê-las, devido as suas naturais deficiências, decorrentes em geral da idade, da saúde e do desenvolvimento mental e intelectual, desse modo, a lei não lhes permite o exercício pessoal de direitos, consequentemente, exige que sejam representados ou assistidos nos atos jurídicos em geral. Portanto, o CDC além de procurar proteger os assuntos que abrangem valores, se fundamenta também na busca pela dignidade da pessoa humana, já que muitas vezes não são respeitados pelas empresas como devem ser.

1 UMA LEITURA HISTÓRICA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Para se compreender a evolução histórica da proteção legal das pessoas com deficiência, é necessário se reportar a tempos remotos da antiguidade, esclarecendo todo um contexto social, metafísico e biológico, até se chegar nos preceitos protecionista/assistencialista inclusivo e atualmente independente da pessoa deficiente. Quanto aos aspectos e conceitos sobre a deficiência física, é fundamental mencionar que:

A existência de indivíduos que nascem ou adquirem algum tipo de limitação durante a vida – anomalias físicas ou mentais, deformações congênitas, amputações traumáticas, doenças graves e de consequências incapacitantes, etc. – é tão antiga quanto a própria existência humana. Ao longo dos séculos, o tratamento dado a esses grupos nas diversas civilizações deve ser compreendido de acordo com o contexto da época, no qual muitas vezes prevalecem crenças, superstições, preconceitos e até mesmo a falta de visão do próprio deficiente como um ser integrante da sociedade.

Existem registros que fazem referência às pessoas com deficiência já no Período Neolítico, quando foram encontrados desenhos nas cavernas que mostravam pessoas com deficiência. Também datam desse período urnas que continham ossos de pessoas adultas com aparente deformidade, o que sugere que esses indivíduos sobreviviam por muitos anos (FREIRE, 2015, p. 44)

Na Esparta todas as crianças eram levadas a um Conselho, isso ocorria independentemente se fossem deficientes ou não, pois quando tinham algum tipo de deficiência eram mortas, já que a crença da população era que essa seria a melhor forma de acabar com o sofrimento desses indivíduos, é o que se pode observar no texto abaixo:

Na Grécia Antiga, o tratamento dado aos deficientes apresentava formas distintas nas duas principais cidades-estados: Esparta e Atenas. Em Esparta, onde predominava o militarismo, havia um número considerável de deficientes devido às mutilações frequentes de soldados durante as guerras. Também havia casos de civis que adquiriam alguma deformidade resultante de doenças ou de acidentes. Em ambos os casos, as pessoas tinham o direito de permanecerem vivas. Entretanto, crianças que nasciam com alguma deficiência não tinham a mesma sorte.

De acordo com registros históricos, quando uma criança nascia o pai era obrigado a apresentá-la ao Conselho dos Espartanos, independentemente de ser deficiente ou não. Se o Conselho avaliasse que a criança era normal a devolvia para a família, e quando a mesma completasse sete anos era entregue ao Estado que se encarregava de sua educação. Já as crianças que nasciam com algum tipo de deficiência ficavam sob a tutela do Conselho, que as levavam para um abismo perto da cidade de Esparta,

denominado *Apothetai*, no qual eram lançadas para a morte. O argumento defendido era que essa prática era a melhor alternativa para a criança e para o desenvolvimento da república, uma vez que a formação de guerreiros consistia na base da sociedade espartana, e as mulheres deveriam estar em condições perfeitas para a procriação (FREIRE, 2015, p. 45).

De acordo com Freire (2015), na Idade Antiga os principais povos de que se têm o histórico concernente às questões das pessoas com deficiência são dos egípcios, dos hebreus, dos gregos e dos romanos. Contudo, no Egito Antigo papiros sobre os exercícios da medicina apontam para a existência de tratamentos para patologias que geravam deficiências. No entanto, por meio de exames de múmias embalsamadas pela paleopatologia foi possível evidenciar que as enfermidades graves faziam parte do cotidiano do povo egípcio, desse modo, é importante mencionar que a infecção dos olhos normalmente levava à cegueira, devido à falta de tratamento.

Porém, os médicos egípcios acreditavam que as deficiências físicas e os problemas mentais eram causados por forças demoníacas ou eram pecados de vidas anteriores, portanto não tinham como ser curados, a não ser pela fé através da intervenção divina. Indubitavelmente, devido à manutenção das múmias por muitos anos, tornou-se plausível o estudo dos corpos dos faraós e dos nobres, e desse modo observou-se que alguns exibiam distrofias e limitações físicas. Mas a crença do povo hebreu levava-os a acreditar que as deficiências e deformidades eram sinal de impureza ou de pecado. Contudo, os defeitos físicos eram vistos também como pessoas incapacitadas para exercer o sacerdócio e para a oferta de sacrifícios (FREIRE, 2015).

Na perspectiva histórica da deficiência, a pessoa considerada deficiente não era considerada pela sociedade como ser digno/humano e, sendo assim, apontada como defeituosa era abandonada até a morte ou usada para pedir esmolas. Já em outro momento da história a deficiência passou a ter percepção religiosa e caracterizada ideologicamente como sinais da ira de Deus. Seguindo os preceitos históricos, a Bíblia Sagrada no livro de Levítico, capítulo 21, versículos 17 a 23 aborda que:

Diga a Aarão: Nenhum de seus descendentes, nas futuras gerações, se tiver algum defeito corporal, poderá oferecer o alimento do seu Deus. Não poderá apresentar-se ninguém defeituoso, que seja cego, coxo, atrofiado, deformado, que tenha perna ou braço fraturado, que seja corcunda, anão,

que tenha defeito nos olhos ou catarata, que tenha pragas pustulentas, ou que seja eunuco. Nenhum dos descendentes do sacerdote Aarão se apresente, com algum defeito, para apresentar ofertas queimadas a Javé. Tem defeito e, por isso, não se apresentará para oferecer o alimento do seu Deus. Ele poderá comer das porções sagradas e santíssimas, mas não ultrapassará o véu, nem se aproximará do altar: ele tem defeito corporal, e não deverá profanar as minhas coisas sagradas, porque eu sou Javé, que as santifico (ALMEIDA, 2017).

Contudo, após a ascensão dos ideais cristãos, levando a crença de que todos os seres humanos eram criaturas de Deus e desta forma, possuidoras de alma, estas não poderiam ser mais executadas, e agora estavam ignoradas a própria sorte e a espera de caridade humana (OLIVEIRA, 2010).

Diante de tal circunstância, foram criados pela igreja, primeiramente hospitais e asilos de caridade que prestavam abrigo, proteção e educação. Vale ressaltar que dentro deste contexto histórico inicia-se a ideologia de organização social perante as necessidades das pessoas com deficiência, no entanto ainda possuía caráter de “exclusão social” (FERNANDES; SCHLESENER; MOSQUERA, 2011).

Segundo Mazzotta (2005), a própria religião adjudica ao homem a imagem e semelhança de Deus, portanto, um ser perfeito, adicionando-se a imagem da condição humana, que compreende a perfeição física e mental. Por conseguinte, não sendo “semelhantes a Deus”, os deficientes ou imperfeitos, os quais eram postos à mercê dos seres humanos e considerados culpados pela sua própria deficiência. Esse tipo de situação ocorreu num longo período de tempo até o surgimento dos hospitais e asilos de caridade, que tinham como principal objetivo acolher, proteger e educar, mas essas instituições acabavam abdicando seu direito a convivência com a sociedade.

Já, a partir do advento da ciência moderna e suas descobertas, relacionando as deficiências como sendo causadas por fatores naturais e não por fatores espirituais, mudou-se o paradigma científico e social da origem da deficiência e consequentemente sua forma de tratamento (OLIVEIRA, 2010).

A partir da Revolução Industrial, no século XVIII, as anomalias genéticas, a epidemias, e as guerras deixaram de ser as causas únicas de deficiência, devido às condições precárias de trabalho, os acidentes de trabalho deram origem a acidentes mutiladores e doenças ocupacionais, ensejando a criação do Direito do Trabalho e de um sistema de seguridade social (FONSECA, 2000).

Entretanto, no que se refere à prática das políticas públicas quanto à efetivação dos direitos dos indivíduos com deficiência física, foi no Império Romano

a partir do nascimento do cristianismo que a realidade dessas pessoas começou a ter novos rumos devido à criação de hospitais exclusivos para os cuidados com esses indivíduos, conforme assevera Gugel (2007), dizendo que foi após esse período que surgiu a doutrina da caridade e do amor para com esses indivíduos. Consequentemente, a Igreja buscou arguir, dentre outras práticas, o assassinato das crianças nascidas com deficiência. No entanto, foi somente a partir do século IV que surgiram os primeiros hospitais de caridade que resguardavam os indigentes e os deficientes.

No entanto, em cada momento da história a deficiência é percebida de forma diferenciada pela sociedade, dependendo da cultura, crença e acesso as informações. No que refere a isso Silva (1987, p. 22), menciona que há muitos anos a deficiência é retratada da seguinte forma:

Na Era Neolítica, vasos e urnas foram sendo decorados das mais variadas maneiras e com os mais incríveis motivos. Foram encontrados em alguns desses vasos ou urnas homens com evidentes sinais de deformidades de natureza permanente, sendo algumas delas consequentes de malformações congênitas: corcundas, coxos, anões e amputados. Isso nos indica que desde épocas as mais remotas as deficiências e mesmo as deformidades de nascimento ou adquiridas por traumatismos e doenças já eram um verdadeiro flagelo da humanidade.

Fernandes, Schlesener e Mosquera (2011, p. 136), asseveram “É importante ressaltar que, a partir da Revolução Industrial iniciada no século XVIII e caracterizada pela passagem da manufatura à indústria mecânica, a questão da habilitação e da reabilitação da pessoa com deficiência para o trabalho ganhou força”.

A cultura, portanto, está inserida no processo evolutivo do homem; ela faz parte de um mesmo procedimento que se desenvolve do sistema mais simples (orgânico) para o mais complexo (social), baseado em ideias estimuladoras das ações. Isso garante a sobrevivência da espécie que envolve a produção, o consumo, o mundo do trabalho, além da transformação do modo de existência onde se insere a sociedade e suas relações humanas (FERNANDES; SCHLESENER; MOSQUERA, 2011). Entretanto, atualmente a sociedade tem sido “[...] marcada por profundas e intensas desigualdades entre as pessoas. Pessoas estas que, por vários motivos são impedidas de se autodeterminarem. Estas são as chamadas minorias ou pessoas vulneráveis, que se encontram desprivilegiadas na sociedade” (SEGALLA; MARTA, 2013, p. 01).

Quanto ao contexto histórico relacionado a pessoa com deficiência Silva (2012), leciona que o termo “pessoa portadora de deficiência” não é a forma apropriada de se referir às pessoas que tem algum tipo de limitação física no que diz respeito a integração social desses indivíduos.

Freire (2015), menciona que até meados do século XX, para se referir ao indivíduo com deficiência era comum o emprego das expressões “incapaz” e “incapacitado”. Inicialmente, esses termos denotavam a pessoa sem capacidade, porém no decorrer do tempo passou-se a definir um indivíduo com aptidão afetada. Entretanto, o pensamento da sociedade era de que todo e qualquer tipo de deficiência extinguiu ou reduzia a habilidade do indivíduo em todos os campos (tanto físico, como psicológico, também profissional, além do contexto social, etc.). Todavia, esse termo foi visto como um progresso, tendo em vista que a sociedade começava a entender que a pessoa com deficiência pode sim ter alguma capacidade.

Ainda, em relação aos termos utilizados para se dirigir aos indivíduos com deficiência, foram realizados alguns movimentos para modificar o termo “pessoas portadoras de deficiência” para “pessoa com deficiência”, assim sendo, Freire (2015, p. 32) assegura que:

Nessa linha, foi instituído o termo “pessoas portadoras de deficiência”, utilizado somente em países de língua portuguesa, sendo adotado no texto da Constituição Federal de 1988 e na legislação brasileira. Depois esse termo foi reduzido para “portadores de deficiência”, fazendo com que a palavra “pessoa” mais uma vez fosse esquecida. Já nos anos 90 surge o termo “pessoas portadoras de necessidades especiais”, que inicialmente veio substituir a expressão anterior, mas que depois passou a ter significado próprio e uso mais frequente na área da educação.

A denominação mais utilizada internacionalmente para designar esse grupo específico é “pessoa com deficiência”. Esse termo vem sendo utilizado no Brasil desde o ano 2000, quando ocorreu o evento chamado “Encontrão”, em Recife, no qual os movimentos pró-deficiência solicitaram que a sociedade passasse a adotar essa expressão, por ser considerada a mais adequada, já que não esconde a existência de uma restrição e nem dá a entender que a deficiência é algo desvinculado da pessoa

Porém, no Brasil ainda faltava pôr em prática as discussões internacionais a respeito do assunto deficiência. No entanto, o ponto de vista sobre este contexto assistencial era a de que a institucionalização aparentava um custo para o sistema que buscava a autonomia e a produtividade. Uma vez que, nesse ponto importante, é necessário ainda, atender os direitos humanos, de maneira especial os da minoria.

Anselmo e Voltolin (2010, p. 116), lecionam que “Em 13 de dezembro de 2006, a adoção da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas revigorou a busca pela sedimentação e pela concretização da inclusão social das pessoas com deficiência”. Destarte, alguns conceitos e os termos pertinentes a deficiência física, é importante dizer, que eles foram sendo transformados no decorrer dos anos, *in verbis*:

Entre os anos 60 e 80 surgem as expressões “defeituosos”, “deficientes” e “excepcionais”. Esses termos enfatizavam a deficiência em si e destacavam que essas pessoas não conseguiam realizar as atividades cotidianas da mesma forma que as demais. O termo “excepcional” era utilizado para definir um indivíduo com deficiência intelectual, entretanto esse termo se tornou inapropriado, pois as pessoas com altas habilidades (superdotadas) também são consideradas excepcionais. Percebe-se que até essa época as pessoas com deficiência eram designadas apenas por sua condição física, sensorial ou intelectual, que se sobressaía à sua condição humana. Essa situação começa a mudar a partir dos anos 80, quando passa a ser utilizado o termo “pessoa deficiente”. O termo “deficiente” deixa então de ser substantivo para se tornar adjetivo da palavra “pessoa”. Essa mudança tem um grande significado, pois pela primeira vez é atribuído o valor “pessoa” àqueles com alguma limitação, tornando-os assim iguais em direito e dignidade em relação ao restante da sociedade. Posteriormente, o termo “pessoa deficiente” foi contestado pelas organizações de pessoas com deficiência, que argumentavam que esse termo dava a ideia de a pessoa ser inteiramente deficiente, quando na verdade a deficiência está apenas em uma parte específica do corpo (FREIRE, 2015, p. 31).

Nesse contexto relacionado às pessoas com deficiência, a Convenção Interamericana para Eliminação de todas as formas de Discriminação Contra as Pessoas Com Deficiência, por meio do Decreto Nº 3.956, de 08 de outubro de 2001, estabelece no artigo 1º, termo I, que: “O termo deficiência significa uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social” (BRASIL, 2001).

Além disso, a mesma Convenção, diz que “[...] a deficiência em algo transitório ou permanente, visto que antes o conceito de deficiência era somente algo físico e permanente, começamos a mudar o conceito do termo deficiente” (BRASIL, 2012, p. 01). Os autores Bernardi e Lazar (2013, p. 107), destacam que:

[...] o Decreto nº 3.298/99 - que substituiu o Decreto nº 914/93 -, deu nova regulamentação à Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Em seu art. 6º, III, se prevê como diretriz, dentre outras, incluir a pessoa portadora de deficiência, *respeitadas suas peculiaridades*, em todas as iniciativas governamentais relacionadas à

educação, à saúde, à edificação pública, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à habitação, à cultura, ao esporte e ao lazer.

Quanto aos princípios atinentes a história do ser humano em relação aos indivíduos com deficiências, é indubitável mencionar que estes carregavam a imagem de astigmatismo do corpo e da mente. Contudo, tal imagem evidenciava a imperfeição humana (LARAIA, 2009). Diante do exposto anteriormente, cabe destacar que algumas das modificações concernentes ao termo deficiência ficam evidentes no texto a seguir:

Em 2006 a expressão “pessoa com deficiência” é oficialmente reconhecida pela Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência e passa a ser adotada por todos os países signatários. Existem sete razões apontadas pelos movimentos de pessoas com deficiência para terem escolhido utilizar essa nomenclatura.

1. Não esconder ou camuflar a deficiência;
2. Não aceitar o consolo da falsa ideia de que todo mundo tem deficiência;
3. Mostrar com dignidade a realidade da deficiência;
4. Valorizar as diferenças e necessidades decorrentes da deficiência;
5. Combater neologismos que tentam diluir as diferenças, tais como “pessoas com capacidades especiais”, “pessoas com eficiências diferentes”, etc.;
6. Defender a igualdade entre as pessoas com deficiência e as demais pessoas em termos de direitos e dignidade, o que exige a equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência atendendo às diferenças individuais e necessidades especiais, que não devem ser ignoradas;
7. Identificar nas diferenças todos os direitos que lhes são pertinentes e a partir daí encontrar medidas específicas para o Estado e a sociedade diminuïrem ou eliminarem as “restrições de participação” (dificuldades ou incapacidades causadas pelos ambientes humano e físico contra as pessoas com deficiência) (FREIRE, 2015, p. 33).

Entretanto, a mesma autora preceitua também que:

Embora o termo “pessoa com deficiência” seja a definição amplamente utilizada, os teóricos do modelo social de deficiência preferem adotar a palavra “deficiente”, pois entendem que essa expressão define a identidade do indivíduo, da mesma forma que os estudos sobre raça e etnia adotam o termo “negro”, ao invés de “pessoa de cor”. Para esses estudiosos, quando se fala “pessoa com deficiência”, dá a entender que a deficiência é propriedade do indivíduo e não da sociedade, ao passo que “deficiente” mostra a deficiência atrelada à identidade da pessoa (FREIRE, 2015, p. 33).

Após a cientificidade da deficiência, as entidades obtiveram além de caracteres de caridade, também a perspectiva de tratamento das deficiências ou melhora das condições de vida possíveis. Ainda não se falava em inclusão, simplesmente houve uma nova visão sobre a origem das deficiências, no entanto, a

maior parte da população não tinha acesso a essas informações e logo a exclusão social permanecia no comportamento social.

Entretanto, na busca por melhores condições de vida para as pessoas com deficiência, tem se buscado com muita veemência estabelecer a inclusão social em todos os aspectos, mas ainda são encontradas barreiras dentro da sociedade, assim sendo, Fernandes, Schlesener e Mosquera (2011), enfatizam que não acontecerá a inclusão dos indivíduos com deficiência enquanto a sociedade não tiver a consciência da seriedade da ação inclusiva. Consequentemente, o paradigma de inclusão coloca a necessidade de não só o indivíduo deficiente mudar e se adaptar à sociedade (integração), como também da sociedade ter uma nova visão a esse respeito e promover as adaptações para o processo do desenvolvimento dessa pessoa e do seu reajuste da realidade social para a vida deste na sociedade (inclusão).

Nesses moldes, assevera que é indispensável assegurar e promover os direitos do indivíduo com deficiência, já que:

Não é suficiente ser cidadão tão somente no sentido de participar da vida política do nosso país, exercendo plenamente os direitos políticos ativos e passivos. Há necessidade, também, de que sejam fornecidos meios para que todos exerçam efetivamente os direitos fundamentais da pessoa humana (FARIA, 2012, p. 119).

De acordo com Fernandes, Schlesener e Mosquera (2011), com todo esse descaso em relação às pessoas com deficiência, no ano de 1726 foram utilizadas as chamadas “rodas de expostos”, onde as crianças eram deixadas e as religiosas as acolhiam, dando-lhes alimentação, educação e todos os cuidados que necessitassem. Mas, segundo Jannuzzi (2004, p. 09), no Brasil, também existe episódios de crianças com deficiência que foram “[...] abandonadas em lugares assediados por bichos que muitas vezes as mutilavam ou matavam”.

No Brasil, o imperador Dom Pedro II a partir de 1854, criou instituições educacionais para os deficientes físicos, reiterando a prática européia, com o mesmo fundamento de caridade e assistencialismo, isso significa dizer que os cuidados prestados se davam por meio de doações, sem nenhuma prestação política, mantendo as pessoas com deficiência como dependentes. Já após a Proclamação da República muitos profissionais voltaram a Europa com o intuito de

modernizar o atendimento e reconhecer os direitos destas pessoas (OLIVEIRA, 2010).

Segundo Fernandes, Schlesener e Mosquera (2011), a trajetória dos indivíduos com deficiência é assinalada através de preconceitos e lutas em busca do direito à cidadania, isso ocorreu e ocorre conforme cada cultura arraigada dentro das sociedades. Mas, a origem do termo cultura se refere ao termo latino *colere* que significa cultivar, habitar. No entanto, da mesma forma como gera e evolui a cultura, isso delibera os aspectos relacionados ao processo da educação de um povo. Consequentemente, é importante frisar que a cultura e educação estão associadas. Destarte, é indispensável ter entendimento quanto a importância das mudanças sociais.

Porém, foi a partir do século XX que o paradigma de institucionalização começou a ser questionado por estudiosos e pelos próprios deficientes, essas pessoas já lutavam em prol da defesa dos direitos humanos, pautados também em estudos que mostravam a ineficácia e a ineficiência da institucionalização sob a ótica da preparação ou recuperação das pessoas com deficiência para o convívio em sociedade (ARANHA, 2008, *apud*, OLIVEIRA, 2010).

Portanto, no século XX, os indivíduos com deficiências começaram a ser considerados cidadãos com seus direitos e deveres de participação na sociedade; no entanto, ainda numa abordagem assistencial. Com o surgimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos, iniciam-se os primeiros movimentos organizados por familiares desses indivíduos. Esses movimentos eram norteados pelas críticas à discriminação.

No Brasil ainda faltava pôr em prática as discussões internacionais sobre o assunto deficiência. Entretanto, o enfoque dado para este contexto assistencial era a de que a institucionalização representava um custo para o sistema que, por sua vez, tinha o interesse no discurso da autonomia e da produtividade. Este também deveria atender os direitos humanos, principalmente os da minoria (FERNANDES; SCHLESENER; MOSQUERA, 2011, p.139).

Em análise temporal, as pessoas com deficiência têm dificuldades em aceitação/compreensão da sociedade desde a antiguidade, pensamento esse que só foi alterado após eventos científicos que promoveram outra forma de interpretação de sua origem. Mas, foi no transcurso da Idade Moderna que abrolharam novas ideias atinentes às mudanças que marcaram o humanismo, no que se refere a isso Kassir (1999, p.4), pronuncia que foi no decorrer dessa época

que “[...] houve uma grande população de pobres, mendigos e indivíduos com deficiência, que se reuniam para mendigar”.

Nada obstante, essa sociedade de valores e princípios rígidos ainda são resistentes em seus pensamentos e condutas para a aceitação da diversidade humana, sendo necessário um fenômeno potencial de danos sociais, como uma guerra, para que direitos que hoje são inerentes à vontade, pudesse ser apreciada legalmente por uma parcela de indivíduos que sempre foram distintos à apreciação de políticas sociais. Desse modo, é fundamental mencionar que a deficiência precisa ser vista como algo que se estabelece apenas como uma diferença da característica humana, pois “A pluralidade é a condição da ação humana pelo fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir” (ARENDT, 2001, p. 16).

Porém, a Declaração Universal dos Direitos Humanos veio como um divisor de águas, pois além de prever os cuidados devidos por parte do Estado, os familiares, esses uns dos principais atores sociais na vida de uma pessoa deficiente, que até então eram seus únicos representantes, tomaram ciência de que havia possibilidade de melhoria de qualidade de vida, de assistência social, de criação de programas sociais inclusivos, da proteção e exigência de direitos.

2 AS LEIS NO TEMPO EM DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

De acordo com Anselmo e Voltolin (2010), sempre foi necessária a atuação jurídica na defesa da pessoa com deficiência na sociedade, porém foi a partir do ano de 1.981 que tomou uma dimensão maior, desse modo, foi criado um importante instrumento, a declaração pela Organização das Nações Unidas o Ano Internacional dos Portadores de Deficiência.

Até esse momento, o tratamento jurídico dirigido ao indivíduo com deficiência era o mesmo a ser empregado com às demais pessoas, por exemplo, temos os dois instrumentos que é a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, e a Declaração Universal dos Direitos da Criança, de 1959. Mas, no ano de 1982, através da Resolução da ONU nº 37/52, de 03 de dezembro de 1982, a Assembleia das Nações Unidas aprovou o Programa de Ação Mundial para as Pessoas Portadoras de Deficiência, esse programa tem por finalidade afiançar a equidade de oportunidades e de participação essenciais às demais pessoas, os objetivos, *in verbis*:

1. A finalidade do Programa de Ação Mundial referente às Pessoas Deficientes é promover medidas eficazes para a prevenção da deficiência e para a reabilitação e a realização dos objetivos de "igualdade" e "participação plena" das pessoas deficientes na vida social e no desenvolvimento. Isto significa oportunidades iguais às de toda a população e uma participação eqüitativa na melhoria das condições de vida resultante do desenvolvimento social e econômico. Estes princípios devem ser aplicados com o mesmo alcance e a mesma urgência em todos os países, independentemente do seu nível de desenvolvimento (ONU, 1982).

A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, também denominado Estatuto da pessoa com deficiência, traz à baila no artigo 1º que fica estabelecido o Estatuto da Pessoa com Deficiência, embasado na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da ONU e seu Protocolo Facultativo, sancionados na forma do inciso 3º, artigo 5º da Constituição de 1988, que tem como proposta o estabelecimento das diretrizes e normas gerais, bem como os discernimentos básicos para afiançar, promover e proteger o exercício pleno e em condições de igualdade de todos os direitos humanos e liberdades essenciais pelas pessoas com

deficiência, tendo como enfoque a sua inclusão social e cidadania plena e efetiva (BRASIL, 2015).

Além disso, quanto a pessoa com deficiência e o reconhecimento dos seus direitos, o Estatuto da pessoa com deficiência, institui no artigo 2º que são conceituadas como pessoas com deficiência aquelas que têm dificuldades de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diferentes obstáculos, podem atravancar seu conhecimento pleno e efetivo na sociedade em equidade de condições com as demais pessoas. Mas, o artigo 3º diz respeito ao reconhecimento dos direitos de que versa esta Lei, serão avaliadas as deficiências que ocasionem dificuldades nas funções ou na estrutura do corpo, remanescentes às habilidades comunicativas, mentais, intelectuais, sensoriais ou motoras (BRASIL, 2015).

Introduzindo no constitucionalismo social, os direitos fundamentais de segunda geração (direitos sociais, culturais e econômicos, bem como os direitos coletivos), desenvolveram-se concomitantemente ao princípio da igualdade.

O princípio da igualdade foi conduzido para fora da esfera abstrata, provocando uma crise frente a igualdade jurídica, uma igualdade perante a lei, mas agora ela promove uma igualdade feita pela lei, uma igualdade desenvolvida através da lei (BONAVIDES, 1998).

Destarte, abriu-se entendimento a realidade social, a valoração da coletividade, seus conflitos e anseios e assim vinculando atos normativos por parte do Estado que essa demanda jurídica fosse prestada de forma adequada.

Quanto a criação das ferramentas legais, Anselmo e Voltolin (2010, p. 120), menciona que “As leis de que trata o artigo 244 são federais. A primeira delas é a Lei 10.048, de 11 de agosto de 2000; a segunda, tida como o *Estatuto da acessibilidade*, é a Lei 10.098, de 19 de dezembro do mesmo ano (2000). Ambas foram regulamentadas pelo Decreto 5.296, de 2 de dezembro de 2004”.

De acordo com os autores Bastos e Martins (1998, p. 155), “[...] as leis federais citadas não excluem a competência dos Estados e Municípios de disciplinarem a questão da acessibilidade, pois, como estipula o inciso II, do artigo 23, da Constituição Federal, 23 a competência legislativa lhes é comum”.

O direito pode ser designado como um conjunto de normas e princípios que regem a vida em sociedade de forma a evitar ou dirimir conflitos, é variável conforme

o povo e a época. A característica mutável do direito é palpável quando se fala em “direito da pessoa com deficiência”.

Freire (2015) destaca que é fundamental que seja realizada a correta conceituação para a deficiência de forma particularizada para que não se cometa nenhum tipo de equívoco, pois isso prejudicaria o deficiente, principalmente, quando for procurar uma vaga de trabalho e até mesmo a efetivação de outros direitos estabelecidos nos instrumentos legais, pois o adequado enquadramento impede que o indivíduo seja considerado incapacitado para algumas atividades, além de impedir, ao menos em tese, que se capacite uma pessoa que deveria ser avaliado como deficiente.

Isso porque com a análise histórica pode-se perceber que estes não eram reconhecidos pela sociedade, enquanto hoje perante a sociedade moderna e principalmente pelas características do Direito Brasileiro, são apresentados e classificados segundo interpretação analítica interpretativa como direitos fundamentais. No entanto, no que diz respeito ao princípio da dignidade humana, Barroso (2009, p. 252), assevera que esta “[...] representa a superação da intolerância, da discriminação, da exclusão social, da violência, da incapacidade de aceitar o outro, o diferente, na plenitude de sua liberdade de ser, pensar e criar”.

Mesmo com os avanços das leis e dos eventos organizados que asseguram os direitos das pessoas com deficiência, acredita-se que muitos não têm esse conhecimento. É o que preconiza a Resolução da ONU nº 37/52, de 03 de dezembro de 1982, a qual evidencia que devido às deficiências mentais, físicas ou sensoriais, existem no mundo aproximadamente 500 milhões de indivíduos com deficiência, às quais se devem reconhecer os mesmos direitos e consequentemente, dar oportunidades iguais às demais pessoas. Tendo em vista, que muito frequentemente, esses indivíduos são forçados a viver em condições de desvantagem, em decorrência das barreiras físicas e sociais que persistem em existir na sociedade, impedindo-os de participação integral onde estão inseridos. Como resultado disso, milhões de crianças e adultos, permanecem no mundo inteiro, vivendo de forma caracterizada pela segregação e pela degradação (ONU, 1982).

No entanto, como toda evolução social tem registros e fundamentos pautados por perspectivas internacionais, o direito da pessoa com deficiência não se difere dos demais, sendo que, sua abordagem jurídica inicial se deu num momento

histórico fundamental para humanidade, com o fim da II Guerra Mundial e a Declaração Universal dos Direitos Humanos pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948. Quando se aborda o contexto histórico e das políticas públicas atinentes, a autora enfatiza que:

[...] foram criadas várias leis para a proteção do trabalhador com deficiência, entre elas a Lei de Cotas, que obriga as empresas que possuem a partir de 100 operários a reservar uma porcentagem de vagas para os deficientes. Mesmo com a regulamentação dessas leis, o Censo do IBGE de 2010 aponta que, dos mais de 190 milhões de pessoas existentes no Brasil, mais de 45 milhões de brasileiros (24% da população) possuem algum tipo de deficiência. Destes, cerca de 44 milhões estão economicamente ativos e somente 20.365 milhões encontram-se ocupadas, significando que mais da metade da população com deficiência está fora do mercado de trabalho. No âmbito regional, não é diferente. O Amazonas possui 790.647 pessoas com deficiência, significando 23,2% da população, sendo que somente 394.755 fazem parte da população ocupada (FREIRE, 2015, p.17).

Diante do exposto anteriormente, cabe destacar que agregado a essa falta de conhecimento está a falta da aceitação e inserção dos indivíduos com deficiência na sociedade de forma integralizada, pois somente a partir de 1981 que se passou a ter uma maior integração dessas pessoas, através dos aparatos jurídicos, assim sendo, Anselmo e Voltolin (2010, p. 116), dizem que “A necessidade jurídica de incluir na sociedade a pessoa com deficiência começou a ganhar evidência a partir do ano de 1981, declarado pela Organização das Nações Unidas o *Ano Internacional dos Portadores de Deficiência*”.

São muitas as previsões legais Declaração Universal dos Direitos Humanos pela Organização das Nações Unidas (ONU) de 1948 que incitam a igualdade de direitos entre os seres humanos como nos respectivos artigos:

Artigo 1º Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. [...].

Artigo 2º Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação. [...].

Artigo 6º Todos os indivíduos têm direito ao reconhecimento, em todos os lugares, da sua personalidade jurídica (grifo nosso) (UNIC, 2009).

Este é considerado um documento de inestimável valor histórico e humanitário que culminou em diversos dispositivos legais internacionais e nacionais

posteriormente, com o intuito de assegurar a igualdade entre os seres humanos estabelecer condições sob as quais a justiça, o respeito e às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes de direito internacional possam ser mantidos, de modo a promover o progresso social e melhores condições de vida. Além disso, vale destacar também que quanto aos termos inventariados a inclusão da pessoa com deficiência deve-se aludir que:

[...] processo de ajuste mútuo, onde cabe à pessoa com deficiência manifestar-se com relação a seus desejos e necessidades e à sociedade, a implementação dos ajustes e providências necessárias que a ela possibilitem o acesso e a convivência no espaço comum, não segregado (ARANHA, 2001, p.19).

É a partir desses artigos, a gênese da defesa da igualdade entre os seres humanos na contemporaneidade, igualdade essa que vem com as necessidades e dificuldades encontradas pelas pessoas deficientes que se viam sujeitos a caridade e desamparados pela perspectiva política e jurídica do Estado. Porém, Assis e Pozzoli (2005. p. 63), asseveram que “[...] as leis antigas demonstram que a ação dos governos em relação às pessoas portadoras de deficiência articulava-se na linha da política de extermínio”.

De forma coadjuvante a Declaração Universal dos Direitos humanos, em 1969 foi realizado a Convenção Americana de Direitos Humanos, conhecido também como o Pacto San Jose da Costa Rica e ratificado pelo Brasil em 1992. O Pacto compreende o ideal de garantir um regime de liberdade pessoal e justiça social, fundamentados no respeito aos direitos essenciais do homem, como descreve em seu próprio preâmbulo (BRASIL, 1992).

Em seu capítulo primeiro faz a descrição dos deveres dos Estados e dos direitos protegidos, previsão essa que vincula os Estados- partes a preservarem e se adequarem as previsões do dispositivo sub escrito.

Artigo 1º - Obrigação de respeitar os direitos

1. Os Estados-partes nesta Convenção comprometem-se a respeitar os direitos e liberdades nela reconhecidos e a garantir seu livre e pleno exercício a toda pessoa que esteja sujeita à sua jurisdição, sem discriminação alguma, por motivo de raça, cor, sexo, idioma, religião, opiniões políticas ou de qualquer outra natureza, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição social.

2. Para efeitos desta Convenção, pessoa é todo ser humano.

Artigo 2º - Dever de adotar disposições de direito interno

Se o exercício dos direitos e liberdades mencionados no artigo 1 ainda não estiver garantido por disposições legislativas ou de outra natureza, os Estados-partes comprometem-se a adotar, de acordo com as suas normas constitucionais e com as disposições desta Convenção, as medidas legislativas ou de outra natureza que forem necessárias para tornar efetivos tais direitos e liberdades (BRASIL, 1992).

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM, 2017) traz à baila as Regras Gerais sobre a Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiências Adotadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas na sua resolução 48/96, de 20 de Dezembro de 1993, constituída como um dos documentos de fundamento internacional que firmaram compromisso no sentido de adotar medidas destinadas a garantir a igualdade de oportunidades para as pessoas e, como objeto de estudo deste trabalho, as pessoas com deficiências para a realização da plena participação e da igualdade em sociedade como:

As Regras Gerais sobre a Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiências foram elaboradas tendo por base a experiência adquirida durante a Década das Nações Unidas para as Pessoas com Deficiências (1983-1992). O fundamento político e moral destas regras encontra-se na Carta Internacional dos Direitos Humanos, que compreende a Declaração Universal dos Direitos do Homem, o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, na Convenção sobre os Direitos da Criança e na Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, bem como no Programa de Ação Mundial relativo às Pessoas com Deficiências (CDHM, 2017, p. 04).

De forma complementar, pode-se verificar em matéria mais específica a Resolução sobre as regras gerais da Igualdade de Oportunidades das Pessoas com Deficiência; Declaração sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; Programa de Ação Mundial sobre as Pessoas com Deficiência, Declaração de Viena e Programa de Ação, Declaração de Salamanca, as quais estão arroladas pelo Instituto Nacional de Reabilitação (INR, 2014).

Diante da globalização, das invocações jurídicas trazidas pela proclamação de um Estado dito como Democrático de Direito, responsabilidades perante a comunidade internacional são inerentes aos Estados-partes, sendo que para o Brasil resguardar dos direitos fundamentais da dignidade da pessoa humana e seus desdobramentos tornou-se característica constitucional.

[...] em um momento marcado pela crescente 'justicialização' ou 'jurisdicionalização' do Direito Internacional dos Direitos Humanos, bem

como pela intensa adesão do Brasil ao sistema normativo internacional de proteção dos direitos humanos (com destaque ao reconhecimento da jurisdição da Corte Interamericana em 1998), impõe-se à cultura jurídica o desafio de criar, desenvolver e aprofundar a doutrina nacional voltada à matéria 12 (MIRANDA, 2009, p. 27, *apud*, PIOVESAN, 2000).

Diante da promulgação da Emenda Constitucional 45/2004, art. 1º inciso 3º, os tratados relativos aos direitos humanos passaram a ser equiparados às normas constitucionais, devendo ser aprovados em dois turnos, por pelo menos três quintos dos votos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal (BRASIL, 2004).

Entretanto é fundamental a constitucionalização através da atuação dos três Poderes, principalmente devido as suas relações, tendo em vista que:

A ideia de constitucionalização do Direito aqui explorada está associada a um efeito expansivo das normas constitucionais, cujo conteúdo material e axiológico se irradia, com força normativa, por todo o sistema jurídico. Os valores, os fins públicos e os comportamentos contemplados nos princípios e regras da Constituição passam a condicionar a validade e o sentido de todas as normas do direito infraconstitucional. Como intuitivo, a constitucionalização repercute sobre a atuação dos três Poderes, inclusive e notadamente nas suas relações com os particulares. Porém, mais original ainda: repercute, também, nas relações entre particulares. Veja-se como este processo, combinado com outras noções tradicionais, interfere com as esferas acima referidas.

Relativamente ao Legislativo, a constitucionalização (i) limita sua discricionariedade ou liberdade de conformação na elaboração das leis em geral e (II) impõe-lhe determinados deveres de atuação para realização de direitos e programas constitucionais. No tocante à Administração Pública, além de igualmente (i) limitar-lhe a discricionariedade e (ii) impor a ela deveres de atuação, ainda (iii) fornece fundamento de validade para a prática de atos de aplicação direta e imediata da Constituição, independentemente da interposição do legislador ordinário. Quanto ao Poder Judiciário, (i) serve de parâmetro para o controle de constitucionalidade por ele desempenhado (incidental e por ação direta), bem como (ii) condiciona a interpretação de todas as normas do sistema. Por fim, para os particulares, estabelece limitações à sua autonomia da vontade, em domínios como a liberdade de contratar ou o uso da propriedade privada, subordinando-a a valores constitucionais e ao respeito a direitos fundamentais (BARROSO, 2005, p. 12-13).

O caráter normativo da Constituição Federal de 1988 frente a proteção dos direitos fundamentais é o que rege a formação/criação das leis infraconstitucionais de caráter específico público ou privado, sendo que as mesmas se tornam subordinadas a estes preceitos.

Ou seja, a medula axiológica em matéria de direitos sociais com base constitucional, estão voltadas indubitavelmente para o princípio da igualdade, se

moldando como o direito-chave, o direito- guardião do Estado social (BONAVIDES, 1998).

Diante de uma jornada histórica pela evolução da sociedade e suas leis, a pessoa com deficiência se encontra hoje frente a um novo paradigma proposto pelo ordenamento jurídico brasileiro.

Nessa perspectiva, a Lei número 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, vinculada com base na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, em conformidade com o procedimento previsto no parágrafo 3º do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015).

A Resolução da ONU nº 37/52, de 03 de dezembro de 1982, no que se refere ao Programa de Ação Mundial para as Pessoas Deficientes, traz na sua abordagem histórica que:

3. A análise da situação das pessoas deficientes deve ser realizada no contexto de diferentes níveis de desenvolvimento econômico e social e de diferentes culturas. Não obstante, em toda parte, a responsabilidade fundamental de sanar as condições que levam ao aparecimento de deficiências, e de fazer frente às consequências das deficiências recai sobre os governos. Isso não diminui a responsabilidade da sociedade em geral, nem dos indivíduos e organizações. Os governos devem ser os primeiros a despertar a consciência da população quanto aos benefícios que seriam alcançados com a inclusão das pessoas deficientes em todas as esferas da vida social, econômica e política. Os governos devem cuidar também para que as pessoas que se encontram em situação de dependência devido a deficiências graves tenham oportunidade de alcançar níveis de vida iguais aos dos seus concidadãos. As organizações não-governamentais podem prestar assistência aos governos de várias maneiras, formulando as necessidades, sugerindo soluções adequadas ou oferecendo serviços complementares àqueles fornecidos pelos governos. O acesso de todos os setores da população aos recursos financeiros e materiais, sem esquecer as zonas rurais nos países em desenvolvimento, seria de grande importância para as pessoas deficientes, uma vez que poderia se traduzir por um aumento dos serviços comunitários e pela melhoria das oportunidades econômicas (ONU, 1982).

Em complemento ao Programa de Ação da ONU, a Resolução nº 37/52 de 1982, dá ênfase também à Igualdade de Oportunidades para as pessoas com deficiência, assim sendo cabe destacar que:

Para se alcançar os objetivos de "igualdade" e "participação plena", não bastam medidas de reabilitação voltadas para o indivíduo portador de deficiência. A experiência tem demonstrado que, em grande medida, é o meio que determina o efeito de uma deficiência ou de uma incapacidade sobre a vida cotidiana da pessoa. A pessoa vê-se relegada à invalidez quando lhe são negadas as oportunidades de que dispõe, em geral, a comunidade, e que são necessárias aos aspectos fundamentais da vida, inclusive a vida familiar, a educação, o trabalho, a habitação, a segurança econômica e pessoal, a participação em grupos sociais e políticos, as atividades religiosas, os relacionamentos afetivos e sexuais, o acesso às instalações públicas, a liberdade de movimentação e o estilo geral da vida diária.

Algumas vezes, as sociedades cuidam somente das pessoas que estão em plena posse de todas as suas faculdades físicas e mentais. As sociedades devem reconhecer que, por mais esforços que se façam em matéria de prevenção, sempre haverá um número de pessoas deficientes e de pessoas incapacitadas, devendo-se identificar e eliminar os obstáculos à participação plena. Assim, quando for pedagogicamente factível, o ensino deve ser realizado dentro do sistema escolar normal, o trabalho deve ser proporcionado em emprego aberto, facilitando-se a habitação da mesma forma que para a população em geral. Todos os governos devem procurar fazer com que todos os benefícios obtidos graças aos programas de desenvolvimento cheguem também aos cidadãos deficientes. No processo de planejamento geral e na estrutura administrativa de todas as sociedades deveriam ser incorporadas medidas nesse sentido. Os serviços especiais de que podem necessitar as pessoas deficientes deverão ser, sempre que possível, parte dos serviços gerais de um país.

Quanto as questões concernentes a Participação das Pessoas Portadoras de Deficiência na Adoção de Decisões, a Resolução da ONU nº 37/52 de 1982, aponta em seu texto que:

Os Estados Membros devem incrementar a sua assistência às organizações de pessoas deficientes, ajudando-as a coordenar a representação dos seus interesses e preocupações.

Os Estados Membros devem buscar e estimular ativamente, e por todos os meios possíveis, o desenvolvimento de organizações de pessoas portadoras de deficiência ou que as representem. Essas organizações existem em muitos países. Em sua composição e órgãos diretivos as próprias pessoas portadoras de deficiência exercem influência decisiva ou, em alguns casos, ela é exercida pelas suas famílias. Muitas dessas organizações não têm meios de exercer influência ou de lutar pelos seus direitos.

Os Estados Membros devem estabelecer contatos diretos com essas organizações e proporcionar-lhes canais para que elas possam influir nas políticas e decisões governamentais em todas as esferas que lhes dizem respeito. Os Estados Membros devem dar às organizações de pessoas portadoras de deficiência o apoio financeiro necessário para esse fim.

No diz respeito a compra de equipamentos pelas pessoas com deficiência, a Resolução da ONU nº 37/52, de 03 de dezembro de 1982 no artigo 101, assevera que:

É necessário fazer com que as pessoas portadoras de deficiência que necessitam de tais equipamentos disponham dos recursos financeiros e das oportunidades concretas para obtê-los e aprender a usá-los. Devem ser suprimidos os impostos sobre importação e outros requisitos que constituem obstáculos à disponibilidade imediata de equipamentos e dos materiais que não possam ser fabricados no país, devendo por isso serem obtidos no exterior. É importante apoiar a produção local de equipamentos adequados às condições tecnológicas, sociais e econômicas nas quais serão utilizados. O desenvolvimento e a produção de equipamentos devem acompanhar o desenvolvimento tecnológico geral de cada país.

Para que as pessoas com deficiência possam realizar empréstimos, é importante que “e) Nas suas operações de empréstimos, as instituições financeiras multilaterais devem levar muito em conta os objetivos e as propostas deste Programa de Ação Mundial”, os quais são abordados na Resolução da ONU nº 37/52, de 03 de dezembro de 1982 (ONU, 1982).

Seguindo os preceitos correlatos as pessoas com deficiência, o Decreto Nº 3.956, de 08 de outubro de 2001, proclama a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, que traz no seu texto da Convenção que foi elaborado na assembleia geral vigésimo nono período ordinário de sessões 06 de junho de 1999, conforme AG/doc. 3826/99, da Guatemala de 28 maio de 1999, do documento original em Espanhol com o Tema 34 da agenda Projeto de Resolução Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (Aprovado pelo Conselho Permanente na sessão realizada em 26 de maio de 1999), além disso, a Assembleia Geral, (CP/CAJP-1532/99) evidencia que:

CONSIDERANDO que, em seu Vigésimo Sexto Período Ordinário de Sessões, a Assembléia Geral, mediante a resolução AG/RES. 1369 (XXVI-O/96), "Compromisso do Panamá com as Pessoas Portadoras de Deficiência no Continente Americano", encarregou o Conselho Permanente de, por intermédio de um Grupo de Trabalho correspondente, preparar um projeto de convenção interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação por razões de deficiência;

LEVANDO EM CONTA que a deficiência pode dar origem a situações de discriminação, pelo qual é necessário propiciar o desenvolvimento de ações e medidas que permitam melhorar substancialmente a situação das pessoas portadoras de deficiência no Hemisfério;

CONSIDERANDO que a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem proclama que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos, e que os direitos e liberdades de cada pessoa devem ser respeitados sem qualquer distinção;

LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO que o Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, "Protocolo de San Salvador", reconhece que "toda pessoa afetada por diminuição de suas capacidades físicas ou mentais tem direito a receber atenção especial, a fim de alcançar o máximo desenvolvimento da sua personalidade"; TOMANDO NOTA de que a resolução AG/RES. 1564 (XXVIII-O/98) reitera "a importância da adoção de uma Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência" e solicita também que sejam envidados todos os esforços necessários para que este instrumento jurídico seja aprovado e assinado no Vigésimo Nono Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos [...] (BRASIL, 2001).

Ainda, de acordo com a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência os Estados Partes Nesta Convenção, ocorrida em 06 de junho de 1999 na Guatemala em 28 de maio de 1999, trouxe o seguinte texto:

REAFIRMANDO que as pessoas portadoras de deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas e que estes direitos, inclusive o direito de não ser submetidas a discriminação com base na deficiência, emanam da dignidade e da igualdade que são inerentes a todo ser humano;
CONSIDERANDO que a Carta da Organização dos Estados Americanos, em seu artigo 3, j, estabelece como princípio que "a justiça e a segurança sociais são bases de uma paz duradoura"
PREOCUPADOS com a discriminação de que são objeto as pessoas em razão de suas deficiências;
TENDO PRESENTE o Convênio sobre a Readaptação Profissional e o Emprego de Pessoas Inválidas da Organização Internacional do Trabalho (Convênio 159); a Declaração dos Direitos do Retardado Mental (AG.26/2856, de 20 de dezembro de 1971); a Declaração das Nações Unidas dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência (Resolução Nº 3447, de 9 de dezembro de 1975); o Programa de Ação Mundial para as Pessoas Portadoras de Deficiência, aprovado pela Assembléia Geral das Nações Unidas (Resolução 37/52, de 3 de dezembro de 1982); o Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, "Protocolo de San Salvador" (1988); os Princípios para a Proteção dos Doentes Mentais e para a Melhoria do Atendimento de Saúde Mental (AG.46/119, de 17 de dezembro de 1991); a Declaração de Caracas da Organização Pan-Americana da Saúde; a resolução sobre a situação das pessoas portadoras de deficiência no Continente Americano [AG/RES. 1249 (XXIII-O/93)]; as Normas Uniformes sobre Igualdade de Oportunidades para as Pessoas Portadoras de Deficiência (AG.48/96, de 20 de dezembro de 1993); a Declaração de Manágua, de 20 de dezembro de 1993; a Declaração de Viena e Programa de Ação aprovados pela Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, das Nações Unidas (157/93); a resolução sobre a situação das pessoas portadoras de deficiência no Hemisfério Americano [AG/RES. 1356 (XXV-O/95)] e o Compromisso do Panamá com as Pessoas Portadoras de Deficiência no Continente Americano [AG/RES. 1369 (XXVI-O/96)]; e COMPROMETIDOS a eliminar a discriminação, em todas suas formas e manifestações, contra as pessoas portadoras de deficiência [...] (BRASIL, 2001).

O Decreto Nº 678, de 6 de novembro de 1992, que apregoa a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), em 22 de novembro de 1969, o governo brasileiro no uso da atribuição que lhe confere o artigo 84, inciso VIII, da Constituição de 1988, e levando-se em conta o que apregoa a Convenção que foi adotada no âmbito da Organização dos Estados Americanos, no ano de 1969, passou a vigorar internacionalmente em 18 de julho de 1978, na forma do segundo parágrafo de seu artigo 74 (BRASIL, 1992); dessa forma ficou decretado que:

Art. 1º A Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), celebrada em São José da Costa Rica, em 22 de novembro de 1969, apensa por cópia ao presente decreto, deverá ser cumprida tão inteiramente como nela se contém.

Art. 2º Ao depositar a carta de adesão a esse ato internacional, em 25 de setembro de 1992, o Governo brasileiro fez a seguinte declaração interpretativa: "O Governo do Brasil entende que os arts. 43 e 48, alínea d, não incluem o direito automático de visitas e inspeções *in loco* da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, as quais dependerão da anuência expressa do Estado" (BRASIL, 1992, p. 01).

Quanto a Convenção Americana sobre Direitos Humanos o também conhecido "PACTO DE SAN JOSÉ DA COSTA RICA", que foi assinada em San José, Costa Rica, em 22 de novembro de 1969, na Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos, que passou a vigorar a partir de 18 de julho de 1978, conforme o artigo 74.2 da Convenção, teve um pedido de ratificação feito pelo Brasil, em 07/09/92, ocasião em que foi emitido o seguinte texto "O Governo do Brasil entende que os artigos 43 e 48, d, não incluem o direito automático de visitas e investigações *in loco* da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que dependerão da anuência expressa do Estado", conforme institui a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH, 1978, p. 54). Posteriormente veio o Reconhecimento da competência da Corte dizendo que:

O Governo da República Federativa do Brasil declara que reconhece, por tempo indeterminado, como obrigatória e de pleno direito a competência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, em todos os casos relacionados com a interpretação ou aplicação da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em conformidade com o artigo 62, sob reserva de reciprocidade e para fatos posteriores a esta declaração (CIDH, 1978, p. 54).

O Decreto N° 678, de 6 de novembro de 1992, apregoa a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969, em seu artigo 4, que diz a respeito do Direito à Vida, que menciona que “1. Toda pessoa tem o direito de que se respeite sua vida. Esse direito deve ser protegido pela lei e, em geral, desde o momento da concepção. Ninguém pode ser privado da vida arbitrariamente”. Mas, no artigo 5 diz respeito ao Direito à Integridade Pessoal “1. Toda pessoa tem o direito de que se respeite sua integridade física, psíquica e moral”. Entretanto, o artigo 11 aponta a importância do direito a Proteção da Honra e da Dignidade, apontando que toda pessoa o tem direito ao respeito de sua honra e bem como o reconhecimento de sua dignidade, tendo em vista que nenhum indivíduo pode ser objeto de intervenções arbitrárias ou abusivas em sua vida particular, na de sua família, em seu domicílio ou em sua correspondência, além disso, não pode ser submetida a ofensas ilegais à sua honra ou reputação, conseqüentemente, todo cidadão tem o direito à proteção da lei contra tais ingerências ou tais ofensas. Já o artigo 24 aponta que todos têm direito a Igualdade Perante a Lei “Todas as pessoas são iguais perante a lei. Por conseguinte, têm direito, sem discriminação, a igual proteção da lei”.

De acordo com Cunha e Dip (1978), quanto ao tema relacionado aos direitos humanos abordados no *Pacto de São José*, existe duas questões que requer uma atenção especial. A primeira que se refere ao chamado direito à personalidade jurídica, e outra, que diz respeito ao direito à vida. Entretanto, podem considerar um conjunto de normas, que melhor parece convir. É indubitável, mencionar que essas questões merecem estudos autônomos, e conseqüentemente, estudos urgentes já que se vê frequentemente notícia de projetos legislativos que demonstram a controvertíveis exclusões de antijuridicidade quanto ao aborto direto e até mesmo a que o Estado se pretenda culpar diametralmente pela eliminação do direito à vida de indivíduos discriminados por seu estado intrauterino. Assim sendo, é importante destacar, que essas disposições relacionadas a reforma legislativa, amparadas na visão do conservantismo jurídico, que não parece adequar-se ao desenvolvimento da reconhecimento sobrenacional dos direitos humanos, portanto, podem colocar em risco a concordância do Estado brasileiro com o *Pacto de São José da Costa Rica*. Entretanto, não é afável que a um *Pacto*, que faz muitos anos de existência extrauterina e esperou cerca de vinte e três anos para ser reconhecido pelo Brasil,

se dê como presente de aniversário uma intencional transgressão de direitos fundamentais, que é o direito da pessoa.

Os preceitos ora versados nesse estudo, demonstram que é responsabilidade de todos garantir a inserção social e o amparo a pessoa com deficiência, pois, somente assim, elas terão uma qualidade de vida melhor, conforme preconizam as leis internacionais e nacionais, diante disso, Fernandes, Schlesener e Mosquera (2011), destacam que é fundamental afiançar a integração dos indivíduos com deficiência por meio da disponibilização de suportes de diferentes tipos, como por exemplo, o suporte social, econômico, físico e instrumental que tem a função de favorecer a inclusão social.

3 AS ALTERAÇÕES OPERADAS NA LEI 13.146 DE 6 DE JULHO DE 2015 - ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E SEUS REFLEXOS NA TEORIA DAS INCAPACIDADES

A flexibilização da capacidade civil da pessoa com deficiência torna imprescindível uma fundamentada reflexão sobre os efeitos desta nova perspectiva sobre as relações jurídicas.

Como ensina Rosenvald:

Em Estados plurais e antropocêntricos, não obstante imersos na abstração e no anonimato das massas, cada pessoa é portadora de especial dignidade, cláusula geral assecuratória de direitos fundamentais na esfera privada e salvaguarda dos direitos da personalidade que irradiam sobre sua integridade psicofísica, nas dimensões do corpo, alma e intelecto (2013, p. 147).

É responsabilidade do Estado, da sociedade e da família promover e proteger o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais pelas pessoas com deficiência, assegurando o respeito pela sua dignidade inerente, de forma a também garantir seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Deste modo, a partir da análise dialógica das normas basilares do direito brasileiro delinea-se o efeito da implementação da plena capacidade das pessoas com deficiência nas relações de consumo, pois como afirma Gonçalves (2012, p. 27), deve-se buscar a unidade do sistema:

Digno de nota o fenômeno, que se vem desenvolvendo atualmente, da acentuada interferência do direito público em relações jurídicas até agora disciplinadas no Código Civil, como as contratuais e as concernentes ao direito de propriedade, por exemplo. [...] a ponto de se afirmar hoje que a unidade do sistema deve ser buscada, deslocando para a tábua axiológica da Carta da República o ponto de referência antes localizado no Código Civil.

No que tange as alterações operadas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência na legislação e seus reflexos na teoria das incapacidades, Diniz (2016), aponta em seu estudo que devido a influência dos direitos humanos, alguns atos

internacionais em que o Brasil é signatário foram firmados para tutelar a pessoa com deficiência, dentre esses pactos destacam-se:

a) Declaração das Nações Unidas sobre Direitos das Pessoas Com Deficiência, de 1975; b) Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra Pessoas Portadoras de Deficiência, de 1999; e c) Convenção Internacional sobre Direito das Pessoas com Deficiência (CDPD) e seu Protocolo Facultativo, assinados em New York, em 2007, ratificados no direito brasileiro, com a promulgação do Decreto n. 6949/2009, tendo status de emenda constitucional (CF, art. 5º, §3º) (DINIZ, 2016, p. 264).

O regime das incapacidades previsto no Código Civil antes de sua reforma pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, não obstante questões pontuais sobre a restrição dos atos das pessoas com déficits funcionais, não vão de encontro aos princípios consagrados na Constituição Federal de 1988, em especial no que diz respeito à dignidade da pessoa humana, nem aos previstos na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, pois visava preservar-lhes o patrimônio. Com a entrada em vigor do referido estatuto, o regime de incapacidade foi significativamente alterado, tornando a pessoa com deficiência plenamente capaz, o que gera discussões quanto à sua proteção patrimonial (in) suficiente.

Segundo Pereira (2015), a concretização e o reconhecimento do valor e princípio da dignidade da pessoa humana tiveram maior ênfase a partir da Lei 13.146 de 6 de julho de 2015, que estabeleceu o Estatuto da Pessoa com Deficiência modificando e revogando diversos artigos do Código Civil concernentes à capacidade da pessoa explanando em seu texto todo o progresso e a informação sobre a inclusão social.

A lei Nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, designado como Código Civil brasileiro, antes de sua reformulação das capacidades assim regulava o instituto:

Art. 3º São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:

I - os menores de dezesseis anos;

II - os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos;

III - os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.

Art. 4º São incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer:

II - os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido;

III - os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo;

Parágrafo único. A capacidade dos índios será regulada por legislação especial (BRASIL, 2002).

Após sua reformulação, *in verbis* a nova redação que instituiu uma mudança radical na descrição das capacidades civis do direito brasileiro:

Art. 3º São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesesseis) anos. (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015)

I - (Revogado);(Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015)

II - (Revogado);(Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015)

III - (Revogado);(Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015)

Art. 4º São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer:(Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015)

I - os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos;

II - os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido;

III - os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo;

II - os ébrios habituais e os viciados em tóxico;(Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015)

III - aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade; (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015)

IV - os pródigos.

Parágrafo único. A capacidade dos indígenas será regulada por legislação especial.(Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (BRASIL, 2002).

A teoria das incapacidades está inserida dentro do Direito Civil, e demanda entendimento sobre a formação da personalidade jurídica e o sujeito de direitos. O sujeito de direitos é aquele indivíduo que está suscetível de adquirir direitos e contrair obrigações. Logo a personalidade jurídica é inerente ao reconhecimento da pessoa de direitos consagrando-a na legislação civil e nos direitos constitucionais de vida, liberdade e igualdade (DINIZ, 2012; GONÇALVES, 2012).

Anteriormente a mudança promovida pelo o Estatuto estudado, falava-se em medidas de capacidade, e era dividida em capacidade plena e capacidade limitada. Porém a personalidade e a capacidade civil se complementam, ou seja, em vias materiais de direito, se o indivíduo tivesse reconhecida sua personalidade jurídica, porém não gozasse de capacidade plena, este estaria com seu direito segregado e condicionado a intermediação de terceiros.

Até o ano de 2015, era assegurado o direito de a pessoa com deficiência ter um curador para realizar a compra e venda, além de poder tomar algumas decisões em seu nome, já que esta era considerada incapaz, assim sendo, Gonçalves (2012), destaca que os indivíduos portadores da capacidade de direito ou de aquisição de direitos, mas não detentoras de fato ou de ação, tinham habilidade restrita e eram

chamadas de incapazes. Mas essa postura tinha como a finalidade protegê-las, devido as suas naturais deficiências, decorrentes em geral da idade, da saúde e do desenvolvimento mental e intelectual, assim sendo, a lei não lhes permitia o exercício pessoal de direitos, exigindo-se que sejam representados ou assistidos nos atos jurídicos em geral.

Tal ressalva mostra-se relevante tendo em vista que a inversão axiológica quanto à incapacidade prevista no Estatuto da Pessoa com Deficiência, para alguns doutrinadores como Martins (2016), acabou transformando o instituto em uma forma de discriminação, o que não era a intenção do legislador e tão pouco da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências e do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que lutam diariamente contra qualquer intenção direta ou indiretamente discriminatória.

Essa nova concepção relacionada com a dignidade humana estabelece uma perspectiva de responsabilidades sobre os atos civis realizados pelas pessoas com deficiência, ora antes sendo representada e atualmente fruto da vontade e representação direta do mesmo, diante disso, cabe destacar que:

Toda pessoa enquanto sujeito deve se responsabilizar pelos seus atos. Esta nova compreensão da capacidade civil é uma boa tradução e incorporação da noção e valorização da dignidade e dignificação do humano e alguns passos adiante da noção original de Immanuel Kant em sua clássica obra Fundamentação da Metafísica dos Costumes (PEREIRA, 2015, p. 02).

De acordo com Zanatta (2008), o baldrame de um direito estabelece-se de duas formas distintas: a primeira discute um direito que se tem, que pode ser inquirido no ordenamento jurídico positivo, averiguando se existe um princípio válido que o reconheça; já na segunda, buscam-se delinear as razões para proteger a legitimidade do direito, na busca de tentar persuadir àqueles que atêm o poder para que possam reconhecê-los. Tendo em vista que o homem tem como hipótese o desejo inalterável de ver seus direitos reconhecidos em toda a plenitude. Diante desses preceitos, cabe destacar que:

A fim de satisfazer suas necessidades nas relações sociais, o homem adquire direitos e assume obrigações, sendo, portanto, sujeito ativo e passivo de relações jurídico-econômicas. O conjunto dessas situações jurídicas individuais, suscetíveis de apreciação econômica, designa-se patrimônio, que é, sem dúvida, a projeção econômica da personalidade; ao lado dos direitos reais temos os pessoais, como, p. ex., as relações entre credor e devedor. Porém, a par dos direitos patrimoniais e dos direitos pessoais a pessoa natural tem direitos da personalidade, o mesmo se diga da pessoa jurídica (CC, art. 52), pois se houver violação à sua imagem, à

sua honra objetiva etc., fará jus à reparação por dano moral (RT, 776:195, 734:507, 733:297 e 589, 727:123, 725:336; 716:2703; 680:85, 627:28; Súmula 227 do STF) (DINIZ, 2012, p. 131).

Entretanto, quando se fala dos direitos das pessoas com deficiências, é fundamental que estas tenham o amparo jurídico conforme apontado por Gonçalves:

Com o intuito de protegê-las, tendo em vista as suas naturais deficiências, decorrentes em geral da idade, da saúde e do desenvolvimento mental e intelectual, a lei não lhes permite o exercício pessoal de direitos, exigindo que sejam representados ou assistidos nos atos jurídicos em geral (2012, p. 102).

É nestes fundamentos que se pautava a incapacidade, a restrição legal do exercício de direitos, de causas transitórias e/ou permanentes. Sendo que a capacidade era considerada regra e a incapacidade, exceção. Exceção, sempre foi um termo conotativo de segregação, de distinção social e amplamente consideradas pelas pessoas com deficiência com caráter discriminatório de suas condições diferenciadas de vida.

Diante desse contexto os doutrinadores Kümpel e Borgarelli (2015), afirmam que o eixo do sistema de capacidade de fato (ou de agir) da pessoa natural é a cognoscibilidade e a autodeterminação, ou seja, que é inteiramente capaz para os atos da vida civil aquele que compreende e se autodetermina, conseqüentemente, tem total poder de gerenciar sua vida, seus negócios e seus bens, este é o discernimento relacionado a base desse instituto. Assim sendo, aquele que não compreende e nem se autodetermina necessita ser rigorosamente resguardado, e até mesmo de si próprio.

Toda essa argumentação doutrinaria corrobora com texto do artigo 84 do diploma estudado que consiste na seguinte sentença: “[...] a pessoa com deficiência tem assegurado o direito ao exercício de sua capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2015).

Conforme Diniz (2016, p. 269), é fundamental que a pessoa com deficiência tenha seus direitos assegurados como forma de promover a sua dignidade humana, assim sendo, cabe destacar que:

Em respeito à sua dignidade humana dever-se-á, isto sim: a) facilitar sua inclusão social e cidadania e seu tratamento terapêutico; b) preservar suas faculdades residuais; c) acatar suas preferências, escolhas, afetividade e crenças; d) eliminar barreiras e preconceitos; e) possibilitar sua realização pessoal e vocacional; f) aprimorar sua educação etc.

Tal é a preocupação frente aos possíveis danos oriundos dos novos direitos, que a Convenção em análise as relações patrimoniais em seu artigo 12, item 4 faz menção as obrigações do Estado em função de proteger e viabilizar o reconhecimento igual perante a lei.

4. Os Estados Partes assegurarão que todas as medidas relativas ao exercício da capacidade legal incluam salvaguardas apropriadas e efetivas para prevenir abusos, em conformidade com o direito internacional dos direitos humanos. Essas salvaguardas assegurarão que as medidas relativas ao exercício da capacidade legal respeitem os direitos, a vontade e as preferências da pessoa, sejam isentas de conflito de interesses e de influência indevida, sejam proporcionais e apropriadas às circunstâncias da pessoa, apliquem-se pelo período mais curto possível e sejam submetidas à revisão regular por uma autoridade ou órgão judiciário competente, independente e imparcial. As salvaguardas serão proporcionais ao grau em que tais medidas afetarem os direitos e interesses da pessoa (grifo nosso).

Contudo, os autores Kümpel e Borgarelli(2015), se dizem estarecidos diante dos fundamentos da lei 13.146/2015, que trazem muitas contradições, que talvez poucos doutrinadores tenham pensado que fosse ainda lacônico “desenhar” para os desavisados a definição dos artigos 3º e 4º do Código Civil, pois, dá a impressão que o legislador se esqueceu do próprio sentido de sua missão.

Assim sendo, deveria permanecer a vontade jurídica voltada para base da sistematização protetiva, mas é evidente que o pareamento de condições para o desempenho social deve ser estimulado por esses institutos. Por conseguinte, a vulnerabilidade da pessoa não pode nunca ser desconsiderada pelo ordenamento jurídico, isso é inquestionável. Contudo, adverso a isso a lei 13. 146/2015, ao mudar os art. 3º e 4º do Código Civil, desguarnece exatamente aquele que não tem nenhum poder de autodeterminação. Isso significa dizer que se trata de "autofagia legislativa" (KÜMPEL; BORGARELLI, 2015).

Os escritores Kümpel e Borgarelli (2015), destacam que de fato, a lei 13.146/2015 inclui as pessoas com deficiência e proporciona a elas a igualdade de condições, entretanto, isso as joga no grupo dos capazes, ou seja, daqueles que não auferem a proteção consubstanciada no aparelho das incapacidades/inabilidades, desse modo, os incluem para desprotegê-los e abandoná-los a sua própria sorte. Consequentemente, quem se importa se com isso, a pessoa com deficiência, acometida pelos males que foram expostos sofrerá?

Mas, o importante também é criar uma lei que, convencionalmente, apregoe a igualdade e despeje uma saraivada de princípios necessitados de significado.

Diante desse contexto, Diniz (2016, p. 271), assevera que:

Consequentemente, pessoas doentes (p. ex. com mobilidade reduzida) ou retardados mentais, apesar de lhes faltar discernimento, cegos e surdos poderão testemunhar em igualdade de condições com as demais pessoas, sendo-lhes assegurados, para tanto, todos os recursos de tecnologia assistiva ou ajuda técnica, ou seja, produtos, equipamentos, dispositivos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade relacionada à atividade que devem desempenhar e à sua participação, visando a sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (Lei n. 13.146/2015, art. 3º, III). Mas, pelo CPC/2015 art. 447, §1º, I, II e IV são incapazes para depor: como testemunhas: I - o interdito por enfermidade ou deficiência mental; o que, acometido por enfermidade ou retardamento mental, ao tempo em que ocorreram os fatos, não podia discerni-los, ou, ao tempo em que deve depor, não está habilitado a transmitir as percepções; o cego e o surdo, quando a ciência do fato depender dos sentidos que lhes faltam. Surge aqui uma antinomia aparente, cuja solução remete o julgador a uma simples interpretação e à aplicação do art. 5º da LINDB, não requerendo a edição de uma norma que esclareça a questão. Parece-nos que o mais viável seria admitir que o portador de deficiência possa testemunhar apenas no plano negocial, pois o art. 228 do CC (norma substantiva) não mais o arrola como incapaz de servir como testemunha, mas estaria impedido de prestar depoimento testemunhal no âmbito processual (CPC, art. 447, §1º-norma adjetiva).

É indubitável mencionar que as pessoas com deficiência possuem direito à igualdade de oportunidades e não podem sofrer nenhuma espécie de discriminação, além de terem assegurado o exercício de sua capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas. Mas, segundo Kümpel e Borgarelli(2015), ainda que tenha sido grande o apreço pela cientificidade da argumentação da nova lei, ela de modo algum afasta a sensibilidade de seres humanos e sociais (diversamente do legislador, que não resguardou qualquer das duas), portanto, elaboramos uma singela lista com os "alvos maiores" da lei 13.146, *in verbis*:

De uma tacada o legislador "assassinou":

- I) a proteção aos deficientes;
- II) o sistema das incapacidades;
- III) os direitos humanos;
- IV) todos os pontos normativos que a nova lei modifica (e não são poucos) (KÜMPEL; BORGARELLI, 2015, p. 05).

Diante do exposto acima, os doutrinadores Kümpel e Borgarelli(2015), ressaltam que excluíram elementos, que formam a base que até hoje serviu para resguardar certo grupo de pessoas, que é justamente aquele que o legislador se

propôs a defender. Desse modo, se a dignidade da pessoa humana é o eixo do sistema, então, como engessar o poder do juiz de proteger de forma plena alguém acometido por uma situação incapacitante é garantir essa dignidade? Além disso, o que protege melhor, a flexibilidade ou a rigidez? A possibilidade do amplo exercício do estado de direito por meio da jurisdição ou a sua inibição?

Nessa perspectiva, acredita-se que isso poderá gerar insuficiências na proteção dos sujeitos que visa colocar em ampla tutela, tornando imprescindível a identificação de eventuais riscos, em especial nas relações patrimoniais e negociais a partir do exercício de ponderações do ponto de vista hermenêutico e prático. Mas, conforme Diniz (2016), a CDPD apresenta uma inovação quanto a visão sócio humanitária e jurídica do indivíduo com deficiência, buscando sua reabilitação no seio da sociedade, sua independência e sua igualdade no exercício da capacidade jurídica, haja vista, que no preâmbulo está versado que a deficiência é vista como um conceito em evolução e que a deficiência é resultado da influência mútua entre pessoas com deficiência e as barreiras em decorrência das atitudes e do ambiente que anteparam a plena e efetiva participação desses indivíduos na sociedade em equidade de oportunidades com as demais pessoas.

De acordo com Diniz (2016, p. 267), as principais dúvidas quanto a lei 13.146/2015, está em relação ao deficiente mental, assim sendo, a seguir estão arroladas algumas perguntas e esclarecimentos sobre essas imprecisões,

[...] aqueles portadores de deficiência mental que se encontrarem, ao entrar em vigor a Lei n. 13.146/2015, sob interdição por incapacidade absoluta, passarão ser automaticamente capazes? Será que a novel lei poderia desconstituir *ipso iure* coisa julgada? Esse impasse se levanta porque é princípio fundamental de direito que as leis sejam aplicáveis a fatos anteriores à sua promulgação, desde que não tenha sido objeto de demandas, que não estejam sob o domínio da coisa julgada, nem configurem ato jurídico perfeito ou direito adquirido e, além disso, há um critério norteador da questão da aplicabilidade dos princípios da retroatividade e da irretroatividade, desde que não haja norma de direito intertemporal em sentido contrário, que poderá ser aplicado em conflito de leis no tempo: as normas sobre estado e capacidade das pessoas aplicam-se às que estiverem nas condições a que se referem. Assim, a lei nova concernente ao estado e capacidade da pessoa não poderia atuar sobre casos julgados já existentes.

É imprescindível destacar ainda, que a jurista Diniz, traz à baila as seguintes perguntas e conseqüentemente, arrola seu entendimento com embasamento nas ferramentas jurídicas, conforme versado no texto a seguir:

Será que a retirada do deficiente mental do rol dos absolutamente incapazes, declarado como tal em sentença de interdição antes do advento da Lei n. 13.146/2015 o atingiria ou não? Será que essa novel norma retroagiria, automaticamente, nessa hipótese? Será que poder-se-ia falar em relativização da coisa julgada, para que a nova lei abarque os deficientes mentais considerados por sentença prolatada antes de sua vigência, como absolutamente incapazes, tornando-os plenamente capazes? Será que as pessoas que hoje se encontram sob interdição por incapacidade absoluta, automaticamente, com a entrada em vigor da Lei n. 13.146/2015 passarão a ser tidas como capazes, ante a eficácia imediata dessa lei, por não se justificar a sua permanência num regime jurídico restritivo, que não mais existe no ordenamento jurídico? Parece-nos que não, diante da circunstância de a sentença de interdição ser constitutiva com eficácia declaratória, que produz efeitos *extunc*. Assim, mais viável seria que o interessado ou o Ministério Público promovesse em juízo, uma revisão, da situação de interdição para passá-lo à categoria dos relativamente incapazes, continuando sob curatela ou se o “incapaz” o quiser sob o regime de tomada de decisão apoiada ou, ainda, passar considerá-lo plenamente capaz (CPC, art. 505, I) (2016, p.267).

O Estatuto em si, é o reflexo do compromisso formal constituído pelo Brasil com as normas internacionais, materializando direitos que vem evoluindo com o decorrer do tempo, visão social e demanda direta dos atores sociais envolvidos.

Mesmo com todos os questionamentos e dúvidas, a lei supramencionada tem como principal objetivo assegurar e amparar a pessoa com deficiência no que diz respeito a sua dignidade e manutenção de preservação do seu patrimônio e do direito a realizar as transações financeiras que achar conveniente, sem a participação de um curador, entretanto, para isso é fundamental seguir alguns critérios, que também foram expostos no transcurso desse capítulo.

4 O RISCO PATRIMONIAL NA SOCIEDADE DE CONSUMO E A VULNERABILIDADE DO CONSUMIDOR DEFICIENTE

4.1 SOCIEDADE DE CONSUMO

Lipovetsky (2007) aborda que a expressão sociedade de consumo surgiu nos anos 20, entretanto, populariza-se no período de 50 e 60, conseqüentemente, continua até os dias atuais e, desse modo, tem definido a sociedade de consumidores na atualidade.

Ortigoza e Cortez (2009, p. 36), asseguram que:

O termo *sociedade de consumo* é uma das tentativas para entender as mudanças que vêm ocorrendo nas sociedades contemporâneas e refere-se à importância que o consumo tem recebido na construção das relações sociais e na formação e fortalecimento das nossas identidades. Dessa maneira, o nível e o estilo de consumo tornam-se a principal fonte de identidade cultural, de participação na vida coletiva, de aceitação em um grupo e de distinção com os demais.

O consumo está presente nas diversas esferas da vida social, econômica, cultural e política. Nesse processo, os serviços públicos, as relações sociais, a natureza, o tempo e o próprio corpo humano transformam-se em mercadorias.

Quando se fala de sociedade de consumo, Ortigoza e Cortez (2009) mencionam que em qualquer cultura, os bens são vistos como forma de manifestação concreta dos valores e da posição social de seus usuários. Tendo em vista que na atividade de consumo são desenvolvidas as identidades sociais e conseqüentemente, o indivíduo sente-se inserido a um grupo e que faz parte de redes sociais. Entretanto, o consumo abrange também uma coesão social, produção e reprodução de valores, e assim é vista como sendo uma atividade que abrange a tomada de decisões políticas e morais praticamente todos os dias. É indubitável mencionar que quando consome, de certa forma se manifesta a visão que se tem do mundo e da sociedade a qual está inserido. Diante do exposto, fica evidente que existe uma conexão entre valores éticos, escolhas políticas, visões sobre a natureza e condutas pertinentes às atividades de consumo.

Além disso, enfatizam que os produtos são criados de forma que proporcione nas pessoas a necessidade, o modismo leva a busca por mais e mais produtos, assim sendo, cabe destacar que:

A sociedade de consumo tem sua base no modo de vida urbano e está apoiada num sistema capitalista produtor de mercadorias. O espetáculo, o efêmero, a moda e a obsolescência impõem novas e consecutivas necessidades. Vivemos um tempo em que a produção de mercadorias não visa só atender à demanda, mas também criar a necessidade (ORTEGA, CORTEZ, 2009, p. 40).

Bauman (1999, p. 231), destaca que:

[...] o acesso da competência especializada aos mundos vivenciados pelos clientes (e vice-versa) é mediado pelo *mercado*. Os serviços especializados oferecidos diretamente ou embutidos em bens de consumo figuram no mundo moderno primariamente como mercadorias; ao mesmo tempo que servem às necessidades do consumidor, também trazem lucros para os agentes que os comerciam. Novas ofertas especializadas prometendo suprir (ou melhor, gerar) demanda ainda não satisfeita são, do ponto de vista do negociante, particularmente atraentes pelos ganhos extras que esperam auferir em função da escassez temporária de oferta. O mercado prospera com a novidade que torna os velhos estoques obsoletos e abre ou convoca novos mercados. As forças de mercado estimulam a novidade.

Na visão de Araújo (2010), o consumo é considerado um dos artifícios fundamentais na dinâmica das sociedades modernas, contudo, ele pode ser avaliado também como ponto de afluência entre a vida cotidiana, a cultura, a ordem político-econômica e o campo midiático, estabelecendo uma analogia de retroalimentação com estas grandezas.

Em uma perspectiva histórica, Barros, Oliveira e Cândido (2010) enfatizam que a moderna sociedade capitalista tem vivenciado uma busca constante por melhoramentos na qualidade de vida, conseqüentemente, isso representa os atuais padrões e níveis de consumo registrados.

Destarte, Ortigoza e Cortez (2009, p. 36), asseveram que:

O simples “consumo” é entendido como as aquisições racionais, controladas e seletivas baseadas em fatores sociais e ambientais e no respeito pelas gerações futuras. Já o consumismo pode ser definido como uma compulsão para consumir. Mas como fazer para não aderir ao perfil consumista? A fórmula clássica e aparentemente simples é distinguir o essencial do necessário e o necessário do supérfluo. No entanto é muito difícil estabelecer o limite entre consumo e consumismo, pois a definição de necessidades básicas e supérfluas está intimamente ligada às características culturais da sociedade e do grupo a que pertencemos. O que é básico para uns pode ser supérfluo para outros e vice-versa.

Mas, de acordo com Moreira (2009), a sociedade capitalista seguiu, por um lado à democratização do consumo e, por outro, à constante manifestação de novas e abstrusas precisões. Por isso, o ato de comprar deixou de ser fundamentado

apenas na ideia de agradar uma necessidade individual, passando a responder a uma necessidade social, ou seja, a necessidade de mostrar aos outros do grupo ou da classe social ao qual se pertence, aquilo que conquistou/comprou. Contudo, ligado a este crescimento do consumo, tem-se visto nos últimos anos o aumento do recurso ao crédito para os financiamentos. Relativamente o crédito melhorou o conforto e a qualidade de vida, ao possibilitar a realização das necessidades pessoais e sociais das pessoas.

Quando se trata da sociedade de consumo Bauman (2008), afirma que esta é considerada a reconstrução das afinidades humanas à similaridade das analogias mercantis, de maneira a construir uma sociedade que “interpela” seus membros na condição de consumidores e que conseqüentemente, não conhece e nem tem entendimento quanto às exceções (nem de gênero, nem de idade e nem de classe) para isso.

Moreira (2009) destaca também que, pode-se distinguir o consumo de acordo com a sua necessidade primária e o consumo supérfluo atende as necessidades terciárias. O tempo é também considerado um relevante fator essencial na categorização dos atos concernentes ao consumo, tendo em vista, que alguns bens são consumidos diariamente e, por conseguinte, devem ser substituídos, e outros são conservados ou armazenados para serem usados no futuro.

Esse crescimento no consumo tem causado a busca por espaços apropriados, portanto, “A massificação do consumo foi criando ao longo do tempo uma demanda crescente de espaços adequados para a realização da mercadoria. Nesse complexo processo, novas contradições emergem e o próprio espaço é também tornado mercadoria” (ORTIGOZA; CORTEZ, 2009, p. 23).

No contexto histórico relacionado ao consumo desenfreado dos últimos anos, Ortigoza e Cortez (2009), asseveram que o consumismo insurgiu na Europa Ocidental no século XVIII, e tem se espalhado ligeiramente para diferentes regiões do planeta, de diferentes maneiras. Contudo, o início do século XXI está sendo abalizado por intensas novidades que contrafazem as experiências das pessoas em relação ao consumo como, por exemplo, o desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação, a biotecnologia, o comércio por meio da *internet*, o debate ambientalista, a globalização etc. Porém, ao mesmo tempo, surgem novos tipos de protestos e reações ao consumismo que insurge nos dias atuais, o que tem levado a exigência de uma nova postura do consumerista.

Como reflexo do consumismo, vem ocorrendo um endividamento da população brasileira devido às linhas de crédito que estão cada dia mais facilitadas, assim sendo, Martins (2014), leciona que a concessão de crédito de forma simplificada e ilimitada começou a surgir diante do Judiciário, no decorrer dos anos, no formato de pedidos de revisão de contratos com embasamento no superendividamento dos consumidores. Além disso, cabe destacar que esse fenômeno se estabeleceu devido à oferta abundante do crédito facilitado no país. Dentre as modalidades de empréstimos, destacam-se: os empréstimos consignados, empréstimos pessoais, cartões de crédito, crédito direto ao consumidor e outros tipos que compõem uma extensa e variada gama de modelos contratuais que podem ser empregados por pessoas físicas para tomar dinheiro emprestado aos bancos e financeiras.

Além disso, Martins (2014, p.22), aponta também que essa facilitação que atualmente se encontra para realizar empréstimos e financiamentos têm causado sérias consequências, o que significa dizer que:

O resultado é que os indivíduos não usam o crédito de forma consciente e chegam ao superendividamento. O superendividamento do consumidor faz parte do rol de rupturas no organismo social, sendo claro que irregularidades como a alimentação, a saúde o desemprego, o desabrigo, a violência, dentre outras, chamam muito mais atenção, até mesmo por terem um maior potencial ofensivo dentro da sociedade moderna. Todavia, tal omissão afeta diretamente a dignidade do cidadão - consumidor que se vê em diversas vezes sem condições de prover suas necessidades mais básicas como os elementos supracitados.

Segundo os autores Ortigoza e Cortez (2009, p. 37), em decorrência da expansão da sociedade de consumo, que vem sendo amplamente influenciada pelo costume de vida do povo norte-americano, tendo em vista, que o consumo transformou-se em uma compulsão e um vício, que são acirrados pelas forças do mercado, da moda e da propaganda. Consequentemente, a sociedade de consumo acarreta carências e desejos, tanto materiais quanto simbólicos, portanto, os indivíduos passam a ser reconhecidos, avaliados e julgados por aquilo que consomem, vestem ou calçam, ou ainda, pelo carro e pelo telefone celular que ostentam em público.

Por fim, Ortega e Cortez (2009, p. 37), afirmam que a qualidade de vida e a felicidade atualmente têm sido cada vez mais associadas e reduzidas às aquisições/conquistas materiais. De modo, que este posicionamento acaba se

manifestando como um círculo vicioso, em que a pessoa trabalha para sustentar e ostentar um nível de consumo, diminuindo o tempo destinado ao lazer e a outras atividades e relações sociais.

4.2 O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E A VULNERABILIDADE DA SOCIEDADE

A Lei Nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 dispõe sobre a proteção do consumidor nas relações jurídicas em que a pessoa física ou jurídica adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final. Em seu artigo 4º declara que:

A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, **a proteção de seus interesses econômicos**, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios: (Redação dada pela Lei nº 9.008, de 21.3.1995)

I - **reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo**; (grifo nosso) (BRASIL, 1990).

Sobre a relevância do princípio da vulnerabilidade dentro da relação de Bessa (2009, p. 37 *apud*, Dobarro 2013, p. 10) afirma que:

[...] “a fragilidade do consumidor sintetiza a razão de sua proteção jurídica pelo Estado. O consumidor é a parte mais frágil nas mais diversas e variadas relações jurídicas estabelecidas no mercado de consumo”. No que concerne às relações de consumo, a fragilidade dos consumidores pressupõe uma tutela pelo Estado que atenda ao interesse dos desiguais, por ser vulnerável tecnicamente, economicamente ou juridicamente.

Vulnerabilidade é uma característica na qual um dos sujeitos da relação jurídica figura em pólo mais frágil, nessa perspectiva a premissa de igualdade é excluída, diante dessa especificidade necessita de cuidados especiais, o que deve ser preocupação do legislador e do aplicador da lei garantir tal proteção (MANASSÉS, 2013).

Ademais, vale ressaltar que a vulnerabilidade pode se apresentar de várias espécies, como vulnerabilidade técnica, vulnerabilidade jurídica, vulnerabilidade política ou legislativa, vulnerabilidade psíquica ou biológica, vulnerabilidade econômica e social, vulnerabilidade ambiental, sendo que todas essas

possibilidades podem emergir de uma única relação jurídica, ou seja, quanto mais vulnerável o consumidor maior as possibilidades de dano (BRITO; DUARTE, 2006).

Outra particularidade está sobre o outro pólo da relação consumerista, o fornecedor, que pode exercer sua função de forma não ética, dificultando ainda mais ou expondo a risco de dano quando não exerce de maneira protetiva sua função. Nesse sentido pode-se constatar pela expressão doutrinaria abaixo que:

[...] é notória a forma de atuar abusiva de grande parte das entidades poderosas economicamente, principalmente nos países de terceiro mundo, onde uma das marcas características é a desorganização da sociedade civil, com poucos instrumentos para se defender das práticas iníquas, como é o caso do Brasil. E, diga-se, a globalização econômica tão falada, não nos deixa mais tranquilos [sic], no que tange ao respeito aos direitos fundamentais, encontrando-se entre eles a defesa do direito do consumidor; ao contrário, as crescentes discussões sobre a ética na atividade das empresas multinacionais demonstram serem absolutamente necessários os instrumentos que garantam o direito das partes mais fracas nas relações jurídicas (GUIMARÃES, 1998, p. 48, *apud* DOBARRO, 2013, p. 14).

Não obstante a noção de vulnerabilidade, modernamente defende-se que em relação a determinados grupos específicos da sociedade, sobressai a chamada vulnerabilidade agravada, hipervulnerabilidade, que pode ser compreendida como uma situação social fática e objetiva em que se observa o agravamento da vulnerabilidade da pessoa física consumidora. Nesse agravamento poderia se classificar, por exemplo, os consumidores enfermos, os idosos, as crianças, os deficientes físicos e os analfabetos. O *estilo* de vida atual não deixa margem de dúvidas acerca das dificuldades desses sujeitos de direitos, ante a potencialização de lesões aos seus interesses, onde a velocidade das mudanças impõe barreira quase intransponível àqueles dotados de uma natural fragilidade física, psicológica ou até mental (SCHWARTZ, 2016).

Conforme o Recurso Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Nº 931.513 do Rio Grande do Sul (2007/0045162-7), tendo Relator o Ministro Carlos Fernando Mathias, relacionado a hipervulnerabilidade ficou estabelecido a seguinte decisão:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PROTEÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA, MENTAL OU SENSORIAL. SUJEITOS HIPERVULNERÁVEIS. Fornecimento de prótese auditiva. Ministério PÚBLICO. LEGITIMIDADE ATIVA *ad causam*. LEI 7.347/85 E LEI 7.853/89.

1. Quanto mais democrática uma sociedade, maior e mais livre deve ser o grau de acesso aos tribunais que se espera seja garantido pela Constituição e pela lei à pessoa, individual ou coletivamente.
2. Na Ação Civil Pública, em caso de dúvida sobre a legitimação para agir de sujeito intermediário Ministério Público, Defensoria Pública e associações, p. ex., sobretudo se estiver em jogo a dignidade da pessoa humana, o juiz deve optar por reconhecê-la e, assim, abrir as portas para a solução judicial de litígios que, a ser diferente, jamais veriam seu dia na Corte.
3. A categoria ético-política, e também jurídica, dos sujeitos vulneráveis inclui um subgrupo de *sujeitos hipervulneráveis*, entre os quais se destacam, por razões óbvias, as pessoas com deficiência física, sensorial ou mental.
4. É dever de todos salvaguardar, da forma mais completa e eficaz possível, os interesses e direitos das pessoas com deficiência, não sendo à toa que o legislador refere-se a uma "obrigação *nacional* a cargo do Poder Público e da sociedade" (Lei 7.853/89, art. 1º, 2º, grifo acrescentado).
5. Na exegese da Lei 7.853/89, o juiz precisa ficar atento ao comando do legislador quanto à finalidade maior da lei-quadro, ou seja, assegurar "o *pleno* exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência, e sua *efetiva* integração social" (art. 1º, *caput*, grifo acrescentado).
6. No campo da proteção das pessoas com deficiência, ao Judiciário imputam-se duas ordens de responsabilidade: uma administrativa, outra judicial. A primeira, na estruturação de seus cargos e serviços, consiste na exigência de colaborar, diretamente, com o esforço nacional de inclusão social desses sujeitos. A segunda, na esfera hermenêutica, traduz-se no mandamento de atribuir à norma que requer interpretação ou integração o sentido que melhor e mais largamente ampare os direitos e interesses das pessoas com deficiência.
7. A própria Lei 7.853/89 se encarrega de dispor que, na sua "aplicação e interpretação", devem ser considerados "os valores básicos da igualdade de tratamento e oportunidade, da justiça social, do respeito e dignidade da pessoa humana, do bem-estar, e outros indicados na Constituição ou justificados pelos princípios gerais de direito" (art. 1º, 1º).
8. Por força da norma de extensão ("outros interesses difusos e coletivos", consoante o art. 129, III, da Constituição de 1988; "qualquer outro interesse difuso ou coletivo", nos termos do art. 110 do Código de Defesa do Consumidor; e "outros interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis e homogêneos", na fórmula do art. 25, IV, alínea a, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), cabe ao Judiciário, para fins de legitimação *ad causam* na Ação Civil Pública, incorporar ao rol legal em *numerus apertus*, importa lembrar novos direitos e interesses, em processo de atualização permanente da legislação.
9. A tutela dos interesses e direitos dos hipervulneráveis é de inafastável e evidente conteúdo *social*, mesmo quando a Ação Civil Pública, no seu resultado imediato, aparenta amparar *uma única* pessoa apenas. É que, nesses casos, a ação é *pública*, não por referência à quantidade dos sujeitos afetados ou beneficiados, em linha direta, pela providência judicial (= critério quantitativo dos beneficiários imediatos), mas em decorrência da própria natureza da *relação jurídica-base de inclusão social imperativa*. Tal perspectiva que se apóia no pacto jurídico-político da sociedade, apreendido em sua globalidade e nos bens e valores ético-políticos que o abrigam e o legitimam realça a necessidade e a indeclinabilidade de *proteção jurídica especial* a toda uma categoria de indivíduos (= critério qualitativo dos beneficiários diretos), acomodando um feixe de obrigações vocalizadas como *jus cogens*.
10. Ao se proteger o hipervulnerável, a rigor quem verdadeiramente acaba beneficiada é a própria sociedade, porquanto espera o respeito ao *pacto coletivo de inclusão social imperativa*, que lhe é caro, não por sua

faceta patrimonial, mas precisamente por abraçar a dimensão intangível e humanista dos princípios da *dignidade da pessoa humana* e da *solidariedade*. Assegurar a *inclusão judicial* (isto é, reconhecer a legitimação para agir) dessas pessoas hipervulneráveis, inclusive dos sujeitos intermediários a quem incumbe representá-las, corresponde a não deixar nenhuma ao relento da Justiça por falta de porta-voz de seus direitos ofendidos.

11. Maior razão ainda para garantir a legitimação do *Parquet* se o que está sob ameaça é a saúde do indivíduo com deficiência, pois aí se interpenetram a ordem de superação da *solidão judicial do hipervulnerável* com a garantia da ordem pública de bens e valores fundamentais *in casu* não só a existência digna, mas a própria vida e a integridade físico-psíquica em si mesmas, como fenômeno natural.

12. A possibilidade, retórica ou real, de gestão individualizada desses direitos (até o extremo dramático de o sujeito, *in concreto*, nada reclamar) não os transforma de indisponíveis (porque juridicamente irrenunciáveis *in abstracto*) em disponíveis e de indivisíveis em divisíveis, com nome e sobrenome. Será um equívoco pretender lê-los a partir da cartilha da autonomia privada ou do *iusdispositivum*, pois a ninguém é dado abrir mão da sua dignidade como ser humano, o que equivaleria, por presunção absoluta, a maltratar a dignidade de todos, indistintamente.

13. O Ministério Público possui legitimidade para defesa dos direitos individuais indisponíveis, *mesmo quando a ação vise à tutela de pessoa individualmente considerada*. Precedentes do STJ.

14. Deve-se, concluir, por conseguinte, pela legitimidade do Ministério Público para ajuizar, na hipótese dos autos, Ação Civil Pública com o intuito de garantir fornecimento de prótese auditiva a portador de deficiência.

15. Recurso Especial não provido.

Com a aceitação do conceito da hipervulnerabilidade de determinados consumidores, pretende-se a aplicação do fundamento da proteção à dignidade da pessoa humana com o devido êxito, pois a Constituição abre margem interpretativa, propondo o reconhecimento e influência de interesses não patrimoniais sobre as relações privadas, além de prever o respeito às diferenças. Dessa forma, o princípio de proteção constitucional, de defesa do consumidor deve atuar sempre em conjunto e com o Estatuto da Pessoa Com Deficiência irradiando seu objetivo de proporcionar um tratamento compensador e protetivo na desigualdade inerente na relação de consumo. (PINHEIRO; DETROZ, 2012).

Nessa seara protetiva do ordenamento jurídico brasileiro, a busca pela integração dos sistemas legais é uma das formas de amenizar e atenuar as desigualdades desigualdade existente entre as partes da relação de consumo com precípua finalidade de assegurar a dignidade da pessoa humana, como fundamento do Estado Democrático de Direito.

4.3 A PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O RISCO PATRIMONIAL

Quando se fala do risco patrimonial na sociedade de consumo e a vulnerabilidade do consumidor deficiente, é importante destacar que toda pessoa deve ter seus direitos resguardados pelos aparatos legais, independentemente de sua condição física e psíquica.

No final do século XX verificaram-se intensas mudanças nos aparatos legais quanto às questões socioeconômicas devido à necessidade de uma nova ordem contratual derivada das relações de consumo. Como forma de assegurar e garantir os direitos dos cidadãos a Constituição Federal trouxe várias mudanças, dentre elas:

A Constituição da República seria promulgada em 5 de outubro de 1988, representando um divisor de águas também na história do direito privado brasileiro. Nela, os direitos de personalidade ganharam verdadeira cláusula geral, a de proteção e promoção da dignidade da pessoa humana. Nela, consagrou-se o princípio da pluralidade de formas de família, o da igualdade jurídica dos cônjuges, o da igualdade jurídica de todos os filhos. Nela, a função social da propriedade e, como consequência, dos contratos, ganhou contornos precisos e ousados. Foram criadas novas categorias de usucapião, com requisitos mais flexíveis e prazos menores. **A proteção do consumidor passou a ser tratada como um dos fundamentos da ordem econômica** (grifo nosso) (ROBERTO, 2003, p. 84).

Quando se fala da pessoa com deficiência e o risco patrimonial, é importante mencionar que as leis brasileiras têm passado por grandes mudanças a fim de ampará-las, sobretudo, quanto aos cuidados com seus bens e recursos financeiros. Para Trindade (2016), a sistematização jurídica concernente à conjectura das incapacidades e seus desdobramentos passou por intensas modificações, mas, o Código Civil brasileiro, que foi editado em 2002, ao qual é imputada a competência para se arrolar através da sistematização constitucional a proteção da dignidade da pessoa humana, não compreendeu em seu teor a admissão da autonomia absoluta dos indivíduos com deficiência.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência transformou o foco de abordagem das pessoas com deficiência, tendo como objetivo uma a inclusão social, materializando valores constitucionais, em especial a dignidade da pessoa humana em múltiplos níveis.

Não obstante se considere que a pessoa com deficiência obteve novas possibilidades de promoção de sua dignidade, quando se insere tal pessoa no contexto da sociedade do consumo, surgem divergências doutrinárias acerca dos riscos a que está sujeita.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência ao estabelecer que, atingida a maioridade civil, a pessoa com deficiência atinge a capacidade plena, trouxe para a doutrina o questionamento acerca dessa emancipação, os seus benefícios e os riscos a que está sujeita a pessoa com deficiência na sociedade de consumo.

Entretanto, o Brasil é um país, reconhecidamente, como aplicador da adoção de técnicas e medidas propostas à integração social, preservação da igualdade e respeito aos direitos humanos, principalmente, voltados para a dignidade humana. Sendo assim, através do aumento da autonomia dos indivíduos com deficiência, acompanhando a convergência que vem sendo mundialmente seguida, se presta à conservação do Brasil como país vanguardista na proteção das garantias individuais, além de contribuir para a consolidação do Estado Democrático de Direito.

Em decorrência da vulnerabilidade do consumidor, este é considerado como a parte frágil consumismo, entretanto, o Código de Defesa do Consumidor (CDC), estabelece normas que visam amparar esses indivíduos, principalmente, o deficiente Mallmann e Rodrigues (2015, p. 261), assim sendo:

No que concerne ao princípio da vulnerabilidade do consumidor em razão de se tratar de um conceito doutrinário, derivado da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) houve a análise exaustiva de artigos, livros e o texto da mencionada lei a respeito do tema. Sob essa perspectiva observou-se que o melhor conceito a ser explanado acerca do ponto em questão foi o trazido por Luiz Antonio Rizzatto Nunes, levando-se em conta aquilo que preceitua o caput do Art. 4º da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) cuja leitura é cristalina no sentido de que na medida em que se estabelecer que objetivo máximo das relações de consumo deve ser o atendimento real e integral às aspirações e necessidades dos consumidores, nesse sentido é que constitui um dever a atenção a diversos valores e em especial o respeito à sua dignidade, bem como uma blindagem de seus interesses econômicos, o que deve resultar em uma harmonia das relações de consumo. O que leva a perspectiva de que o consumidor dentro de uma relação de consumo é a parte mais frágil.

No que tange ao CDC, Lauro *et al.* (2015), asseguram que enquanto regra vigente, o referido Código posiciona-se na especialidade, manifesta-se norma em concordância com a realidade hodierna da pós-modernidade jurídica.

Nesse contexto de amparo a dignidade humana e no que se estabelece ao direito do incapacitado, Trindade (2016, p. 19), faz saber que:

Essa visão humanista foi inaugurada no Direito brasileiro por intermédio da Constituição Federal de 1988, sendo consolidada tal perspectiva com a

internalização no Direito pátrio da Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, que possui hierarquia constitucional, sobrepondo-se às normas infraconstitucionais estabelecidas pelo vigente Código Civil de 2002.

À vista desse panorama, é que se deu a evolução histórica do regime das incapacidades no Direito pátrio, inaugurando a interpretação civil-constitucional voltada para concretização dos novos paradigmas afetos à incapacidade civil, visando à humanização das relações privadas que envolvem pessoas incapazes.

Entretanto, o CDC além de buscar resguardar as questões que envolvem valores, se fundamenta ainda na busca pela dignidade da pessoa humana, pois, muitas vezes não são respeitados pelas organizações como devem ser nesse presságio Bittar assevera que:

A bandeira dos direitos humanos é hasteada no cume dos valores sociais, e torna-se a mais importante referência dos direitos para a sociedade como um todo, até mesmo um porto seguro para as ambições sócio-políticas e o termômetro dos regimes democráticos e antidemocráticos. De fato: "Segundo Erik Jaime (Jayme, 1995, p. 36), as características, os elementos da cultura pós-moderna no Direito seriam: o pluralismo, a comunicação, a narração, o que Jayme denomina de *leretourdessentiments*, sendo o *leitmotiv* da pós-modernidade a valorização dos Direitos Humanos (Marques, A crise científica do direito na pós-modernidade e seus reflexos na pesquisa. Arquivos do Ministério da justiça, 1998, p. 54)(2010, p. 518).

Lauro et al. (2015), enfatizam que a ideia de globalização leva a um conceito de unidade mundial, de uma compreensão que leve em consideração um parâmetro genérico para as ciências e para a conduta das pessoas. Entretanto, hoje em dia, ouve-se falar em múltiplos segmentos padronizados que são: mercado, economia, linguagem, e até mesmo em Direito. Isso ocorre devido a aproximação comercial entre o oriente e o ocidente, essa constatação elucubra de modo indireto no preceito jurídico brasileiro, principalmente, quando se diz respeito a defesa do consumidor, conforme prediz o CDC em seu art. 7º o emprego do Direito Comparado, que perfaz em relação aos tratados e convenções internacionais dos quais o Brasil é signatário, *in verbis*:

Art. 7º Os direitos previstos neste código não excluem outros decorrentes de tratados ou convenções internacionais de que o Brasil seja signatário, da legislação interna ordinária, de regulamentos expedidos pelas autoridades administrativas competentes, bem como dos que derivem dos princípios gerais do direito, analogia, costumes e equidade (BRASIL, 1990).

Ainda seguindo os preceitos apontados pelos autores Lauro *et al.* (2015, p. 93), a respeito os sujeitos desse novo desenho pós-moderno, é possível observar que existe um pluralismo, de forma que busca-se tutelar, de maneira especial aqueles avaliados vulneráveis, “trata o referido dispositivo de sujeitos como os próprios consumidores, trabalhadores, crianças e adolescentes, jovens, idosos, índios, mulheres, deficientes, negros, dentre outros”.

No campo consumerista, Nunes (2000, p. 106), menciona que a perspectiva levada ao consumidor dentro da relação instituída através do consumo, esse indivíduo é considerado pelos aparatos legais como sendo parte mais frágil, e como tal deve ter seus direitos resguardados, conforme aponta o texto a seguir:

[...] o consumidor é a parte fraca da relação jurídica de consumo. Essa fraqueza, essa fragilidade, é real, concreta, e decorre de dois aspectos: um de ordem técnica e outro de cunho econômico. O primeiro está ligado aos meios de produção, cujo conhecimento é monopólio do fornecedor. E quando se fala em meios de produção não se está apenas referindo aos aspectos técnicos e administrativos para a fabricação de produtos e prestação de serviços que o fornecedor detém, mas também ao elemento fundamental da decisão: é o fornecedor que escolhe o que, quando e de que maneira produzir, de sorte que o consumidor está à mercê daquilo que é produzido.

Koyama (2017, p. 13) trouxe à baila o Agravo de Instrumento nº 2016.003529-1, ajuizado pelo Relator: Des. João Rebouças, a saber:

EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. **CURATELA DE PESSOA RELATIVAMENTE INCAPAZ.** MODIFICAÇÃO DO CÓDIGO CIVIL PELO **ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.** DESPACHO COM CONTEÚDO DECISÓRIO DETERMINANDO A JUNTADA DE NOVO LAUDO MÉDICO PARA RESPONDER QUESITOS RELACIONADOS A QUESTÕES EXTRAPATRIMONIAIS. DILIGÊNCIA DESNECESSÁRIA. **CURATELA QUE DEVE SER LIMITADA A ATOS PATRIMONIAIS E NEGOCIAIS DA VIDA CIVIL.** INTELIGÊNCIA DA LEI Nº 13.146/2015. **CAPACIDADE PLENA DA CURATELANDA PARA EXERCER ATOS JURÍDICOS EXISTENCIAIS.** CONHECIMENTO E PROVIMENTO DO RECURSO. PRECEDENTES.

Tomou como base para o voto realizado, o artigo 85º, “caput” do mesmo ordenamento jurídico, destacando que a pessoa com deficiência tem o direito ao exercício de sua capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas, podendo ser restringindo, em certos casos, apenas a aptidão para exercer atos de natureza patrimonial e negocial.

“Art. 85. A curatela afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial” [...].

Dessa maneira, corroborando com o entendimento acima apresentado, Cleyson de Moraes Mello, afirma que hoje a capacidade jurídica é considerada no rol dos direitos humanos, por força do artigo 12 da convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, a qual o Brasil

incorporou no ordenamento jurídico com status constitucional e, também da Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Entretanto, o Decreto 6.949/2009, no artigo 12 diz que todos devem ter o seu direito resguardado pelas leis, ou seja, o reconhecimento igual perante a lei independentemente das suas condições físicas, intelectuais e psíquicas, portanto, o texto do referido artigo aborda que:

- 1.Os Estados Partes reafirmam que as pessoas com deficiência têm o direito de ser reconhecidas em qualquer lugar como pessoas perante a lei.
- 2.Os Estados Partes reconhecerão que as pessoas com deficiência gozam de capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas em todos os aspectos da vida.
- 3.Os Estados Partes tomarão medidas apropriadas para prover o acesso de pessoas com deficiência ao apoio que necessitarem no exercício de sua capacidade legal.
- 4.Os Estados Partes assegurarão que todas as medidas relativas ao exercício da capacidade legal incluam salvaguardas apropriadas e efetivas para prevenir abusos, em conformidade com o direito internacional dos direitos humanos. Essas salvaguardas assegurarão que as medidas relativas ao exercício da capacidade legal respeitem os direitos, a vontade e as preferências da pessoa, sejam isentas de conflito de interesses e de influência indevida, sejam proporcionais e apropriadas às circunstâncias da pessoa, se apliquem pelo período mais curto possível e sejam submetidas à revisão regular por uma autoridade ou órgão judiciário competente, independente e imparcial. As salvaguardas serão proporcionais ao grau em que tais medidas afetarem os direitos e interesses da pessoa.
- 5.Os Estados Partes, sujeitos ao disposto neste Artigo, tomarão todas as medidas apropriadas e efetivas para assegurar às pessoas com deficiência o igual direito de possuir ou herdar bens, de controlar as próprias finanças e de ter igual acesso a empréstimos bancários, hipotecas e outras formas de crédito financeiro, e assegurarão que as pessoas com deficiência não sejam arbitrariamente destituídas de seus bens (BRASIL, 2009).

Além disso, Koyama (2017, p. 13), aponta que no Agravo de Instrumento nº 2016.003529-1, que ajuizado pelo Relator: Des. João Rebouças, deixa evidente que:

[...] o direito das pessoas com deficiência a tomar decisões sobre a sua vida e desfrutar da sua capacidade jurídica, em condições de igualdade com os outros é uma das questões de direitos humanos mais importantes na Europa. Assim, o que se quer é uma postura de conhecimento, visando à eliminação de barreiras que impedem as pessoas com deficiência de tomar o controle de suas vidas e se tornarem cidadãos ativos contribuindo positivamente para a sociedade.

Para finalizar a análise, deve-se destacar que o Estatuto da Pessoa com Deficiência procurou quebrar paradigmas em relação às pessoas com deficiência. Verifica-se que é preciso haver um equilíbrio nas relações, para que, as pessoas com deficiência tenham igualdade e inclusão social garantidos, pois ter capacidade para poder tomar decisões faz parte da essência da dignidade.

Outra questão de suma relevância, que diz respeito aos direitos do consumidor, está relacionada a publicidade abusiva a Lei nº 8.078/1990 (CDC) no Art. 37, inciso 2º considera que:

É abusiva, dentre outras a publicidade discriminatória de qualquer natureza, a que incite à violência, explore o medo ou a superstição, se aproveite da deficiência de julgamento e experiência da criança, desrespeite valores ambientais, ou que seja capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança. (BRASIL, 1990).

Diante do exposto, é importante mencionar o que aborda o inciso III do art. 6º do CDC, que estabelece a informação adequada sobre um produto como um direito básico do consumidor “[...] a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem” (BRASIL, 1990).

Norat (2010) menciona que tem um viés mais amplo, que envolve todo e qualquer assunto relacionado a acometimentos reais contra a pessoa do consumidor, no seu significado coletivo. Essas ofensas se compendiam em publicidades discriminatórias; em conteúdo que possa estimular o consumidor à violência, que o leve a um comportamento prejudicial ou perigoso contra si ou contra outrem; explorar o medo ou a credence; aproveitar-se da deficiência de julgamento e inexperiência da criança/adolescente, além disso, estão abarcadas ainda qualquer forma de desrespeito a valores ambientais ou antagônicos à ética, a moral e ordem pública. Sendo assim, é imprescindível assegurar o que diz o art. 31 do CDC que faz saber:

A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores (BRASIL, 1990).

Seguindo esse pressuposto, Martins (2014), diz que é de suma relevância que o consumerista, antes de contratar qualquer serviço de crédito, tenha principalmente o conhecimento de seus futuros deveres e obrigações, para que possa manifestar de forma franca e consciente a sua vontade, para que não corra o perigo de ser surpreendido no futuro com determinada disposição contratual sobre a

qual não tinha informação. Consequentemente é importante apontar que nos contratos bancários, computados os de financiamento, cartão de crédito e empréstimo pessoal, a boa-fé objetiva se estabelece nos deveres impostos ao fornecedor de corroborar e cooperar com a parte contratual, acastelando o superendividamento do usuário.

Em complemento ao exposto acima, Martins (2014), destaca que o fornecedor está obrigado a evidenciar, de modo claro, objetivo, verdadeiro ao consumidor os termos do ajustamento a ser celebrizado. Sendo assim, não basta exclusivamente disponibilizar os dados, mas, é preciso que o cliente perceba efetivamente o que está sendo avisado. Acredita-se que desse modo o consumidor concretizará o contrato de forma consciente, atenuando, os riscos de danos e de insucesso de perspectivas.

Muitos indivíduos têm ficado com superendividamento nas agências bancárias/financeiras, no que se refere a isso Martins (2014, p. 31), diz que:

Embora seja de extrema importância o cumprimento das regras nas ofertas e nos contratos de crédito como forma de prevenir o superendividamento, as instituições financeiras vêm constantemente desobedecendo a esse dever de informação, logo, absolvendo do consumidor a possibilidade de pensar sobre as reais condições do negócio. Na prática é muito comum a oferta de crédito sem as características que estabelece o art. 31 e sem as informações necessárias que fixa o art. 52 do CDC. Mas, infelizmente, na grande maioria das vezes, os contratos de crédito ao consumo continuam a ser realizados sem a observação desses preceitos da informação e da transparência, possuindo cláusulas mal redigidas e obscuras, dificultando a compreensão pelo consumidor das reais responsabilidades e obrigações vindas do contrato.

Portanto, Trindade (2016), enfatiza que não obstante o acontecimento do Código Civil de 2002 ter sua validade iniciada em data atualizada, o que se compreende da análise concernente ao regime das incapacidades, é que o desígnio para conhecimento do assunto, tendo em vista, que mesmo no código mais atual, se encrava no ponto patrimonialista, não renovado por meio da relação com o antigo código civil, destoando da tônica de que a modificação de código, normalmente, acompanha uma mudança paradigmática. Assim sendo, a mudança da legislação que vela de modo eminente pelo amparo do incapaz sob a probabilidade patrimonial faz jus a revisão no sentido que o embasamento dado ao tema seja regularizado no desenvolvimento do indivíduo.

Diante da postura doutrinária negativa em relação a emancipação da pessoa com deficiência, pode-se observar também que o legislador não os deixou desamparados, ou a própria sorte. Pois mesmo com o avanço conceitual do código civil diante das capacidades, os meios de proteção ainda permaneceram previstos tanto neste código, como também no Estatuto da Pessoa com Deficiência além de inserir uma nova modalidade protetiva.

Tostes (2017) aborda essa perspectiva sob uma ótica positiva, pois os instrumentos previstos no Estatuto são aptos a protegê-las, apresentando-se como uma maneira eficaz para o apropriado funcionamento das sociedades e propiciando a proteção àqueles que necessitam.

Entretanto, por mais que o legislador paulatinamente busque aperfeiçoar os mecanismos de proteção, para que se possa adequá-los ao modelo personalista do direito civil constitucional, essas medidas são prioritariamente funcionalizadas ao campo estritamente patrimonial.

Em complemento, Lauro *et al.* (2015), enfatizam que em consequência desse pluralismo de opiniões, existe uma opulência em relação a proteção legislativa na pós-modernidade, isso acaba dando margem ao aparecimento de subversões no que se refere a aplicação dessas normas, conflitos esses que tendem a ser selecionados através de uma explanação distendida e conforme a norma constitucional, que se constitui como o instrumento maior em um ordenamento jurídico.

Rosenvald (2015) assevera que a tutela e curatela são medidas protetivas do indivíduo e dos bens daqueles que detêm limitada a habilidade de atuar, seja pela idade ou pela submissão a prévio processo de incapacitação, para que se possa evitar os riscos que essa carência possa cominar ao exercício das conjunturas jurídicas por parte de pessoas juridicamente vulneráveis.

É dizer as pessoas com deficiência devem ser agregadas a sociedade, porém, de forma que também sejam respeitadas as suas limitações, proporcionando a adequação às suas diferenças e consequentemente, afiançando a chance de demonstrarem suas vontades, que é a característica fundamental do indivíduo.

Segundo Rosenvald (2015), o art. 116 da Lei n. 13.146/15 cria um *tertiumgenus* quanto ao assunto relacionado aos modelos protetivos de pessoas em situação de vulnerabilidade. Além dos tradicionais estatutos da tutela e curatela brota-se a tomada de decisão apoiada.

Através da tomada de decisão apoiada, o beneficiário pode manter a capacidade de fato. Ainda que seja nos específicos atos em que possam ser coadjuvados pelos apoiadores, desse modo a pessoa com deficiência não passará por restrição em seu estado de plena capacidade, mas, somente será privada de legitimidade para exercitar episódicos e atos da vida civil.

Quanto aos respaldos jurídicos relacionados a incapacidade das pessoas com deficiência, as quais normalmente não tem como responder por seus bens patrimoniais e assegurar seus direitos consumeristas, Rosenvald (2015, p. 09), faz saber que:

Assim, pessoas com capacidade psíquica plena, porém vulneráveis, tais como deficientes físicos (v.g. tetraplégicos), obesos mórbidos, cegos, sequelados de AVC e portadores de outras enfermidades que as privassem da deambulação para a prática de negócios e atos jurídicos de cunho econômico, com base no art. 1.780 do CC/2002, poderiam se servir de sua autonomia para indicar um curador que se responsabilizaria por tais atribuições, sem que o representante judicial interferisse nas deliberações existenciais da pessoa curatelada, pois esta não sofreria nenhuma mitigação em sua autodeterminação.

Além disso, quanto à criação da Lei nº. 13.146/15 Tostes (2017, p. 08), afirma que:

Neste novo sistema criado pelo estatuto, a pessoa com deficiência, por sua iniciativa, nomeia pelo menos duas pessoas idôneas "com as quais mantenha vínculos e que gozem de sua confiança, para prestar-lhe apoio na tomada de decisão sobre atos da vida civil, fornecendo-lhes os elementos e informações necessários para que possa exercer sua capacidade." Verifica-se, portanto, que o novo instituto não necessariamente associa-se diretamente com o deficiente mental, podendo ser arguida por qualquer indivíduo que se enquadre como deficiente nos termos do Estatuto.

O objetivo da criação do instituto da tomada de decisão apoiada foi proporcionar um espaço para que o deficiente escolha as pessoas que iram auxiliá-lo nos atos de sua vida com base em uma rede de indivíduos no qual ele confia, evitando as situações que o processo de interdição defere a curatela à revelia e muitas vezes contrários ao interesse do curatelado.

Diante desse contexto, Rosenvald (2015, p. 03), destaca que:

Na iminência da vigência da Lei n. 13.146/15, vaticinamos que a tomada de decisão apoiada terá amplo espaço na zona gris que separa as pessoas com total autodeterminação e aquelas que não conseguem se fazer

compreender. Por inúmeras razões, um contingente enorme de seres humanos possuem limitações no exercício do autogoverno, não obstante preservem de forma precária a aptidão de se expressar e de se conectar com o mundo. Em prol dessas pessoas, caminho não será o binômio incapacidade relativa/curatela. A *tomada de decisão apoiada* (art. 1.783-A, CC) se coloca de forma intermediária entre os extremos das pessoas ditas normais – nos aspectos físico, sensorial e psíquico – e aquelas pessoas com deficiência qualificada pela curatela. A partir de janeiro de 2016, haverá uma gradação tripartite de intervenção na autonomia: a) pessoas sem deficiência terão capacidade plena; b) pessoas com deficiência se servirão da tomada de decisão apoiada, a fim de que exerçam a sua capacidade de exercício em condição de igualdade com os demais; c) pessoas com deficiência qualificada pela curatela em razão da impossibilidade de autogoverno serão interditadas.

De acordo com Tostes (2017), através da transição dos direitos do deficiente, tem-se como qualidade fundamental a necessidade dessas pessoas de se adequarem à forma como a sociedade em que elas estão inseridas é idealizada. Assim sendo, este modelo nada mais representa, do que uma necessidade da sociedade em adaptar o diferente ao padrão estabelecido como normal, conseqüentemente, torna-se necessário a modificação da pessoa para que ela pudesse ao máximo igualar-se com o protótipo considerado modelo ideal.

Destarte, não apenas o enfoque da inclusão dos indivíduos com deficiências é examinado neste padrão, mas, também a necessidade de participação e conscientização de toda a sociedade de forma ativa, tendo como objetivo as melhores condições de convívio entre a sociedade e as pessoas com deficiência, como característica principal a inclusão, constituindo como prioridade a sua aplicação o dever da sociedade em acomodar as pessoas conforme as diferenças de cada um.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo vislumbrou-se, realizar uma análise dos paradigmas jurisdicionais relacionados às mudanças da lei Nº 13.146 de 06 de julho de 2015, apontando as questões que envolvem o risco patrimonial na sociedade de consumo, tendo como base a vulnerabilidade do consumidor deficiente, principalmente, devido a sua incapacidade a qual está ligada à impossibilidade jurídica de realizar certos atos, sobretudo, quanto à compra e venda.

Entretanto, a tutela ou curatela é o paradigma que continuará sendo realizado para a concretização em casos em que os indivíduos nasceram ou adquiriram algum tipo de limitação durante a vida, que são as anomalias físicas ou mentais, as deformações congênitas, ou seja, quando se encontrar em condição de incapacidade absoluta, que deve ocorrer através da indicação expressa pelo Juiz. Esse é um direito que a pessoa com deficiência tem, sendo instituído por meio do Estado Democrático de Direito.

Mas, atualmente, o Estatuto da Pessoa com Deficiência diz que o deficiente tem direito de deliberar sobre suas vontades, em relação ao seu patrimônio, seja para comprar ou vender, portanto, ele é responsável por seus atos na tomada de decisão. Contudo, o CDC é uma das normativas que tem como função o amparo desses indivíduos, para resguardar e sanar as questões que envolvem valores, privando sempre pela dignidade da pessoa humana.

Por fim, é importante mencionar que as mudanças da lei Nº 13.146/2015, ainda causa divergências entre os doutrinadores quanto à segurança patrimonial das pessoas com deficiência, tendo em vista, que para alguns ela se constitui como uma forma de inserção social e de autonomia para esses, mas outros acreditam que isso coloca em risco seu patrimônio. Nessa perspectiva, sugerem-se novos estudos mais aprofundados sobre o tema, já que existe pouca literatura sobre o tema.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, João Ferreira. **Bíblia Sagrada Atualizada**. 2017. Disponível em: <<https://biblia.com.br/joao-ferreira-almeida-atualizada/>>. Acesso em: 14 nov. 2017.

ANSELMO, José Roberto e; VOLTOLIN, Elvis Donizeti. Direito à acessibilidade da pessoa com deficiência e inclusão social. **Revista do Curso de Direito da FSG** • ano 4, n. 8, jul./dez. 2010. disponível em: <file:///D:/Downloads/723-2075-1-PB%20(4).pdf>. Acesso em: 05 dez. 2017.

ARANHA, Maria Salete. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. **Revista do Ministério Público do Trabalho**, Ano XI, n. 21 março, 2001. pp.160-173. Disponível em:<http://devotuporanga.edunet.sp.gov.br/OFICINA/Educa%C3%A7%C3%A3oEspecial_PARADIGMAS_DA_RELA%C3%87%C3%83O_DA%20SOCIEDADE_COM%20_AS_PESSOAS_COM_DEFICI%C3%8ANCIA_19abril_2012.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2017.

ARAÚJO, Emily Gonzaga de. **Consumir para ser: o consumo na contemporaneidade sob um enfoque sociológico**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – Campina Grande – PB – 10 a 12 de Junho 2010. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2010/resumos/R23-0528-1.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

ARENDT, Hannah. Entre o Passado e o Futuro. São Paulo: Editora Perspectiva, 5 ed. 2001.

ASSIS, Olney Queiroz; POZZOLI, Lafayette. **Pessoa portadora de deficiência: direitos e garantias**. 2. ed. São Paulo: Damásio de Jesus, 2005.

BARROS, Fernanda de Sousa; OLIVEIRA, Verônica Macário de e; CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde. **A CONTEMPORANEIDADE DO CONSUMO NO CONTEXTO DA SUSTENTABILIDADE**: um estudo sobre consumo consciente. XXX ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO Maturidade e desafios da Engenharia de Produção: competitividade das empresas, condições de trabalho, meio ambiente. São Carlos, SP, Brasil, 12 a15 de outubro de 2010.

BARROSO, Luis Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. São Paulo: Saraiva, 2009.

BARROSO, Luís Roberto. Neoconstitucionalismo e Constitucionalização Do Direito (O triunfo tardio do direito constitucional no Brasil). **Revista Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, 240: 1-42, Abr./Jun. 2005. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/43618>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

BASTOS, Celso Ribeiro; MARTINS, Ives Gandra. **Comentários à Constituição do Brasil**: (promulgada em 5 de outubro de 1988), v. 9, arts. 233 a 246. ADCT. São Paulo: Saraiva, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para Consumo** – a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008.

_____. **Modernidade e Ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1999.

BERNARDI, Renato e; LAZAR, Rafael José Nadim de. Inclusão educacional da pessoa portadora de deficiência: benefícios e riscos. **RIDH** - Bauru, v. 1, n. 1, p. 103-114, dez. 2013. Disponível em: <[file:///D:/Downloads/157-589-1-PB%20\(1\).pdf](file:///D:/Downloads/157-589-1-PB%20(1).pdf)>. Acesso em: 05 dez. 2017.

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. O Direito na pós-modernidade. **Revista Sequência**, no 57, p. 131-152, dez. 2010. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&cad=rja&uact=8&ved=0CCsQFjAC&url=https%3A%2F%2Fperiodicos.ufsc.br%2Findex.php%2Fsequencia%2Farticle%2Fdownload%2F2177-7055.2008v29n57p131%2F13642&ei=__RxVYyjG67IsQSo64GwBw&usg=AFQjCNFXdqAqk416tWXA326Wjf7oBPp9rg&sig2=7KiWVfQkEFXVZagBjWI6w&bvm=bv.95039771,d.aWw>. Acesso em: 02 dez. 2017.

BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. São Paulo: Malheiros. 1998.

BRASIL. **Decreto Nº 3.956, de 8 de outubro de 2001**. Brasília/DF, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm>. Acessível em: 05 dez. 2017.

_____. **LEI Nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília/DF, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 05 dez. 2017.

_____. **Decreto Nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília/DF, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 05 dez. 2017.

_____. **Cartilha do Censo 2010 - Pessoas com Deficiência.** Org: OLIVEIRA, Luiza Maria Borges. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD). Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência, Brasília/DF: SDH-PR/SNPD, 2012. 32 p. disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/publicacoes/cartilha-do-censo-2010-pessoas-com-deficiencia>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

_____. **LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002.** Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, Institui o Código Civil. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm>. Acesso em: 05 dez. 2017.

_____. **Decreto Nº 678, de 06 de novembro de 1992:** Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0678.htm>. Acesso em: 16 nov. 2017.

_____. **Emenda Constitucional Nº 45, de 30 de Dezembro de 2004.** Altera dispositivos dos arts. 5º, 36, 52, 92, 93, 95, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 111, 112, 114, 115, 125, 126, 127, 128, 129, 134 e 168 da Constituição Federal, e acrescenta os arts. 103-A, 103B, 111-A e 130-A, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc45.htm>. Acesso em: 16 nov. 2017.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 04 maio 2017.

_____. **LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990:** Dispõe sobre a proteção do consumidor. Brasília/DF, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078.htm>. Acesso em: 05 dez. 2017.

BRITO, Alírio Maciel Lima de; DUARTE, Haroldo Augusto da Silva Teixeira. O princípio da vulnerabilidade e a defesa do consumidor no direito brasileiro: origem e consequências nas regras regulamentadoras dos contratos e da publicidade. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 11, n. 1109, 15 jul. 2006. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/8648>>. Acesso em: 5 dez. 2017.

Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM). **Regras Gerais sobre a Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiências:** Adotadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas na sua resolução 48/96, de 20 de Dezembro de 1993. 2017. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/RegGerIguaOportPesDef.html>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). **B-32: CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS "PACTO DE SAN JOSÉ DE COSTA**

RICA". Disponível em: <http://www.cidh.org/basicos/portugues/d.Convencao_Americana_Ratif..htm>. Acesso em: 16 nov. 2017.
CUNHA, Paulo Ferreira da; DIP, Ricardo. Breves Apontamentos Sobre o "Pacto de São José da Costa Rica". Coord. de Jaques Camargo Penteado. **In Justiça Penal.** 1978, p 150.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito Civil Brasileiro.** 1. Teoria Geral do direito civil. 29 ed. São Paulo: Saraiva 2012.

_____.A nova teoria das incapacidades. **Revista Thesis Juris (RTJ)**, eISSN 2317-3580, São Paulo, V. 5, N.2, pp. 263-288, maio-ago. 2016.

DOBARRO, Sergio Leandro Carmo. **A vulnerabilidade do consumidor à luz do princípio da dignidade da pessoa humana.** 2013. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=c6344b0ae32e496b>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

FARIA, Danielle de Oliveira Cabral. A inclusão da pessoa com deficiência na Constituição Brasileira de 1988 In: SIQUEIRA, Dirceu Pereira; SANTOS, Murilo Angeli Dias dos (org.). **Estudos contemporâneos de hermenêutica constitucional.** Birigui/SP: Boreal Editora, 2012. p.119-131.

FERNANDES, Lorena; SCHLESENER, Anita e; MOSQUERA, Carlos. Breve histórico da deficiência e seus paradigmas. **Rev. do núcleo de estudos e pesquisas interdisciplinares em musicoterapia**, Curitiba v.2, p. 132- 144, 2011. Disponível em: <http://www.fap.pr.gov.br/arquivos/File/extensao/Arquivos2011/NEPIM/NEPIM_Volume_02/Art08_NEPIM_Vol02_BreveHistoricoDeficiencia.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2017.

FONSECA, Ricardo Tadeu. **O trabalho protegido do Portador de Deficiência.** 2000. Disponível em: <http://www.ibap.org/ppd/artppd/artppd_ricardofonseca01.htm>. Acesso em: 01 out. 2017.

FREIRE, Samanta Araujo. **O Deficiente e o Mercado de Trabalho:** uma análise dos programas de qualificação profissional no município de Manaus. Manaus: UFAM, 2015. Disponível em: <<http://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/5078/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Samanta%20Ara%C3%BAjo%20Freire.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2017.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro.** vol.1: parte geral. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

GUGEL, Maria Aparecida. **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade.** 2007. Disponível em: <<http://www.ampid.org.br/Artigos/PD.Historia.phd>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

Instituto Nacional de Reabilitação (INR). **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.** 2014. Disponível em:

<<http://www.inr.pt/content/1/1187/convencao-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

JANNUZZI, Gilberta S. de M. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas: Autores Associados, 2004.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. **Deficiência múltipla e educação no Brasil: discurso e silêncio dos sujeitos**. Campinas: Autores Associados, 1999.

KOYAMA, Débora Fazolin. **Os reflexos da lei 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência – no sistema jurídico brasileiro**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Presbiteriana Mackenzie, para obtenção do Título de Bacharel em Direito, sob a orientação da Prof^a. Dra. Ana Cláudia Scalquette. São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://www.camarainclusao.com.br/artigos/os-reflexos-da-lei-13-1462015-estatuto-da-pessoa-com-deficiencia-no-sistema-juridico-brasileiro/>>. Acesso em: 02 dez. 2017.

KÜMPEL, Vitor Frederico e; BORGARELLI, Bruno de Ávila. As aberrações da lei 13.146/2015: "A vulnerabilidade do indivíduo não pode nunca ser desconsiderada pelo ordenamento. Isso é óbvio". **Revista migalhas**, 2015. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI224905,61044-As+aberracoes+da+lei+131462015>> acesso em: 02 dez. 2017.

LARAIA, Maria Ivone Fortunato. **A pessoa com deficiência e o direito ao trabalho**. Dissertação apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação do Professor Doutor Paulo Sérgio João. SÃO PAULO 2009. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp121701.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

LAURO, Rogério Gomes de *et al.* O código de defesa do consumidor no contexto do ordenamento jurídico brasileiro e a teoria do diálogo das fontes. **InterSciencePlace - Revista Científica Internacional**, nº 2, vol 10, artigo nº 5, abril/junho de 2015. disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/o_codigo_de_defesa_do_consumidor_no_contexto_do_ordenamento_juridico_brasileiro_e_a_teor_i_a_do_dialogo_das_fontes.pdf>. Acesso em 02 dez. 2017.

LIPOVETSKY, Gilles. **A felicidade paradoxal**. Ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MALLMANN, Querino e; RODRIGUES, Ronald Pinheiro. O princípio da vulnerabilidade do consumidor frente ao direito de marca. **PIDCC**, Aracaju, Ano IV, Volume 09 nº 03, p.255 a 263 Out/2015. Disponível em: <<http://pidcc.com.br/artigos/102015/11102015.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

MANASSÉS, Diogo Rodrigues. Vulnerabilidade, hipossuficiência, conceito de consumidor e inversão do ônus da prova: notas para uma diferenciação. **ConteúdoJuridico**, Brasília/DF: 17 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.43983>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

MARTINS, Andreia Fernanda de Souza. A aplicação da dignidade da pessoa humana e da boa-fé ao superendividamento no Brasil. **COLEÇÃO CONPEDI/UNICURITIBA** - Curitiba - PR.: vol.8. Clássica Editora, 2014.

MARTINS, Silvia Portes Rocha. O estatuto da pessoa com deficiência e as alterações jurídicas relevantes no âmbito da capacidade civil. **Revista dos Tribunais**. vol. 974/2016 | p. 225 - 243 | Dez / 2016.

MAZZOTTA, Marcos J.S. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas**. 5 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

MIRANDA, Mariana Almeida Picanço de. **Poder Judiciário brasileiro e a proteção dos direitos humanos**: Aplicabilidade e incorporação das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Dissertação de Mestrado apresentado a Fundação Getúlio Vargas (FGV), Orientador José Ricardo Cunha. Rio de Janeiro, 2009. 126 f. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/4219/DMPPJ%20-%20MARIANA%20ALMEIDA%20PICAN%C3%87O%20DE%20MIRANDA.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

MOREIRA, Filipa Ramos. O consumo e o crédito na sociedade contemporânea. **Gestão e Desenvolvimento**, 19 (2011), 91-114. Disponível em: <O consumo e o crédito na sociedade contemporânea. **Gestão e Desenvolvimento**, 19 (2011), 91-114>. Acesso em: 05 dez. 2017.

NORAT, Markus Samuel Leite. **Direito do consumidor**: oferta e publicidade. São Paulo: Anhanguera, 2010.

NUNES, Luiz Antonio Rizzatto. **Comentários ao Código de Defesa do Consumidor**: direito material (arts. 1º a 54). São Paulo: Saraiva, 2000,

OLIVEIRA, Lilia Candella de. **Visibilidade e Participação Política**: Um estudo no Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência em Niterói. Dissertação apresentada ao Centro de Ciências Sociais – PUC-Rio, orientadora Ilda Lopes Rodrigues da Silva. Rio de Janeiro 2010. Disponível em: <http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0812002_10_pretextual.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2017.

ORTIGOZA, Silvia Aparecida Guarniere e; CORTEZ, Ana Tereza C.(org.). **Da produção ao consumo**: impactos socioambientais no espaço urbano. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

Organização das Nações Unidas (ONU). **Resolução da ONU nº 37/52, de 03 de dezembro de 1982**. Disponível em: <<http://www.mpdf.mp.br/deficiencia/index.php/legislacao/1-direitos-basicos-competencia-politica-geral-e-assistencia-social/17-apendice-n-1/13-uniao/uniao-resolucoes/714-resolucao-da-onu-n-3752-de-03-de-dezembro-de-1982>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

_____. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. UNIC/Rio/005. jan. 2009. Disponível em <www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>. Acesso em: 01 out. 2017.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **PROCESSO FAMILIAR: Lei 13.146 acrescenta novo conceito para capacidade civil.** Consultor Jurídico (CONJUR), 2015. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2015-ago-10/processo-familiar-lei-13146-acrescenta-conceito-capacidade-civil>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

PINHEIRO, Rosalice Fidalgo; DETROZ, Derlayne. A hipervulnerabilidade e os direitos fundamentais do consumidor idoso no direito brasileiro. **Revista Luso-Brasileira de Direito do Consumo** - Vol. 2. n. 4. dezembro 2012. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/72701/hipervulnerabilidade_direitos_fundamentais_pinheiro.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2017.

Procuradoria Geral do Estado de São Paulo. **TRATADO INTERNACIONAL: Convenção Americana de Direitos Humanos (1969).** (Pacto de San José da Costa Rica). Disponível em: <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/sanjose.htm>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

ROBERTO, Giordano Bruno Soares. **Introdução à história do direito privado e da codificação:** uma análise do novo Código Civil. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

ROSENVALD Nelson. **A TOMADA DE DECISÃO APOIADA – Primeiras linhas sobre um novo modelo jurídico promocional da pessoa com deficiência** 2015. Disponível em: <http://www.mpggo.mp.br/portal/arquivos/2016/08/01/14_08_08_161_Artigo_jur%C3%ADdico_A_TOMADA_DE_DECIS%C3%83O_APOIADA_Por_Nelson_Rosenvald.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2017.

SCHWARTZ, Fabio. TRIBUNA DA DEFENSORIA: A Defensoria Pública e a proteção dos (hiper)vulneráveis no mercado de consumo. Revista **Consultor Jurídico**, 19 de julho de 2016. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2016-jul-19/protecao-hipervulneraveis-mercado-consumo>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

SILVA, Otto Marques. **A Epopeia Ignorada:** a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje. São Paulo: CEDAS, 1987. disponível em: <<https://issuu.com/amaurinolascosanchesjr/docs/-a-epopeia-ignorada-oto-marques-da>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

SILVA, Cristina Aparecida da. **Pessoa com deficiência: inclusão social no âmbito trabalhista?** 2012. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,pessoa-com-deficiencia-inclusao-social-no-ambito-trabalhista,40134.html>>. Acesso em: 05 dez. 2017

SEGALLA, Juliana Izar Soares da Fonseca e; MARTA, Taís Nader. **A DIGNIDADE HUMANA COMO FUNDAMENTO DE UMA SOCIEDADE INCLUSIVA:** a importância da escola. 2013. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod= a69ce85561d92b45>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

Superior Tribunal de Justiça (STJ). **RECURSO ESPECIAL: REsp 931513 RS 2007/0045162-7.** 2007. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/16804625/recurso-especial-resp-931513-rs-2007-0045162-7/inteiro-teor-16804626>>. Acesso em: 05 dez. 2015.

TOSTES, Camila Strafacci Maia. A repercussão do estatuto da pessoa com deficiência no regime da capacidade civil. **Revista de Direito Privado** | vol. 75/2017 | p. 63 - 77 | Mar / 2017.

TRINDADE, Ivan Gustavo Junio Santos. **Os reflexos do estatuto da pessoa com deficiência (lei nº. 13.146/15) no sistema brasileiro de incapacidade civil.** [manuscrito]. Dissertação apresentada a Universidade Católica de Goiás, sob a orientação da Professora Doutora Luciane Martins de Araújo. Goiânia/GO, 2016. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/ivan_gustavo_junio_santos_trindade.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2017.

ZANATTA, Beatriz Aparecida. A Abordagem Cultural na Geografia. **Temporis(ação) (UEG)**, v.1, p. 249-262, 2008. Disponível em: <<http://www.nee.ueg.br/seer/index.php/temporisacao/article/view/28/45>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Fundação Universidade Federal de Rondônia
Gerada automaticamente mediante informações fornecidas pelo(a) autor(a)

S237r Santos, Francisdeise Suave.

O risco patrimonial na sociedade de consumo: a vulnerabilidade do consumidor com deficiência de acordo com a Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015 / Francisdeise Suave Santos. -- Cacoal, RO, 2017.

72 f.

Orientador(a): Prof.^a Ma. Daeane Zulian Dorst

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Fundação Universidade Federal de Rondônia

1.dignidade da pessoa humana. 2.pessoa com deficiência. 3.risco patrimonial. I. Dorst, Daeane Zulian. II. Título.

CDU 347.451.031

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS – PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES – CACOAL
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE DIREITO**

FRANCISDEISE SUAVE SANTOS

**O RISCO PATRIMONIAL NA SOCIEDADE DE CONSUMO: A
VULNERABILIDADE DO CONSUMIDOR COM DEFICIÊNCIA DE
ACORDO COM A LEI Nº 13.146 DE 06 DE JULHO DE 2015**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
MONOGRAFIA**

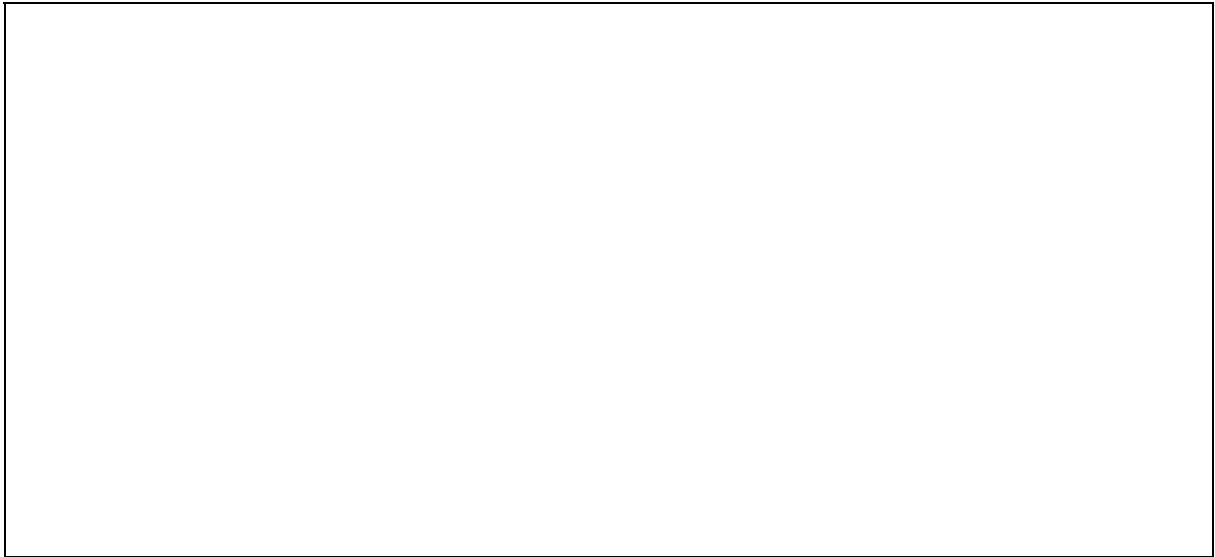
**Cacoal - RO
2017**

FRANCISDEISE SUAVE SANTOS

**O RISCO PATRIMONIAL NA SOCIEDADE DE CONSUMO: A
VULNERABILIDADE DO CONSUMIDOR COM DEFICIÊNCIA DE
ACORDO COM A LEI Nº 13.146 DE 06 DE JULHO DE 2015**

Monografia apresentada à Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR – *Campus* Prof.^o Francisco Gonçalves Quiles – Cacoal, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Direito, elaborada sob a orientação da professora M.^a Daeane Zulian Dorst.

Cacoal - RO
2017



**O RISCO PATRIMONIAL NA SOCIEDADE DE CONSUMO: A
VULNERABILIDADE DO CONSUMIDOR COM DEFICIÊNCIA DE
ACORDO COM A LEI Nº 13.146 DE 06 DE JULHO DE 2015**

Por

FRANCISDEISE SUAVE SANTOS

Professor M.^a Daeane Zulian Dorst – UNIR – Presidente

Professor M.e. Bruno M. Caixeiro - UNIR – Membro

Professor M.e. Silvério dos Santos Oliveira - UNIR - Membro

Conceito: 8,2

Cacoal, 12 de dezembro de 2017.

Dedico este trabalho aos meus amados pais, Filosvaldo e Deidris pela educação, incentivo aos estudos e a determinação de fazer de mim uma pessoa de princípios e valores.

À minha persistência, que me fez chegar ao êxito desta longa jornada.

Aos meus queridos irmãos Eliana, Moacir e Carlos Vinícius e demais familiares por vibrarem com minhas vitórias.

Ao meu filho Mateus, a melhor conquista da minha vida!

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus por seu amor e cuidado infinitos, sua presença constante na minha vida dando sabedoria e discernimento nos momentos de dúvida, medo e alegria e por permitir ter mais essa conquista.

A minha orientadora, Professora M.^a Daeane Zulian Dorst, pelo aceite, pela paciência, pela disponibilidade em transmitir seus conhecimentos, pelo encorajamento diante das dificuldades e pela amizade adquirida durante os anos de estudos e na finalização desta etapa.

Aos meus amigos de classe: Adriano Cardoso Primo, Aécio D. C. Ignácio, Avelino M. de C. Filho, Carlos Henrique da S. Levy, Diogo A. Brod, Fabio V. Matos, Klinger G. do Carmo, Jacson Clênio da S. Araújo, Josué V. Salina, por me deixarem fazer parte do grupo mais “ÉTICO” de todos os tempos deste *campus*, a Rayssa Lopes, Juliane H. Vatanabe e Michelli A. Pavani por longas conversas, lágrimas e risadas, e aos demais que fizeram desses cinco anos uma experiência agradável de convivência, aprendizado e superação além, de toda compreensão que tiveram comigo durante o curso.

A todo o corpo docente da UNIR - Cacoal por realizar com afinco seu trabalho de formação tanto profissionais como também pessoas de senso crítico apurado, de forma a buscar o verdadeiro Direito

Por isso mesmo, empenhem-se para acrescentar à sua fé a virtude; à virtude o conhecimento; ao conhecimento o domínio próprio; ao domínio próprio a perseverança; à perseverança a piedade; à piedade a fraternidade; e à fraternidade o amor.
(BÍBLIA SAGRADA, 2 Pedro 1:5-7).

RESUMO

O presente estudo tem como enfoque uma análise sobre o risco patrimonial na sociedade de consumo, apontando as questões concernentes a vulnerabilidade do consumidor com deficiência de acordo com os novos preceitos da Lei Nº 13.146 de 06 de julho de 2015. Em razão da evolução do Direito, das modificações dos aparatos legais e da criação de novas ferramentas, exige-se uma nova postura interpretativa sobre princípios constitucionais relacionados à dignidade da pessoa humana que possuem grau de elevada supremacia na ordem interpretativa do direito no país, submetendo também a vulnerabilidade do consumidor com deficiência frente a seu novo comportamento consumerista e a possibilidade de perda patrimonial a uma nova perspectiva jurídica. Trata-se, fundamentalmente, de contextualizar a proteção da pessoa com deficiência no ordenamento jurídico nacional e internacional; relacionar as implicações da emancipação frente aos princípios consumeristas de vulnerabilidade e hipossuficiência; e identificar eventuais riscos patrimoniais, em especial nas relações de consumo, a que está sujeita a pessoa com deficiência. Em suma busca-se por meio do método hipotético dedutivo analisar o paradigma de jurisdição constitucional e específica na concretização e efetivação do direito do deficiente, sua relação com o Código de Defesa do Consumidor (CDC) e as alterações proporcionadas pelo Estatuto do Deficiente Físico no Brasil

Palavras-chave: Dignidade da pessoa humana. Pessoa com Deficiência. Risco Patrimonial.

ABSTRACT

The present study focuses on an analysis of the patrimonial risk in the consumer society, pointing out the issues concerning the vulnerability of the disabled consumer in accordance with the new provisions of Law No. 13.146 of July 6, 2015. Due to the evolution of the Law, of the modifications of the legal apparatuses and of the creation of new tools, new interpretative position is required on constitutional principles related to the dignity of the human being that have degree of supremacy in the interpretative order of the Right in the Country, also subjecting the vulnerability of the consumer deficient front to its new consumerist behavior and the possibility of patrimonial loss to a new legal perspective. The main aim is to contextualize the protection of persons with disabilities in national and international legal systems; to relate the implications of emancipation against the consumerist principles of vulnerability and hyposufficiency; and to identify possible patrimonial risks, especially in the relations of consumption, to which the disabled person is subject. In sum, it is sought through the hypothetical deductive method to analyze the paradigm of constitutional and specific jurisdiction in the implementation and enforcement of the rights of the disabled, its relationship with the Consumer Protection Code (CPC) and the changes provided by the Disability Statute in Brazil

Key-words: Dignity of human person. Disabled Person. Patrimonial Risk.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 UMA LEITURA HISTÓRICA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	13
2 AS LEIS NO TEMPO EM DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	23
3 AS ALTERAÇÕES OPERADAS NA LEI 13.146 DE 6 DE JULHO DE 2015 - ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E SEUS REFLEXOS NA TEORIA DAS INCAPACIDADES.....	37
4 O RISCO PATRIMONIAL NA SOCIEDADE DE CONSUMO E A VULNERABILIDADE DO CONSUMIDOR DEFICIENTE	46
4.1 SOCIEDADE DE CONSUMO.....	50
4.2 O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E A VULNERABILIDADE DA SOCIEDADE	50
4.3 A PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O RISCO PATRIMONIAL.....	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS.....	65

INTRODUÇÃO

Ante a evolução do Direito, exige-se uma nova postura interpretativa sobre princípios constitucionais relacionados à dignidade da pessoa humana que possuem grau de elevada supremacia na ordem interpretativa do direito no país. Este estudo tem como objetivo analisar os efeitos da emancipação das pessoas com deficiência sob a ótica da relação de consumerista, verificando se há risco patrimonial na sociedade de consumo, no que se refere a vulnerabilidade do consumidor com deficiência de acordo com a lei Nº 13.146 de 06 de julho de 2015.

A Constituição da República de 1988 ancora-se na tutela da pessoa humana e de sua dignidade, pautando-se pela inclusão e respeito à diversidade. Assim, tutela-se o vulnerável, tal como a criança, o adolescente ou o idoso, em virtude de suas necessidades especiais, mas sem desconsiderar a sua singularidade.

Neste contexto de inclusão social e de tutela das situações jurídicas existenciais é publicado o Estatuto da Pessoa com Deficiência, fundamentado nos preceitos da Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, incorporada ao direito brasileiro pela promulgação pelo Decreto Executivo 6.949/09.

A norma estatutária define a pessoa com deficiência como sendo “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2015). Esses sujeitos possuem direito à igualdade de oportunidades e não podem sofrer nenhuma discriminação (art. 4º), além de terem assegurado o exercício de sua capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas (art. 84).

Entretanto, a emancipação proporcionada pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência enseja inúmeras discussões no campo consumerista, em especial

quanto ao seu caráter pedagógico positivo ou negativo, pois a título de exemplo, a concessão da capacidade plena à pessoa com deficiência dá ensejo que responda diretamente pelos danos que causar, sem que a indenização continue no tipo subsidiário, conforme assentado outrora na conjunção entre os artigos 932 e 928 do CC/2002, inclusive com necessário arrimo ao patrimônio mínimo na modalidade do parágrafo único do último dispositivo.

Assim, diante das discussões postas entre os juristas, muitos com posições antagônicas, em especial quanto ao seu efetivo benefício aos vulneráveis e aos riscos patrimoniais a que estão sujeitas as pessoas com deficiência, evidencia-se a importância acadêmica, jurídica e social dessa pesquisa, a fim de se identificar, a partir de uma análise hermenêutica do ordenamento jurídico e das posições doutrinárias, se a emancipação da pessoa com deficiência promove proteção (in) suficiente na sociedade de consumo a partir do diálogo estabelecido entre o Estatuto da Pessoa com Deficiência e o Código de Defesa do Consumidor.

Diante disso, busca-se realizar num primeiro momento, uma leitura da história da pessoa com deficiência. Trata-se ainda de delimitar o presente estudo na evolução histórica sobre o passado e o presente das pessoas com deficiência, ressaltando a proteção legal delas dentro do paradigma jurídico, desse modo, é imprescindível se citar a tempos remotos da antiguidade, esclarecendo todo um contexto social, metafísico, biológico, até se chegar nos preceitos protecionista/assistencialista, inclusivo e atualmente independente da pessoa deficiente.

Posteriormente, buscar-se-á traçar um panorama das leis no tempo em defesa dos direitos da pessoa com deficiência. Dentre as quais se destacam: a primeira delas é a Lei 10.048, de 11 de agosto de 2000; a segunda, o Estatuto da acessibilidade ou Lei 10.098, de 19 de dezembro também de 2000, regulamentadas pelo Decreto 5.296 de 02 de dezembro de 2004. Além disso, foi criada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, e a Declaração Universal dos Direitos da Criança, de 1959, a Resolução da ONU nº 37/52, de 03 de dezembro de 1982, na Assembleia das Nações Unidas com a aprovação do Programa de Ação Mundial para as Pessoas Portadoras de Deficiência em seguida, a Convenção Interamericana para Eliminação de todas as formas de Discriminação Contra as Pessoas Com Deficiência, através do Decreto Nº 3.956 de 08 de outubro de 2001. A Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), conforme acordo com a

Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas (ONU). Ocorreu a criação da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, conhecida como "PACTO DE SAN JOSÉ DA COSTA RICA", vigente a partir de 18 de julho de 1978.

O capítulo seguinte procura evidenciar as alterações operadas na lei 13.146 de 06 de julho de 2015 - estatuto da pessoa com deficiência e seus reflexos na teoria das incapacidades. É importante enfatizar, que o principal objetivo dessa lei é concretizar o reconhecimento quanto ao valor e o princípio da dignidade da pessoa humana, pois a partir da lei supramencionada esses valores e princípios tiveram maior ênfase. Consequentemente, esses indivíduos são sujeitos de direitos, mas estão suscetíveis de adquirir direitos e contrair obrigações. Portanto, a personalidade jurídica é essencial ao reconhecimento da pessoa de direitos consagrando-a na legislação civil e nos direitos constitucionais de vida, liberdade e igualdade, no entanto até o ano de 2015, era garantido o direito da pessoa com deficiência ter um curador para concretizar a compra e venda em seu nome, podendo ainda, tomar algumas decisões em seu nome, já que esta era considerada incapaz.

Por fim, pontuaram-se as questões inerentes ao risco patrimonial na sociedade de consumo e a vulnerabilidade do consumidor com deficiência, tendo em vista, que os aparatos doutrinários têm como finalidade protegê-las, devido as suas naturais deficiências, decorrentes em geral da idade, da saúde e do desenvolvimento mental e intelectual, desse modo, a lei não lhes permite o exercício pessoal de direitos, consequentemente, exige que sejam representados ou assistidos nos atos jurídicos em geral. Portanto, o CDC além de procurar proteger os assuntos que abrangem valores, se fundamenta também na busca pela dignidade da pessoa humana, já que muitas vezes não são respeitados pelas empresas como devem ser.

1 UMA LEITURA HISTÓRICA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Para se compreender a evolução histórica da proteção legal das pessoas com deficiência, é necessário se reportar a tempos remotos da antiguidade, esclarecendo todo um contexto social, metafísico e biológico, até se chegar nos preceitos protecionista/assistencialista inclusivo e atualmente independente da pessoa deficiente. Quanto aos aspectos e conceitos sobre a deficiência física, é fundamental mencionar que:

A existência de indivíduos que nascem ou adquirem algum tipo de limitação durante a vida – anomalias físicas ou mentais, deformações congênitas, amputações traumáticas, doenças graves e de consequências incapacitantes, etc. – é tão antiga quanto a própria existência humana. Ao longo dos séculos, o tratamento dado a esses grupos nas diversas civilizações deve ser compreendido de acordo com o contexto da época, no qual muitas vezes prevalecem crenças, superstições, preconceitos e até mesmo a falta de visão do próprio deficiente como um ser integrante da sociedade.

Existem registros que fazem referência às pessoas com deficiência já no Período Neolítico, quando foram encontrados desenhos nas cavernas que mostravam pessoas com deficiência. Também datam desse período urnas que continham ossos de pessoas adultas com aparente deformidade, o que sugere que esses indivíduos sobreviviam por muitos anos (FREIRE, 2015, p. 44)

Na Esparta todas as crianças eram levadas a um Conselho, isso ocorria independentemente se fossem deficientes ou não, pois quando tinham algum tipo de deficiência eram mortas, já que a crença da população era que essa seria a melhor forma de acabar com o sofrimento desses indivíduos, é o que se pode observar no texto abaixo:

Na Grécia Antiga, o tratamento dado aos deficientes apresentava formas distintas nas duas principais cidades-estados: Esparta e Atenas. Em Esparta, onde predominava o militarismo, havia um número considerável de deficientes devido às mutilações frequentes de soldados durante as guerras. Também havia casos de civis que adquiriam alguma deformidade resultante de doenças ou de acidentes. Em ambos os casos, as pessoas tinham o direito de permanecerem vivas. Entretanto, crianças que nasciam com alguma deficiência não tinham a mesma sorte.

De acordo com registros históricos, quando uma criança nascia o pai era obrigado a apresentá-la ao Conselho dos Espartanos, independentemente de ser deficiente ou não. Se o Conselho avaliasse que a criança era normal a devolvia para a família, e quando a mesma completasse sete anos era entregue ao Estado que se encarregava de sua educação. Já as crianças que nasciam com algum tipo de deficiência ficavam sob a tutela do Conselho, que as levavam para um abismo perto da cidade de Esparta,

denominado *Apothetai*, no qual eram lançadas para a morte. O argumento defendido era que essa prática era a melhor alternativa para a criança e para o desenvolvimento da república, uma vez que a formação de guerreiros consistia na base da sociedade espartana, e as mulheres deveriam estar em condições perfeitas para a procriação (FREIRE, 2015, p. 45).

De acordo com Freire (2015), na Idade Antiga os principais povos de que se têm o histórico concernente às questões das pessoas com deficiência são dos egípcios, dos hebreus, dos gregos e dos romanos. Contudo, no Egito Antigo papiros sobre os exercícios da medicina apontam para a existência de tratamentos para patologias que geravam deficiências. No entanto, por meio de exames de múmias embalsamadas pela paleopatologia foi possível evidenciar que as enfermidades graves faziam parte do cotidiano do povo egípcio, desse modo, é importante mencionar que a infecção dos olhos normalmente levava à cegueira, devido à falta de tratamento.

Porém, os médicos egípcios acreditavam que as deficiências físicas e os problemas mentais eram causados por forças demoníacas ou eram pecados de vidas anteriores, portanto não tinham como ser curados, a não ser pela fé através da intervenção divina. Indubitavelmente, devido à manutenção das múmias por muitos anos, tornou-se plausível o estudo dos corpos dos faraós e dos nobres, e desse modo observou-se que alguns exibiam distrofias e limitações físicas. Mas a crença do povo hebreu levava-os a acreditar que as deficiências e deformidades eram sinal de impureza ou de pecado. Contudo, os defeitos físicos eram vistos também como pessoas incapacitadas para exercer o sacerdócio e para a oferta de sacrifícios (FREIRE, 2015).

Na perspectiva histórica da deficiência, a pessoa considerada deficiente não era considerada pela sociedade como ser digno/humano e, sendo assim, apontada como defeituosa era abandonada até a morte ou usada para pedir esmolas. Já em outro momento da história a deficiência passou a ter percepção religiosa e caracterizada ideologicamente como sinais da ira de Deus. Seguindo os preceitos históricos, a Bíblia Sagrada no livro de Levítico, capítulo 21, versículos 17 a 23 aborda que:

Diga a Aarão: Nenhum de seus descendentes, nas futuras gerações, se tiver algum defeito corporal, poderá oferecer o alimento do seu Deus. Não poderá apresentar-se ninguém defeituoso, que seja cego, coxo, atrofiado, deformado, que tenha perna ou braço fraturado, que seja corcunda, anão,

que tenha defeito nos olhos ou catarata, que tenha pragas pustulentas, ou que seja eunuco. Nenhum dos descendentes do sacerdote Aarão se apresente, com algum defeito, para apresentar ofertas queimadas a Javé. Tem defeito e, por isso, não se apresentará para oferecer o alimento do seu Deus. Ele poderá comer das porções sagradas e santíssimas, mas não ultrapassará o véu, nem se aproximará do altar: ele tem defeito corporal, e não deverá profanar as minhas coisas sagradas, porque eu sou Javé, que as santifico (ALMEIDA, 2017).

Contudo, após a ascensão dos ideais cristãos, levando a crença de que todos os seres humanos eram criaturas de Deus e desta forma, possuidoras de alma, estas não poderiam ser mais executadas, e agora estavam ignoradas a própria sorte e a espera de caridade humana (OLIVEIRA, 2010).

Diante de tal circunstância, foram criados pela igreja, primeiramente hospitais e asilos de caridade que prestavam abrigo, proteção e educação. Vale ressaltar que dentro deste contexto histórico inicia-se a ideologia de organização social perante as necessidades das pessoas com deficiência, no entanto ainda possuía caráter de “exclusão social” (FERNANDES; SCHLESENER; MOSQUERA, 2011).

Segundo Mazzotta (2005), a própria religião adjudica ao homem a imagem e semelhança de Deus, portanto, um ser perfeito, adicionando-se a imagem da condição humana, que compreende a perfeição física e mental. Por conseguinte, não sendo “semelhantes a Deus”, os deficientes ou imperfeitos, os quais eram postos à mercê dos seres humanos e considerados culpados pela sua própria deficiência. Esse tipo de situação ocorreu num longo período de tempo até o surgimento dos hospitais e asilos de caridade, que tinham como principal objetivo acolher, proteger e educar, mas essas instituições acabavam abdicando seu direito a convivência com a sociedade.

Já, a partir do advento da ciência moderna e suas descobertas, relacionando as deficiências como sendo causadas por fatores naturais e não por fatores espirituais, mudou-se o paradigma científico e social da origem da deficiência e consequentemente sua forma de tratamento (OLIVEIRA, 2010).

A partir da Revolução Industrial, no século XVIII, as anomalias genéticas, a epidemias, e as guerras deixaram de ser as causas únicas de deficiência, devido às condições precárias de trabalho, os acidentes de trabalho deram origem a acidentes mutiladores e doenças ocupacionais, ensejando a criação do Direito do Trabalho e de um sistema de seguridade social (FONSECA, 2000).

Entretanto, no que se refere à prática das políticas públicas quanto à efetivação dos direitos dos indivíduos com deficiência física, foi no Império Romano

a partir do nascimento do cristianismo que a realidade dessas pessoas começou a ter novos rumos devido à criação de hospitais exclusivos para os cuidados com esses indivíduos, conforme assevera Gugel (2007), dizendo que foi após esse período que surgiu a doutrina da caridade e do amor para com esses indivíduos. Consequentemente, a Igreja buscou arguir, dentre outras práticas, o assassinato das crianças nascidas com deficiência. No entanto, foi somente a partir do século IV que surgiram os primeiros hospitais de caridade que resguardavam os indigentes e os deficientes.

No entanto, em cada momento da história a deficiência é percebida de forma diferenciada pela sociedade, dependendo da cultura, crença e acesso as informações. No que refere a isso Silva (1987, p. 22), menciona que há muitos anos a deficiência é retratada da seguinte forma:

Na Era Neolítica, vasos e urnas foram sendo decorados das mais variadas maneiras e com os mais incríveis motivos. Foram encontrados em alguns desses vasos ou urnas homens com evidentes sinais de deformidades de natureza permanente, sendo algumas delas consequentes de malformações congênitas: corcundas, coxos, anões e amputados. Isso nos indica que desde épocas as mais remotas as deficiências e mesmo as deformidades de nascimento ou adquiridas por traumatismos e doenças já eram um verdadeiro flagelo da humanidade.

Fernandes, Schlesener e Mosquera (2011, p. 136), asseveram “É importante ressaltar que, a partir da Revolução Industrial iniciada no século XVIII e caracterizada pela passagem da manufatura à indústria mecânica, a questão da habilitação e da reabilitação da pessoa com deficiência para o trabalho ganhou força”.

A cultura, portanto, está inserida no processo evolutivo do homem; ela faz parte de um mesmo procedimento que se desenvolve do sistema mais simples (orgânico) para o mais complexo (social), baseado em ideias estimuladoras das ações. Isso garante a sobrevivência da espécie que envolve a produção, o consumo, o mundo do trabalho, além da transformação do modo de existência onde se insere a sociedade e suas relações humanas (FERNANDES; SCHLESENER; MOSQUERA, 2011). Entretanto, atualmente a sociedade tem sido “[...] marcada por profundas e intensas desigualdades entre as pessoas. Pessoas estas que, por vários motivos são impedidas de se autodeterminarem. Estas são as chamadas minorias ou pessoas vulneráveis, que se encontram desprivilegiadas na sociedade” (SEGALLA; MARTA, 2013, p. 01).

Quanto ao contexto histórico relacionado a pessoa com deficiência Silva (2012), leciona que o termo “pessoa portadora de deficiência” não é a forma apropriada de se referir às pessoas que tem algum tipo de limitação física no que diz respeito a integração social desses indivíduos.

Freire (2015), menciona que até meados do século XX, para se referir ao indivíduo com deficiência era comum o emprego das expressões “incapaz” e “incapacitado”. Inicialmente, esses termos denotavam a pessoa sem capacidade, porém no decorrer do tempo passou-se a definir um indivíduo com aptidão afetada. Entretanto, o pensamento da sociedade era de que todo e qualquer tipo de deficiência extinguiu ou reduzia a habilidade do indivíduo em todos os campos (tanto físico, como psicológico, também profissional, além do contexto social, etc.). Todavia, esse termo foi visto como um progresso, tendo em vista que a sociedade começava a entender que a pessoa com deficiência pode sim ter alguma capacidade.

Ainda, em relação aos termos utilizados para se dirigir aos indivíduos com deficiência, foram realizados alguns movimentos para modificar o termo “pessoas portadoras de deficiência” para “pessoa com deficiência”, assim sendo, Freire (2015, p. 32) assegura que:

Nessa linha, foi instituído o termo “pessoas portadoras de deficiência”, utilizado somente em países de língua portuguesa, sendo adotado no texto da Constituição Federal de 1988 e na legislação brasileira. Depois esse termo foi reduzido para “portadores de deficiência”, fazendo com que a palavra “pessoa” mais uma vez fosse esquecida. Já nos anos 90 surge o termo “pessoas portadoras de necessidades especiais”, que inicialmente veio substituir a expressão anterior, mas que depois passou a ter significado próprio e uso mais frequente na área da educação.

A denominação mais utilizada internacionalmente para designar esse grupo específico é “pessoa com deficiência”. Esse termo vem sendo utilizado no Brasil desde o ano 2000, quando ocorreu o evento chamado “Encontrão”, em Recife, no qual os movimentos pró-deficiência solicitaram que a sociedade passasse a adotar essa expressão, por ser considerada a mais adequada, já que não esconde a existência de uma restrição e nem dá a entender que a deficiência é algo desvinculado da pessoa

Porém, no Brasil ainda faltava pôr em prática as discussões internacionais a respeito do assunto deficiência. No entanto, o ponto de vista sobre este contexto assistencial era a de que a institucionalização aparentava um custo para o sistema que buscava a autonomia e a produtividade. Uma vez que, nesse ponto importante, é necessário ainda, atender os direitos humanos, de maneira especial os da minoria.

Anselmo e Voltolin (2010, p. 116), lecionam que “Em 13 de dezembro de 2006, a adoção da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas revigorou a busca pela sedimentação e pela concretização da inclusão social das pessoas com deficiência”. Destarte, alguns conceitos e os termos pertinentes a deficiência física, é importante dizer, que eles foram sendo transformados no decorrer dos anos, *in verbis*:

Entre os anos 60 e 80 surgem as expressões “defeituosos”, “deficientes” e “excepcionais”. Esses termos enfatizavam a deficiência em si e destacavam que essas pessoas não conseguiam realizar as atividades cotidianas da mesma forma que as demais. O termo “excepcional” era utilizado para definir um indivíduo com deficiência intelectual, entretanto esse termo se tornou inapropriado, pois as pessoas com altas habilidades (superdotadas) também são consideradas excepcionais. Percebe-se que até essa época as pessoas com deficiência eram designadas apenas por sua condição física, sensorial ou intelectual, que se sobressaía à sua condição humana. Essa situação começa a mudar a partir dos anos 80, quando passa a ser utilizado o termo “pessoa deficiente”. O termo “deficiente” deixa então de ser substantivo para se tornar adjetivo da palavra “pessoa”. Essa mudança tem um grande significado, pois pela primeira vez é atribuído o valor “pessoa” àqueles com alguma limitação, tornando-os assim iguais em direito e dignidade em relação ao restante da sociedade. Posteriormente, o termo “pessoa deficiente” foi contestado pelas organizações de pessoas com deficiência, que argumentavam que esse termo dava a ideia de a pessoa ser inteiramente deficiente, quando na verdade a deficiência está apenas em uma parte específica do corpo (FREIRE, 2015, p. 31).

Nesse contexto relacionado às pessoas com deficiência, a Convenção Interamericana para Eliminação de todas as formas de Discriminação Contra as Pessoas Com Deficiência, por meio do Decreto Nº 3.956, de 08 de outubro de 2001, estabelece no artigo 1º, termo I, que: “O termo deficiência significa uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social” (BRASIL, 2001).

Além disso, a mesma Convenção, diz que “[...] a deficiência em algo transitório ou permanente, visto que antes o conceito de deficiência era somente algo físico e permanente, começamos a mudar o conceito do termo deficiente” (BRASIL, 2012, p. 01). Os autores Bernardi e Lazar (2013, p. 107), destacam que:

[...] o Decreto nº 3.298/99 - que substituiu o Decreto nº 914/93 -, deu nova regulamentação à Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Em seu art. 6º, III, se prevê como diretriz, dentre outras, incluir a pessoa portadora de deficiência, *respeitadas suas peculiaridades*, em todas as iniciativas governamentais relacionadas à

educação, à saúde, à edificação pública, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à habitação, à cultura, ao esporte e ao lazer.

Quanto aos princípios atinentes a história do ser humano em relação aos indivíduos com deficiências, é indubitável mencionar que estes carregavam a imagem de astigmatismo do corpo e da mente. Contudo, tal imagem evidenciava a imperfeição humana (LARAIA, 2009). Diante do exposto anteriormente, cabe destacar que algumas das modificações concernentes ao termo deficiência ficam evidentes no texto a seguir:

Em 2006 a expressão “pessoa com deficiência” é oficialmente reconhecida pela Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência e passa a ser adotada por todos os países signatários. Existem sete razões apontadas pelos movimentos de pessoas com deficiência para terem escolhido utilizar essa nomenclatura.

1. Não esconder ou camuflar a deficiência;
2. Não aceitar o consolo da falsa ideia de que todo mundo tem deficiência;
3. Mostrar com dignidade a realidade da deficiência;
4. Valorizar as diferenças e necessidades decorrentes da deficiência;
5. Combater neologismos que tentam diluir as diferenças, tais como “pessoas com capacidades especiais”, “pessoas com eficiências diferentes”, etc.;
6. Defender a igualdade entre as pessoas com deficiência e as demais pessoas em termos de direitos e dignidade, o que exige a equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência atendendo às diferenças individuais e necessidades especiais, que não devem ser ignoradas;
7. Identificar nas diferenças todos os direitos que lhes são pertinentes e a partir daí encontrar medidas específicas para o Estado e a sociedade diminuïrem ou eliminarem as “restrições de participação” (dificuldades ou incapacidades causadas pelos ambientes humano e físico contra as pessoas com deficiência) (FREIRE, 2015, p. 33).

Entretanto, a mesma autora preceitua também que:

Embora o termo “pessoa com deficiência” seja a definição amplamente utilizada, os teóricos do modelo social de deficiência preferem adotar a palavra “deficiente”, pois entendem que essa expressão define a identidade do indivíduo, da mesma forma que os estudos sobre raça e etnia adotam o termo “negro”, ao invés de “pessoa de cor”. Para esses estudiosos, quando se fala “pessoa com deficiência”, dá a entender que a deficiência é propriedade do indivíduo e não da sociedade, ao passo que “deficiente” mostra a deficiência atrelada à identidade da pessoa (FREIRE, 2015, p. 33).

Após a cientificidade da deficiência, as entidades obtiveram além de caracteres de caridade, também a perspectiva de tratamento das deficiências ou melhora das condições de vida possíveis. Ainda não se falava em inclusão, simplesmente houve uma nova visão sobre a origem das deficiências, no entanto, a

maior parte da população não tinha acesso a essas informações e logo a exclusão social permanecia no comportamento social.

Entretanto, na busca por melhores condições de vida para as pessoas com deficiência, tem se buscado com muita veemência estabelecer a inclusão social em todos os aspectos, mas ainda são encontradas barreiras dentro da sociedade, assim sendo, Fernandes, Schlesener e Mosquera (2011), enfatizam que não acontecerá a inclusão dos indivíduos com deficiência enquanto a sociedade não tiver a consciência da seriedade da ação inclusiva. Consequentemente, o paradigma de inclusão coloca a necessidade de não só o indivíduo deficiente mudar e se adaptar à sociedade (integração), como também da sociedade ter uma nova visão a esse respeito e promover as adaptações para o processo do desenvolvimento dessa pessoa e do seu reajuste da realidade social para a vida deste na sociedade (inclusão).

Nesses moldes, assevera que é indispensável assegurar e promover os direitos do indivíduo com deficiência, já que:

Não é suficiente ser cidadão tão somente no sentido de participar da vida política do nosso país, exercendo plenamente os direitos políticos ativos e passivos. Há necessidade, também, de que sejam fornecidos meios para que todos exerçam efetivamente os direitos fundamentais da pessoa humana (FARIA, 2012, p. 119).

De acordo com Fernandes, Schlesener e Mosquera (2011), com todo esse descaso em relação às pessoas com deficiência, no ano de 1726 foram utilizadas as chamadas “rodas de expostos”, onde as crianças eram deixadas e as religiosas as acolhiam, dando-lhes alimentação, educação e todos os cuidados que necessitassem. Mas, segundo Jannuzzi (2004, p. 09), no Brasil, também existe episódios de crianças com deficiência que foram “[...] abandonadas em lugares assediados por bichos que muitas vezes as mutilavam ou matavam”.

No Brasil, o imperador Dom Pedro II a partir de 1854, criou instituições educacionais para os deficientes físicos, reiterando a prática européia, com o mesmo fundamento de caridade e assistencialismo, isso significa dizer que os cuidados prestados se davam por meio de doações, sem nenhuma prestação política, mantendo as pessoas com deficiência como dependentes. Já após a Proclamação da República muitos profissionais voltaram a Europa com o intuito de

modernizar o atendimento e reconhecer os direitos destas pessoas (OLIVEIRA, 2010).

Segundo Fernandes, Schlesener e Mosquera (2011), a trajetória dos indivíduos com deficiência é assinalada através de preconceitos e lutas em busca do direito à cidadania, isso ocorreu e ocorre conforme cada cultura arraigada dentro das sociedades. Mas, a origem do termo cultura se refere ao termo latino *colere* que significa cultivar, habitar. No entanto, da mesma forma como gera e evolui a cultura, isso delibera os aspectos relacionados ao processo da educação de um povo. Consequentemente, é importante frisar que a cultura e educação estão associadas. Destarte, é indispensável ter entendimento quanto a importância das mudanças sociais.

Porém, foi a partir do século XX que o paradigma de institucionalização começou a ser questionado por estudiosos e pelos próprios deficientes, essas pessoas já lutavam em prol da defesa dos direitos humanos, pautados também em estudos que mostravam a ineficácia e a ineficiência da institucionalização sob a ótica da preparação ou recuperação das pessoas com deficiência para o convívio em sociedade (ARANHA, 2008, *apud*, OLIVEIRA, 2010).

Portanto, no século XX, os indivíduos com deficiências começaram a ser considerados cidadãos com seus direitos e deveres de participação na sociedade; no entanto, ainda numa abordagem assistencial. Com o surgimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos, iniciam-se os primeiros movimentos organizados por familiares desses indivíduos. Esses movimentos eram norteados pelas críticas à discriminação.

No Brasil ainda faltava pôr em prática as discussões internacionais sobre o assunto deficiência. Entretanto, o enfoque dado para este contexto assistencial era a de que a institucionalização representava um custo para o sistema que, por sua vez, tinha o interesse no discurso da autonomia e da produtividade. Este também deveria atender os direitos humanos, principalmente os da minoria (FERNANDES; SCHLESENER; MOSQUERA, 2011, p.139).

Em análise temporal, as pessoas com deficiência têm dificuldades em aceitação/compreensão da sociedade desde a antiguidade, pensamento esse que só foi alterado após eventos científicos que promoveram outra forma de interpretação de sua origem. Mas, foi no transcurso da Idade Moderna que abrolharam novas ideias atinentes às mudanças que marcaram o humanismo, no que se refere a isso Kassir (1999, p.4), pronuncia que foi no decorrer dessa época

que “[...] houve uma grande população de pobres, mendigos e indivíduos com deficiência, que se reuniam para mendigar”.

Nada obstante, essa sociedade de valores e princípios rígidos ainda são resistentes em seus pensamentos e condutas para a aceitação da diversidade humana, sendo necessário um fenômeno potencial de danos sociais, como uma guerra, para que direitos que hoje são inerentes à vontade, pudesse ser apreciada legalmente por uma parcela de indivíduos que sempre foram distintos à apreciação de políticas sociais. Desse modo, é fundamental mencionar que a deficiência precisa ser vista como algo que se estabelece apenas como uma diferença da característica humana, pois “A pluralidade é a condição da ação humana pelo fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir” (ARENDT, 2001, p. 16).

Porém, a Declaração Universal dos Direitos Humanos veio como um divisor de águas, pois além de prever os cuidados devidos por parte do Estado, os familiares, esses uns dos principais atores sociais na vida de uma pessoa deficiente, que até então eram seus únicos representantes, tomaram ciência de que havia possibilidade de melhoria de qualidade de vida, de assistência social, de criação de programas sociais inclusivos, da proteção e exigência de direitos.

2 AS LEIS NO TEMPO EM DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

De acordo com Anselmo e Voltolin (2010), sempre foi necessária a atuação jurídica na defesa da pessoa com deficiência na sociedade, porém foi a partir do ano de 1.981 que tomou uma dimensão maior, desse modo, foi criado um importante instrumento, a declaração pela Organização das Nações Unidas o Ano Internacional dos Portadores de Deficiência.

Até esse momento, o tratamento jurídico dirigido ao indivíduo com deficiência era o mesmo a ser empregado com às demais pessoas, por exemplo, temos os dois instrumentos que é a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, e a Declaração Universal dos Direitos da Criança, de 1959. Mas, no ano de 1982, através da Resolução da ONU nº 37/52, de 03 de dezembro de 1982, a Assembleia das Nações Unidas aprovou o Programa de Ação Mundial para as Pessoas Portadoras de Deficiência, esse programa tem por finalidade afiançar a equidade de oportunidades e de participação essenciais às demais pessoas, os objetivos, *in verbis*:

1. A finalidade do Programa de Ação Mundial referente às Pessoas Deficientes é promover medidas eficazes para a prevenção da deficiência e para a reabilitação e a realização dos objetivos de "igualdade" e "participação plena" das pessoas deficientes na vida social e no desenvolvimento. Isto significa oportunidades iguais às de toda a população e uma participação eqüitativa na melhoria das condições de vida resultante do desenvolvimento social e econômico. Estes princípios devem ser aplicados com o mesmo alcance e a mesma urgência em todos os países, independentemente do seu nível de desenvolvimento (ONU, 1982).

A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, também denominado Estatuto da pessoa com deficiência, traz à baila no artigo 1º que fica estabelecido o Estatuto da Pessoa com Deficiência, embasado na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da ONU e seu Protocolo Facultativo, sancionados na forma do inciso 3º, artigo 5º da Constituição de 1988, que tem como proposta o estabelecimento das diretrizes e normas gerais, bem como os discernimentos básicos para afiançar, promover e proteger o exercício pleno e em condições de igualdade de todos os direitos humanos e liberdades essenciais pelas pessoas com

deficiência, tendo como enfoque a sua inclusão social e cidadania plena e efetiva (BRASIL, 2015).

Além disso, quanto a pessoa com deficiência e o reconhecimento dos seus direitos, o Estatuto da pessoa com deficiência, institui no artigo 2º que são conceituadas como pessoas com deficiência aquelas que têm dificuldades de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diferentes obstáculos, podem atravancar seu conhecimento pleno e efetivo na sociedade em equidade de condições com as demais pessoas. Mas, o artigo 3º diz respeito ao reconhecimento dos direitos de que versa esta Lei, serão avaliadas as deficiências que ocasionem dificuldades nas funções ou na estrutura do corpo, remanescentes às habilidades comunicativas, mentais, intelectuais, sensoriais ou motoras (BRASIL, 2015).

Introduzindo no constitucionalismo social, os direitos fundamentais de segunda geração (direitos sociais, culturais e econômicos, bem como os direitos coletivos), desenvolveram-se concomitantemente ao princípio da igualdade.

O princípio da igualdade foi conduzido para fora da esfera abstrata, provocando uma crise frente a igualdade jurídica, uma igualdade perante a lei, mas agora ela promove uma igualdade feita pela lei, uma igualdade desenvolvida através da lei (BONAVIDES, 1998).

Destarte, abriu-se entendimento a realidade social, a valoração da coletividade, seus conflitos e anseios e assim vinculando atos normativos por parte do Estado que essa demanda jurídica fosse prestada de forma adequada.

Quanto a criação das ferramentas legais, Anselmo e Voltolin (2010, p. 120), menciona que “As leis de que trata o artigo 244 são federais. A primeira delas é a Lei 10.048, de 11 de agosto de 2000; a segunda, tida como o *Estatuto da acessibilidade*, é a Lei 10.098, de 19 de dezembro do mesmo ano (2000). Ambas foram regulamentadas pelo Decreto 5.296, de 2 de dezembro de 2004”.

De acordo com os autores Bastos e Martins (1998, p. 155), “[...] as leis federais citadas não excluem a competência dos Estados e Municípios de disciplinarem a questão da acessibilidade, pois, como estipula o inciso II, do artigo 23, da Constituição Federal, 23 a competência legislativa lhes é comum”.

O direito pode ser designado como um conjunto de normas e princípios que regem a vida em sociedade de forma a evitar ou dirimir conflitos, é variável conforme

o povo e a época. A característica mutável do direito é palpável quando se fala em “direito da pessoa com deficiência”.

Freire (2015) destaca que é fundamental que seja realizada a correta conceituação para a deficiência de forma particularizada para que não se cometa nenhum tipo de equívoco, pois isso prejudicaria o deficiente, principalmente, quando for procurar uma vaga de trabalho e até mesmo a efetivação de outros direitos estabelecidos nos instrumentos legais, pois o adequado enquadramento impede que o indivíduo seja considerado incapacitado para algumas atividades, além de impedir, ao menos em tese, que se capacite uma pessoa que deveria ser avaliado como deficiente.

Isso porque com a análise histórica pode-se perceber que estes não eram reconhecidos pela sociedade, enquanto hoje perante a sociedade moderna e principalmente pelas características do Direito Brasileiro, são apresentados e classificados segundo interpretação analítica interpretativa como direitos fundamentais. No entanto, no que diz respeito ao princípio da dignidade humana, Barroso (2009, p. 252), assevera que esta “[...] representa a superação da intolerância, da discriminação, da exclusão social, da violência, da incapacidade de aceitar o outro, o diferente, na plenitude de sua liberdade de ser, pensar e criar”.

Mesmo com os avanços das leis e dos eventos organizados que asseguram os direitos das pessoas com deficiência, acredita-se que muitos não têm esse conhecimento. É o que preconiza a Resolução da ONU nº 37/52, de 03 de dezembro de 1982, a qual evidencia que devido às deficiências mentais, físicas ou sensoriais, existem no mundo aproximadamente 500 milhões de indivíduos com deficiência, às quais se devem reconhecer os mesmos direitos e consequentemente, dar oportunidades iguais às demais pessoas. Tendo em vista, que muito frequentemente, esses indivíduos são forçados a viver em condições de desvantagem, em decorrência das barreiras físicas e sociais que persistem em existir na sociedade, impedindo-os de participação integral onde estão inseridos. Como resultado disso, milhões de crianças e adultos, permanecem no mundo inteiro, vivendo de forma caracterizada pela segregação e pela degradação (ONU, 1982).

No entanto, como toda evolução social tem registros e fundamentos pautados por perspectivas internacionais, o direito da pessoa com deficiência não se difere dos demais, sendo que, sua abordagem jurídica inicial se deu num momento

histórico fundamental para humanidade, com o fim da II Guerra Mundial e a Declaração Universal dos Direitos Humanos pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948. Quando se aborda o contexto histórico e das políticas públicas atinentes, a autora enfatiza que:

[...] foram criadas várias leis para a proteção do trabalhador com deficiência, entre elas a Lei de Cotas, que obriga as empresas que possuem a partir de 100 operários a reservar uma porcentagem de vagas para os deficientes. Mesmo com a regulamentação dessas leis, o Censo do IBGE de 2010 aponta que, dos mais de 190 milhões de pessoas existentes no Brasil, mais de 45 milhões de brasileiros (24% da população) possuem algum tipo de deficiência. Destes, cerca de 44 milhões estão economicamente ativos e somente 20.365 milhões encontram-se ocupadas, significando que mais da metade da população com deficiência está fora do mercado de trabalho. No âmbito regional, não é diferente. O Amazonas possui 790.647 pessoas com deficiência, significando 23,2% da população, sendo que somente 394.755 fazem parte da população ocupada (FREIRE, 2015, p.17).

Diante do exposto anteriormente, cabe destacar que agregado a essa falta de conhecimento está a falta da aceitação e inserção dos indivíduos com deficiência na sociedade de forma integralizada, pois somente a partir de 1981 que se passou a ter uma maior integração dessas pessoas, através dos aparatos jurídicos, assim sendo, Anselmo e Voltolin (2010, p. 116), dizem que “A necessidade jurídica de incluir na sociedade a pessoa com deficiência começou a ganhar evidência a partir do ano de 1981, declarado pela Organização das Nações Unidas o *Ano Internacional dos Portadores de Deficiência*”.

São muitas as previsões legais Declaração Universal dos Direitos Humanos pela Organização das Nações Unidas (ONU) de 1948 que incitam a igualdade de direitos entre os seres humanos como nos respectivos artigos:

Artigo 1º Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. [...].

Artigo 2º Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação. [...].

Artigo 6º Todos os indivíduos têm direito ao reconhecimento, em todos os lugares, da sua personalidade jurídica (grifo nosso) (UNIC, 2009).

Este é considerado um documento de inestimável valor histórico e humanitário que culminou em diversos dispositivos legais internacionais e nacionais

posteriormente, com o intuito de assegurar a igualdade entre os seres humanos estabelecer condições sob as quais a justiça, o respeito e às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes de direito internacional possam ser mantidos, de modo a promover o progresso social e melhores condições de vida. Além disso, vale destacar também que quanto aos termos inventariados a inclusão da pessoa com deficiência deve-se aludir que:

[...] processo de ajuste mútuo, onde cabe à pessoa com deficiência manifestar-se com relação a seus desejos e necessidades e à sociedade, a implementação dos ajustes e providências necessárias que a ela possibilitem o acesso e a convivência no espaço comum, não segregado (ARANHA, 2001, p.19).

É a partir desses artigos, a gênese da defesa da igualdade entre os seres humanos na contemporaneidade, igualdade essa que vem com as necessidades e dificuldades encontradas pelas pessoas deficientes que se viam sujeitos a caridade e desamparados pela perspectiva política e jurídica do Estado. Porém, Assis e Pozzoli (2005. p. 63), asseveram que “[...] as leis antigas demonstram que a ação dos governos em relação às pessoas portadoras de deficiência articulava-se na linha da política de extermínio”.

De forma coadjuvante a Declaração Universal dos Direitos humanos, em 1969 foi realizado a Convenção Americana de Direitos Humanos, conhecido também como o Pacto San Jose da Costa Rica e ratificado pelo Brasil em 1992. O Pacto compreende o ideal de garantir um regime de liberdade pessoal e justiça social, fundamentados no respeito aos direitos essenciais do homem, como descreve em seu próprio preâmbulo (BRASIL, 1992).

Em seu capítulo primeiro faz a descrição dos deveres dos Estados e dos direitos protegidos, previsão essa que vincula os Estados- partes a preservarem e se adequarem as previsões do dispositivo sub escrito.

Artigo 1º - Obrigação de respeitar os direitos

1. Os Estados-partes nesta Convenção comprometem-se a respeitar os direitos e liberdades nela reconhecidos e a garantir seu livre e pleno exercício a toda pessoa que esteja sujeita à sua jurisdição, sem discriminação alguma, por motivo de raça, cor, sexo, idioma, religião, opiniões políticas ou de qualquer outra natureza, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição social.

2. Para efeitos desta Convenção, pessoa é todo ser humano.

Artigo 2º - Dever de adotar disposições de direito interno

Se o exercício dos direitos e liberdades mencionados no artigo 1 ainda não estiver garantido por disposições legislativas ou de outra natureza, os Estados-partes comprometem-se a adotar, de acordo com as suas normas constitucionais e com as disposições desta Convenção, as medidas legislativas ou de outra natureza que forem necessárias para tornar efetivos tais direitos e liberdades (BRASIL, 1992).

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM, 2017) traz à baila as Regras Gerais sobre a Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiências Adotadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas na sua resolução 48/96, de 20 de Dezembro de 1993, constituída como um dos documentos de fundamento internacional que firmaram compromisso no sentido de adotar medidas destinadas a garantir a igualdade de oportunidades para as pessoas e, como objeto de estudo deste trabalho, as pessoas com deficiências para a realização da plena participação e da igualdade em sociedade como:

As Regras Gerais sobre a Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiências foram elaboradas tendo por base a experiência adquirida durante a Década das Nações Unidas para as Pessoas com Deficiências (1983-1992). O fundamento político e moral destas regras encontra-se na Carta Internacional dos Direitos Humanos, que compreende a Declaração Universal dos Direitos do Homem, o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e o Pacto Internacional sobre os Direitos Cíveis e Políticos, na Convenção sobre os Direitos da Criança e na Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, bem como no Programa de Ação Mundial relativo às Pessoas com Deficiências (CDHM, 2017, p. 04).

De forma complementar, pode-se verificar em matéria mais específica a Resolução sobre as regras gerais da Igualdade de Oportunidades das Pessoas com Deficiência; Declaração sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; Programa de Ação Mundial sobre as Pessoas com Deficiência, Declaração de Viena e Programa de Ação, Declaração de Salamanca, as quais estão arroladas pelo Instituto Nacional de Reabilitação (INR, 2014).

Diante da globalização, das invocações jurídicas trazidas pela proclamação de um Estado dito como Democrático de Direito, responsabilidades perante a comunidade internacional são inerentes aos Estados-partes, sendo que para o Brasil resguardar dos direitos fundamentais da dignidade da pessoa humana e seus desdobramentos tornou-se característica constitucional.

[...] em um momento marcado pela crescente 'justicialização' ou 'jurisdicionalização' do Direito Internacional dos Direitos Humanos, bem

como pela intensa adesão do Brasil ao sistema normativo internacional de proteção dos direitos humanos (com destaque ao reconhecimento da jurisdição da Corte Interamericana em 1998), impõe-se à cultura jurídica o desafio de criar, desenvolver e aprofundar a doutrina nacional voltada à matéria 12 (MIRANDA, 2009, p. 27, *apud*, PIOVESAN, 2000).

Diante da promulgação da Emenda Constitucional 45/2004, art. 1º inciso 3º, os tratados relativos aos direitos humanos passaram a ser equiparados às normas constitucionais, devendo ser aprovados em dois turnos, por pelo menos três quintos dos votos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal (BRASIL, 2004).

Entretanto é fundamental a constitucionalização através da atuação dos três Poderes, principalmente devido as suas relações, tendo em vista que:

A ideia de constitucionalização do Direito aqui explorada está associada a um efeito expansivo das normas constitucionais, cujo conteúdo material e axiológico se irradia, com força normativa, por todo o sistema jurídico. Os valores, os fins públicos e os comportamentos contemplados nos princípios e regras da Constituição passam a condicionar a validade e o sentido de todas as normas do direito infraconstitucional. Como intuitivo, a constitucionalização repercute sobre a atuação dos três Poderes, inclusive e notadamente nas suas relações com os particulares. Porém, mais original ainda: repercute, também, nas relações entre particulares. Veja-se como este processo, combinado com outras noções tradicionais, interfere com as esferas acima referidas.

Relativamente ao Legislativo, a constitucionalização (i) limita sua discricionariedade ou liberdade de conformação na elaboração das leis em geral e (II) impõe-lhe determinados deveres de atuação para realização de direitos e programas constitucionais. No tocante à Administração Pública, além de igualmente (i) limitar-lhe a discricionariedade e (ii) impor a ela deveres de atuação, ainda (iii) fornece fundamento de validade para a prática de atos de aplicação direta e imediata da Constituição, independentemente da interposição do legislador ordinário. Quanto ao Poder Judiciário, (i) serve de parâmetro para o controle de constitucionalidade por ele desempenhado (incidental e por ação direta), bem como (ii) condiciona a interpretação de todas as normas do sistema. Por fim, para os particulares, estabelece limitações à sua autonomia da vontade, em domínios como a liberdade de contratar ou o uso da propriedade privada, subordinando-a a valores constitucionais e ao respeito a direitos fundamentais (BARROSO, 2005, p. 12-13).

O caráter normativo da Constituição Federal de 1988 frente a proteção dos direitos fundamentais é o que rege a formação/criação das leis infraconstitucionais de caráter específico público ou privado, sendo que as mesmas se tornam subordinadas a estes preceitos.

Ou seja, a medula axiológica em matéria de direitos sociais com base constitucional, estão voltadas indubitavelmente para o princípio da igualdade, se

moldando como o direito-chave, o direito- guardião do Estado social (BONAVIDES, 1998).

Diante de uma jornada histórica pela evolução da sociedade e suas leis, a pessoa com deficiência se encontra hoje frente a um novo paradigma proposto pelo ordenamento jurídico brasileiro.

Nessa perspectiva, a Lei número 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, vinculada com base na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, em conformidade com o procedimento previsto no parágrafo 3º do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015).

A Resolução da ONU nº 37/52, de 03 de dezembro de 1982, no que se refere ao Programa de Ação Mundial para as Pessoas Deficientes, traz na sua abordagem histórica que:

3. A análise da situação das pessoas deficientes deve ser realizada no contexto de diferentes níveis de desenvolvimento econômico e social e de diferentes culturas. Não obstante, em toda parte, a responsabilidade fundamental de sanar as condições que levam ao aparecimento de deficiências, e de fazer frente às consequências das deficiências recai sobre os governos. Isso não diminui a responsabilidade da sociedade em geral, nem dos indivíduos e organizações. Os governos devem ser os primeiros a despertar a consciência da população quanto aos benefícios que seriam alcançados com a inclusão das pessoas deficientes em todas as esferas da vida social, econômica e política. Os governos devem cuidar também para que as pessoas que se encontram em situação de dependência devido a deficiências graves tenham oportunidade de alcançar níveis de vida iguais aos dos seus concidadãos. As organizações não-governamentais podem prestar assistência aos governos de várias maneiras, formulando as necessidades, sugerindo soluções adequadas ou oferecendo serviços complementares àqueles fornecidos pelos governos. O acesso de todos os setores da população aos recursos financeiros e materiais, sem esquecer as zonas rurais nos países em desenvolvimento, seria de grande importância para as pessoas deficientes, uma vez que poderia se traduzir por um aumento dos serviços comunitários e pela melhoria das oportunidades econômicas (ONU, 1982).

Em complemento ao Programa de Ação da ONU, a Resolução nº 37/52 de 1982, dá ênfase também à Igualdade de Oportunidades para as pessoas com deficiência, assim sendo cabe destacar que:

Para se alcançar os objetivos de "igualdade" e "participação plena", não bastam medidas de reabilitação voltadas para o indivíduo portador de deficiência. A experiência tem demonstrado que, em grande medida, é o meio que determina o efeito de uma deficiência ou de uma incapacidade sobre a vida cotidiana da pessoa. A pessoa vê-se relegada à invalidez quando lhe são negadas as oportunidades de que dispõe, em geral, a comunidade, e que são necessárias aos aspectos fundamentais da vida, inclusive a vida familiar, a educação, o trabalho, a habitação, a segurança econômica e pessoal, a participação em grupos sociais e políticos, as atividades religiosas, os relacionamentos afetivos e sexuais, o acesso às instalações públicas, a liberdade de movimentação e o estilo geral da vida diária.

Algumas vezes, as sociedades cuidam somente das pessoas que estão em plena posse de todas as suas faculdades físicas e mentais. As sociedades devem reconhecer que, por mais esforços que se façam em matéria de prevenção, sempre haverá um número de pessoas deficientes e de pessoas incapacitadas, devendo-se identificar e eliminar os obstáculos à participação plena. Assim, quando for pedagogicamente factível, o ensino deve ser realizado dentro do sistema escolar normal, o trabalho deve ser proporcionado em emprego aberto, facilitando-se a habitação da mesma forma que para a população em geral. Todos os governos devem procurar fazer com que todos os benefícios obtidos graças aos programas de desenvolvimento cheguem também aos cidadãos deficientes. No processo de planejamento geral e na estrutura administrativa de todas as sociedades deveriam ser incorporadas medidas nesse sentido. Os serviços especiais de que podem necessitar as pessoas deficientes deverão ser, sempre que possível, parte dos serviços gerais de um país.

Quanto as questões concernentes a Participação das Pessoas Portadoras de Deficiência na Adoção de Decisões, a Resolução da ONU nº 37/52 de 1982, aponta em seu texto que:

Os Estados Membros devem incrementar a sua assistência às organizações de pessoas deficientes, ajudando-as a coordenar a representação dos seus interesses e preocupações.

Os Estados Membros devem buscar e estimular ativamente, e por todos os meios possíveis, o desenvolvimento de organizações de pessoas portadoras de deficiência ou que as representem. Essas organizações existem em muitos países. Em sua composição e órgãos diretivos as próprias pessoas portadoras de deficiência exercem influência decisiva ou, em alguns casos, ela é exercida pelas suas famílias. Muitas dessas organizações não têm meios de exercer influência ou de lutar pelos seus direitos.

Os Estados Membros devem estabelecer contatos diretos com essas organizações e proporcionar-lhes canais para que elas possam influir nas políticas e decisões governamentais em todas as esferas que lhes dizem respeito. Os Estados Membros devem dar às organizações de pessoas portadoras de deficiência o apoio financeiro necessário para esse fim.

No diz respeito a compra de equipamentos pelas pessoas com deficiência, a Resolução da ONU nº 37/52, de 03 de dezembro de 1982 no artigo 101, assevera que:

É necessário fazer com que as pessoas portadoras de deficiência que necessitam de tais equipamentos disponham dos recursos financeiros e das oportunidades concretas para obtê-los e aprender a usá-los. Devem ser suprimidos os impostos sobre importação e outros requisitos que constituem obstáculos à disponibilidade imediata de equipamentos e dos materiais que não possam ser fabricados no país, devendo por isso serem obtidos no exterior. É importante apoiar a produção local de equipamentos adequados às condições tecnológicas, sociais e econômicas nas quais serão utilizados. O desenvolvimento e a produção de equipamentos devem acompanhar o desenvolvimento tecnológico geral de cada país.

Para que as pessoas com deficiência possam realizar empréstimos, é importante que “e) Nas suas operações de empréstimos, as instituições financeiras multilaterais devem levar muito em conta os objetivos e as propostas deste Programa de Ação Mundial”, os quais são abordados na Resolução da ONU nº 37/52, de 03 de dezembro de 1982 (ONU, 1982).

Seguindo os preceitos correlatos as pessoas com deficiência, o Decreto Nº 3.956, de 08 de outubro de 2001, proclama a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, que traz no seu texto da Convenção que foi elaborado na assembleia geral vigésimo nono período ordinário de sessões 06 de junho de 1999, conforme AG/doc. 3826/99, da Guatemala de 28 maio de 1999, do documento original em Espanhol com o Tema 34 da agenda Projeto de Resolução Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (Aprovado pelo Conselho Permanente na sessão realizada em 26 de maio de 1999), além disso, a Assembleia Geral, (CP/CAJP-1532/99) evidencia que:

CONSIDERANDO que, em seu Vigésimo Sexto Período Ordinário de Sessões, a Assembléia Geral, mediante a resolução AG/RES. 1369 (XXVI-O/96), "Compromisso do Panamá com as Pessoas Portadoras de Deficiência no Continente Americano", encarregou o Conselho Permanente de, por intermédio de um Grupo de Trabalho correspondente, preparar um projeto de convenção interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação por razões de deficiência;

LEVANDO EM CONTA que a deficiência pode dar origem a situações de discriminação, pelo qual é necessário propiciar o desenvolvimento de ações e medidas que permitam melhorar substancialmente a situação das pessoas portadoras de deficiência no Hemisfério;

CONSIDERANDO que a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem proclama que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos, e que os direitos e liberdades de cada pessoa devem ser respeitados sem qualquer distinção;

LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO que o Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, "Protocolo de San Salvador", reconhece que "toda pessoa afetada por diminuição de suas capacidades físicas ou mentais tem direito a receber atenção especial, a fim de alcançar o máximo desenvolvimento da sua personalidade"; TOMANDO NOTA de que a resolução AG/RES. 1564 (XXVIII-O/98) reitera "a importância da adoção de uma Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência" e solicita também que sejam envidados todos os esforços necessários para que este instrumento jurídico seja aprovado e assinado no Vigésimo Nono Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos [...] (BRASIL, 2001).

Ainda, de acordo com a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência os Estados Partes Nesta Convenção, ocorrida em 06 de junho de 1999 na Guatemala em 28 de maio de 1999, trouxe o seguinte texto:

REAFIRMANDO que as pessoas portadoras de deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas e que estes direitos, inclusive o direito de não ser submetidas a discriminação com base na deficiência, emanam da dignidade e da igualdade que são inerentes a todo ser humano;
CONSIDERANDO que a Carta da Organização dos Estados Americanos, em seu artigo 3, j, estabelece como princípio que "a justiça e a segurança sociais são bases de uma paz duradoura"
PREOCUPADOS com a discriminação de que são objeto as pessoas em razão de suas deficiências;
TENDO PRESENTE o Convênio sobre a Readaptação Profissional e o Emprego de Pessoas Inválidas da Organização Internacional do Trabalho (Convênio 159); a Declaração dos Direitos do Retardado Mental (AG.26/2856, de 20 de dezembro de 1971); a Declaração das Nações Unidas dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência (Resolução Nº 3447, de 9 de dezembro de 1975); o Programa de Ação Mundial para as Pessoas Portadoras de Deficiência, aprovado pela Assembléia Geral das Nações Unidas (Resolução 37/52, de 3 de dezembro de 1982); o Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, "Protocolo de San Salvador" (1988); os Princípios para a Proteção dos Doentes Mentais e para a Melhoria do Atendimento de Saúde Mental (AG.46/119, de 17 de dezembro de 1991); a Declaração de Caracas da Organização Pan-Americana da Saúde; a resolução sobre a situação das pessoas portadoras de deficiência no Continente Americano [AG/RES. 1249 (XXIII-O/93)]; as Normas Uniformes sobre Igualdade de Oportunidades para as Pessoas Portadoras de Deficiência (AG.48/96, de 20 de dezembro de 1993); a Declaração de Manágua, de 20 de dezembro de 1993; a Declaração de Viena e Programa de Ação aprovados pela Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, das Nações Unidas (157/93); a resolução sobre a situação das pessoas portadoras de deficiência no Hemisfério Americano [AG/RES. 1356 (XXV-O/95)] e o Compromisso do Panamá com as Pessoas Portadoras de Deficiência no Continente Americano [AG/RES. 1369 (XXVI-O/96)]; e COMPROMETIDOS a eliminar a discriminação, em todas suas formas e manifestações, contra as pessoas portadoras de deficiência [...] (BRASIL, 2001).

O Decreto Nº 678, de 6 de novembro de 1992, que apregoa a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), em 22 de novembro de 1969, o governo brasileiro no uso da atribuição que lhe confere o artigo 84, inciso VIII, da Constituição de 1988, e levando-se em conta o que apregoa a Convenção que foi adotada no âmbito da Organização dos Estados Americanos, no ano de 1969, passou a vigorar internacionalmente em 18 de julho de 1978, na forma do segundo parágrafo de seu artigo 74 (BRASIL, 1992); dessa forma ficou decretado que:

Art. 1º A Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), celebrada em São José da Costa Rica, em 22 de novembro de 1969, apensa por cópia ao presente decreto, deverá ser cumprida tão inteiramente como nela se contém.

Art. 2º Ao depositar a carta de adesão a esse ato internacional, em 25 de setembro de 1992, o Governo brasileiro fez a seguinte declaração interpretativa: "O Governo do Brasil entende que os arts. 43 e 48, alínea d, não incluem o direito automático de visitas e inspeções *in loco* da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, as quais dependerão da anuência expressa do Estado" (BRASIL, 1992, p. 01).

Quanto a Convenção Americana sobre Direitos Humanos o também conhecido "PACTO DE SAN JOSÉ DA COSTA RICA", que foi assinada em San José, Costa Rica, em 22 de novembro de 1969, na Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos, que passou a vigorar a partir de 18 de julho de 1978, conforme o artigo 74.2 da Convenção, teve um pedido de ratificação feito pelo Brasil, em 07/09/92, ocasião em que foi emitido o seguinte texto "O Governo do Brasil entende que os artigos 43 e 48, d, não incluem o direito automático de visitas e investigações *in loco* da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que dependerão da anuência expressa do Estado", conforme institui a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH, 1978, p. 54). Posteriormente veio o Reconhecimento da competência da Corte dizendo que:

O Governo da República Federativa do Brasil declara que reconhece, por tempo indeterminado, como obrigatória e de pleno direito a competência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, em todos os casos relacionados com a interpretação ou aplicação da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em conformidade com o artigo 62, sob reserva de reciprocidade e para fatos posteriores a esta declaração (CIDH, 1978, p. 54).

O Decreto N° 678, de 6 de novembro de 1992, apregoa a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969, em seu artigo 4, que diz a respeito do Direito à Vida, que menciona que “1. Toda pessoa tem o direito de que se respeite sua vida. Esse direito deve ser protegido pela lei e, em geral, desde o momento da concepção. Ninguém pode ser privado da vida arbitrariamente”. Mas, no artigo 5 diz respeito ao Direito à Integridade Pessoal “1. Toda pessoa tem o direito de que se respeite sua integridade física, psíquica e moral”. Entretanto, o artigo 11 aponta a importância do direito a Proteção da Honra e da Dignidade, apontando que toda pessoa o tem direito ao respeito de sua honra e bem como o reconhecimento de sua dignidade, tendo em vista que nenhum indivíduo pode ser objeto de intervenções arbitrárias ou abusivas em sua vida particular, na de sua família, em seu domicílio ou em sua correspondência, além disso, não pode ser submetida a ofensas ilegais à sua honra ou reputação, conseqüentemente, todo cidadão tem o direito à proteção da lei contra tais ingerências ou tais ofensas. Já o artigo 24 aponta que todos têm direito a Igualdade Perante a Lei “Todas as pessoas são iguais perante a lei. Por conseguinte, têm direito, sem discriminação, a igual proteção da lei”.

De acordo com Cunha e Dip (1978), quanto ao tema relacionado aos direitos humanos abordados no *Pacto de São José*, existe duas questões que requer uma atenção especial. A primeira que se refere ao chamado direito à personalidade jurídica, e outra, que diz respeito ao direito à vida. Entretanto, podem considerar um conjunto de normas, que melhor parece convir. É indubitável, mencionar que essas questões merecem estudos autônomos, e conseqüentemente, estudos urgentes já que se vê frequentemente notícia de projetos legislativos que demonstram a controvertíveis exclusões de antijuridicidade quanto ao aborto direto e até mesmo a que o Estado se pretenda culpar diametralmente pela eliminação do direito à vida de indivíduos discriminados por seu estado intrauterino. Assim sendo, é importante destacar, que essas disposições relacionadas a reforma legislativa, amparadas na visão do conservantismo jurídico, que não parece adequar-se ao desenvolvimento da reconhecimento sobrenacional dos direitos humanos, portanto, podem colocar em risco a concordância do Estado brasileiro com o *Pacto de São José da Costa Rica*. Entretanto, não é afável que a um *Pacto*, que faz muitos anos de existência extrauterina e esperou cerca de vinte e três anos para ser reconhecido pelo Brasil,

se dê como presente de aniversário uma intencional transgressão de direitos fundamentais, que é o direito da pessoa.

Os preceitos ora versados nesse estudo, demonstram que é responsabilidade de todos garantir a inserção social e o amparo a pessoa com deficiência, pois, somente assim, elas terão uma qualidade de vida melhor, conforme preconizam as leis internacionais e nacionais, diante disso, Fernandes, Schlesener e Mosquera (2011), destacam que é fundamental afiançar a integração dos indivíduos com deficiência por meio da disponibilização de suportes de diferentes tipos, como por exemplo, o suporte social, econômico, físico e instrumental que tem a função de favorecer a inclusão social.

3 AS ALTERAÇÕES OPERADAS NA LEI 13.146 DE 6 DE JULHO DE 2015 - ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E SEUS REFLEXOS NA TEORIA DAS INCAPACIDADES

A flexibilização da capacidade civil da pessoa com deficiência torna imprescindível uma fundamentada reflexão sobre os efeitos desta nova perspectiva sobre as relações jurídicas.

Como ensina Rosenvald:

Em Estados plurais e antropocêntricos, não obstante imersos na abstração e no anonimato das massas, cada pessoa é portadora de especial dignidade, cláusula geral assecuratória de direitos fundamentais na esfera privada e salvaguarda dos direitos da personalidade que irradiam sobre sua integridade psicofísica, nas dimensões do corpo, alma e intelecto (2013, p. 147).

É responsabilidade do Estado, da sociedade e da família promover e proteger o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais pelas pessoas com deficiência, assegurando o respeito pela sua dignidade inerente, de forma a também garantir seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Deste modo, a partir da análise dialógica das normas basilares do direito brasileiro delinea-se o efeito da implementação da plena capacidade das pessoas com deficiência nas relações de consumo, pois como afirma Gonçalves (2012, p. 27), deve-se buscar a unidade do sistema:

Digno de nota o fenômeno, que se vem desenvolvendo atualmente, da acentuada interferência do direito público em relações jurídicas até agora disciplinadas no Código Civil, como as contratuais e as concernentes ao direito de propriedade, por exemplo. [...] a ponto de se afirmar hoje que a unidade do sistema deve ser buscada, deslocando para a tábua axiológica da Carta da República o ponto de referência antes localizado no Código Civil.

No que tange as alterações operadas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência na legislação e seus reflexos na teoria das incapacidades, Diniz (2016), aponta em seu estudo que devido a influência dos direitos humanos, alguns atos

internacionais em que o Brasil é signatário foram firmados para tutelar a pessoa com deficiência, dentre esses pactos destacam-se:

a) Declaração das Nações Unidas sobre Direitos das Pessoas Com Deficiência, de 1975; b) Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra Pessoas Portadoras de Deficiência, de 1999; e c) Convenção Internacional sobre Direito das Pessoas com Deficiência (CDPD) e seu Protocolo Facultativo, assinados em New York, em 2007, ratificados no direito brasileiro, com a promulgação do Decreto n. 6949/2009, tendo status de emenda constitucional (CF, art. 5º, §3º) (DINIZ, 2016, p. 264).

O regime das incapacidades previsto no Código Civil antes de sua reforma pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, não obstante questões pontuais sobre a restrição dos atos das pessoas com déficits funcionais, não vão de encontro aos princípios consagrados na Constituição Federal de 1988, em especial no que diz respeito à dignidade da pessoa humana, nem aos previstos na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, pois visava preservar-lhes o patrimônio. Com a entrada em vigor do referido estatuto, o regime de incapacidade foi significativamente alterado, tornando a pessoa com deficiência plenamente capaz, o que gera discussões quanto à sua proteção patrimonial (in) suficiente.

Segundo Pereira (2015), a concretização e o reconhecimento do valor e princípio da dignidade da pessoa humana tiveram maior ênfase a partir da Lei 13.146 de 6 de julho de 2015, que estabeleceu o Estatuto da Pessoa com Deficiência modificando e revogando diversos artigos do Código Civil concernentes à capacidade da pessoa explanando em seu texto todo o progresso e a informação sobre a inclusão social.

A lei Nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, designado como Código Civil brasileiro, antes de sua reformulação das capacidades assim regulava o instituto:

Art. 3º São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:

I - os menores de dezesseis anos;

II - os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos;

III - os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.

Art. 4º São incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer:

II - os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido;

III - os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo;

Parágrafo único. A capacidade dos índios será regulada por legislação especial (BRASIL, 2002).

Após sua reformulação, *in verbis* a nova redação que instituiu uma mudança radical na descrição das capacidades civis do direito brasileiro:

Art. 3º São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesesseis) anos. (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015)

I - (Revogado);(Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015)

II - (Revogado);(Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015)

III - (Revogado);(Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015)

Art. 4º São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer:(Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015)

I - os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos;

II - os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido;

III - os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo;

II - os ébrios habituais e os viciados em tóxico;(Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015)

III - aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade; (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015)

IV - os pródigos.

Parágrafo único. A capacidade dos indígenas será regulada por legislação especial.(Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (BRASIL, 2002).

A teoria das incapacidades está inserida dentro do Direito Civil, e demanda entendimento sobre a formação da personalidade jurídica e o sujeito de direitos. O sujeito de direitos é aquele indivíduo que está suscetível de adquirir direitos e contrair obrigações. Logo a personalidade jurídica é inerente ao reconhecimento da pessoa de direitos consagrando-a na legislação civil e nos direitos constitucionais de vida, liberdade e igualdade (DINIZ, 2012; GONÇALVES, 2012).

Anteriormente a mudança promovida pelo o Estatuto estudado, falava-se em medidas de capacidade, e era dividida em capacidade plena e capacidade limitada. Porém a personalidade e a capacidade civil se complementam, ou seja, em vias materiais de direito, se o indivíduo tivesse reconhecida sua personalidade jurídica, porém não gozasse de capacidade plena, este estaria com seu direito segregado e condicionado a intermediação de terceiros.

Até o ano de 2015, era assegurado o direito de a pessoa com deficiência ter um curador para realizar a compra e venda, além de poder tomar algumas decisões em seu nome, já que esta era considerada incapaz, assim sendo, Gonçalves (2012), destaca que os indivíduos portadores da capacidade de direito ou de aquisição de direitos, mas não detentoras de fato ou de ação, tinham habilidade restrita e eram

chamadas de incapazes. Mas essa postura tinha como a finalidade protegê-las, devido as suas naturais deficiências, decorrentes em geral da idade, da saúde e do desenvolvimento mental e intelectual, assim sendo, a lei não lhes permitia o exercício pessoal de direitos, exigindo-se que sejam representados ou assistidos nos atos jurídicos em geral.

Tal ressalva mostra-se relevante tendo em vista que a inversão axiológica quanto à incapacidade prevista no Estatuto da Pessoa com Deficiência, para alguns doutrinadores como Martins (2016), acabou transformando o instituto em uma forma de discriminação, o que não era a intenção do legislador e tão pouco da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências e do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que lutam diariamente contra qualquer intenção direta ou indiretamente discriminatória.

Essa nova concepção relacionada com a dignidade humana estabelece uma perspectiva de responsabilidades sobre os atos civis realizados pelas pessoas com deficiência, ora antes sendo representada e atualmente fruto da vontade e representação direta do mesmo, diante disso, cabe destacar que:

Toda pessoa enquanto sujeito deve se responsabilizar pelos seus atos. Esta nova compreensão da capacidade civil é uma boa tradução e incorporação da noção e valorização da dignidade e dignificação do humano e alguns passos adiante da noção original de Immanuel Kant em sua clássica obra *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* (PEREIRA, 2015, p. 02).

De acordo com Zanatta (2008), o baldrame de um direito estabelece-se de duas formas distintas: a primeira discute um direito que se tem, que pode ser inquirido no ordenamento jurídico positivo, averiguando se existe um princípio válido que o reconheça; já na segunda, buscam-se delinear as razões para proteger a legitimidade do direito, na busca de tentar persuadir àqueles que atêm o poder para que possam reconhecê-los. Tendo em vista que o homem tem como hipótese o desejo inalterável de ver seus direitos reconhecidos em toda a plenitude. Diante desses preceitos, cabe destacar que:

A fim de satisfazer suas necessidades nas relações sociais, o homem adquire direitos e assume obrigações, sendo, portanto, sujeito ativo e passivo de relações jurídico-econômicas. O conjunto dessas situações jurídicas individuais, suscetíveis de apreciação econômica, designa-se patrimônio, que é, sem dúvida, a projeção econômica da personalidade; ao lado dos direitos reais temos os pessoais, como, p. ex., as relações entre credor e devedor. Porém, a par dos direitos patrimoniais e dos direitos pessoais a pessoa natural tem direitos da personalidade, o mesmo se diga da pessoa jurídica (CC, art. 52), pois se houver violação à sua imagem, à

sua honra objetiva etc., fará jus à reparação por dano moral (RT, 776:195, 734:507, 733:297 e 589, 727:123, 725:336; 716:2703; 680:85, 627:28; Súmula 227 do STF) (DINIZ, 2012, p. 131).

Entretanto, quando se fala dos direitos das pessoas com deficiências, é fundamental que estas tenham o amparo jurídico conforme apontado por Gonçalves:

Com o intuito de protegê-las, tendo em vista as suas naturais deficiências, decorrentes em geral da idade, da saúde e do desenvolvimento mental e intelectual, a lei não lhes permite o exercício pessoal de direitos, exigindo que sejam representados ou assistidos nos atos jurídicos em geral (2012, p. 102).

É nestes fundamentos que se pautava a incapacidade, a restrição legal do exercício de direitos, de causas transitórias e/ou permanentes. Sendo que a capacidade era considerada regra e a incapacidade, exceção. Exceção, sempre foi um termo conotativo de segregação, de distinção social e amplamente consideradas pelas pessoas com deficiência com caráter discriminatório de suas condições diferenciadas de vida.

Diante desse contexto os doutrinadores Kümpel e Borgarelli (2015), afirmam que o eixo do sistema de capacidade de fato (ou de agir) da pessoa natural é a cognoscibilidade e a autodeterminação, ou seja, que é inteiramente capaz para os atos da vida civil aquele que compreende e se autodetermina, conseqüentemente, tem total poder de gerenciar sua vida, seus negócios e seus bens, este é o discernimento relacionado a base desse instituto. Assim sendo, aquele que não compreende e nem se autodetermina necessita ser rigorosamente resguardado, e até mesmo de si próprio.

Toda essa argumentação doutrinaria corrobora com texto do artigo 84 do diploma estudado que consiste na seguinte sentença: “[...] a pessoa com deficiência tem assegurado o direito ao exercício de sua capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2015).

Conforme Diniz (2016, p. 269), é fundamental que a pessoa com deficiência tenha seus direitos assegurados como forma de promover a sua dignidade humana, assim sendo, cabe destacar que:

Em respeito à sua dignidade humana dever-se-á, isto sim: a) facilitar sua inclusão social e cidadania e seu tratamento terapêutico; b) preservar suas faculdades residuais; c) acatar suas preferências, escolhas, afetividade e crenças; d) eliminar barreiras e preconceitos; e) possibilitar sua realização pessoal e vocacional; f) aprimorar sua educação etc.

Tal é a preocupação frente aos possíveis danos oriundos dos novos direitos, que a Convenção em análise as relações patrimoniais em seu artigo 12, item 4 faz menção as obrigações do Estado em função de proteger e viabilizar o reconhecimento igual perante a lei.

4. Os Estados Partes assegurarão que todas as medidas relativas ao exercício da capacidade legal incluam salvaguardas apropriadas e efetivas para prevenir abusos, em conformidade com o direito internacional dos direitos humanos. Essas salvaguardas assegurarão que as medidas relativas ao exercício da capacidade legal respeitem os direitos, a vontade e as preferências da pessoa, sejam isentas de conflito de interesses e de influência indevida, sejam proporcionais e apropriadas às circunstâncias da pessoa, apliquem-se pelo período mais curto possível e sejam submetidas à revisão regular por uma autoridade ou órgão judiciário competente, independente e imparcial. As salvaguardas serão proporcionais ao grau em que tais medidas afetarem os direitos e interesses da pessoa (grifo nosso).

Contudo, os autores Kümpel e Borgarelli(2015), se dizem estarecidos diante dos fundamentos da lei 13.146/2015, que trazem muitas contradições, que talvez poucos doutrinadores tenham pensado que fosse ainda lacônico “desenhar” para os desavisados a definição dos artigos 3º e 4º do Código Civil, pois, dá a impressão que o legislador se esqueceu do próprio sentido de sua missão.

Assim sendo, deveria permanecer a vontade jurídica voltada para base da sistematização protetiva, mas é evidente que o pareamento de condições para o desempenho social deve ser estimulado por esses institutos. Por conseguinte, a vulnerabilidade da pessoa não pode nunca ser desconsiderada pelo ordenamento jurídico, isso é inquestionável. Contudo, adverso a isso a lei 13. 146/2015, ao mudar os art. 3º e 4º do Código Civil, desguarnece exatamente aquele que não tem nenhum poder de autodeterminação. Isso significa dizer que se trata de "autofagia legislativa" (KÜMPEL; BORGARELLI, 2015).

Os escritores Kümpel e Borgarelli (2015), destacam que de fato, a lei 13.146/2015 inclui as pessoas com deficiência e proporciona a elas a igualdade de condições, entretanto, isso as joga no grupo dos capazes, ou seja, daqueles que não auferem a proteção consubstanciada no aparelho das incapacidades/inabilidades, desse modo, os incluem para desprotegê-los e abandoná-los a sua própria sorte. Consequentemente, quem se importa se com isso, a pessoa com deficiência, acometida pelos males que foram expostos sofrerá?

Mas, o importante também é criar uma lei que, convencionalmente, apregoe a igualdade e despeje uma saraivada de princípios necessitados de significado.

Diante desse contexto, Diniz (2016, p. 271), assevera que:

Consequentemente, pessoas doentes (p. ex. com mobilidade reduzida) ou retardados mentais, apesar de lhes faltar discernimento, cegos e surdos poderão testemunhar em igualdade de condições com as demais pessoas, sendo-lhes assegurados, para tanto, todos os recursos de tecnologia assistiva ou ajuda técnica, ou seja, produtos, equipamentos, dispositivos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade relacionada à atividade que devem desempenhar e à sua participação, visando a sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (Lei n. 13.146/2015, art. 3º, III). Mas, pelo CPC/2015 art. 447, §1º, I, II e IV são incapazes para depor: como testemunhas: I - o interdito por enfermidade ou deficiência mental; o que, acometido por enfermidade ou retardamento mental, ao tempo em que ocorreram os fatos, não podia discerni-los, ou, ao tempo em que deve depor, não está habilitado a transmitir as percepções; o cego e o surdo, quando a ciência do fato depender dos sentidos que lhes faltam. Surge aqui uma antinomia aparente, cuja solução remete o julgador a uma simples interpretação e à aplicação do art. 5º da LINDB, não requerendo a edição de uma norma que esclareça a questão. Parece-nos que o mais viável seria admitir que o portador de deficiência possa testemunhar apenas no plano negocial, pois o art. 228 do CC (norma substantiva) não mais o arrota como incapaz de servir como testemunha, mas estaria impedido de prestar depoimento testemunhal no âmbito processual (CPC, art. 447, §1º-norma adjetiva).

É indubitável mencionar que as pessoas com deficiência possuem direito à igualdade de oportunidades e não podem sofrer nenhuma espécie de discriminação, além de terem assegurado o exercício de sua capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas. Mas, segundo Kümpel e Borgarelli(2015), ainda que tenha sido grande o apreço pela cientificidade da argumentação da nova lei, ela de modo algum afasta a sensibilidade de seres humanos e sociais (diversamente do legislador, que não resguardou qualquer das duas), portanto, elaboramos uma singela lista com os "alvos maiores" da lei 13.146, *in verbis*:

De uma tacada o legislador "assassinou":

- I) a proteção aos deficientes;
- II) o sistema das incapacidades;
- III) os direitos humanos;
- IV) todos os pontos normativos que a nova lei modifica (e não são poucos) (KÜMPEL; BORGARELLI, 2015, p. 05).

Diante do exposto acima, os doutrinadores Kümpel e Borgarelli(2015), ressaltam que excluíram elementos, que formam a base que até hoje serviu para resguardar certo grupo de pessoas, que é justamente aquele que o legislador se

propôs a defender. Desse modo, se a dignidade da pessoa humana é o eixo do sistema, então, como engessar o poder do juiz de proteger de forma plena alguém acometido por uma situação incapacitante é garantir essa dignidade? Além disso, o que protege melhor, a flexibilidade ou a rigidez? A possibilidade do amplo exercício do estado de direito por meio da jurisdição ou a sua inibição?

Nessa perspectiva, acredita-se que isso poderá gerar insuficiências na proteção dos sujeitos que visa colocar em ampla tutela, tornando imprescindível a identificação de eventuais riscos, em especial nas relações patrimoniais e negociais a partir do exercício de ponderações do ponto de vista hermenêutico e prático. Mas, conforme Diniz (2016), a CDPD apresenta uma inovação quanto a visão sócio humanitária e jurídica do indivíduo com deficiência, buscando sua reabilitação no seio da sociedade, sua independência e sua igualdade no exercício da capacidade jurídica, haja vista, que no preâmbulo está versado que a deficiência é vista como um conceito em evolução e que a deficiência é resultado da influência mútua entre pessoas com deficiência e as barreiras em decorrência das atitudes e do ambiente que anteparam a plena e efetiva participação desses indivíduos na sociedade em equidade de oportunidades com as demais pessoas.

De acordo com Diniz (2016, p. 267), as principais dúvidas quanto a lei 13.146/2015, está em relação ao deficiente mental, assim sendo, a seguir estão arroladas algumas perguntas e esclarecimentos sobre essas imprecisões,

[...] aqueles portadores de deficiência mental que se encontrarem, ao entrar em vigor a Lei n. 13.146/2015, sob interdição por incapacidade absoluta, passarão ser automaticamente capazes? Será que a novel lei poderia desconstituir *ipso iure* coisa julgada? Esse impasse se levanta porque é princípio fundamental de direito que as leis sejam aplicáveis a fatos anteriores à sua promulgação, desde que não tenha sido objeto de demandas, que não estejam sob o domínio da coisa julgada, nem configurem ato jurídico perfeito ou direito adquirido e, além disso, há um critério norteador da questão da aplicabilidade dos princípios da retroatividade e da irretroatividade, desde que não haja norma de direito intertemporal em sentido contrário, que poderá ser aplicado em conflito de leis no tempo: as normas sobre estado e capacidade das pessoas aplicam-se às que estiverem nas condições a que se referem. Assim, a lei nova concernente ao estado e capacidade da pessoa não poderia atuar sobre casos julgados já existentes.

É imprescindível destacar ainda, que a jurista Diniz, traz à baila as seguintes perguntas e conseqüentemente, arrola seu entendimento com embasamento nas ferramentas jurídicas, conforme versado no texto a seguir:

Será que a retirada do deficiente mental do rol dos absolutamente incapazes, declarado como tal em sentença de interdição antes do advento da Lei n. 13.146/2015 o atingiria ou não? Será que essa novel norma retroagiria, automaticamente, nessa hipótese? Será que poder-se-ia falar em relativização da coisa julgada, para que a nova lei abarque os deficientes mentais considerados por sentença prolatada antes de sua vigência, como absolutamente incapazes, tornando-os plenamente capazes? Será que as pessoas que hoje se encontram sob interdição por incapacidade absoluta, automaticamente, com a entrada em vigor da Lei n. 13.146/2015 passarão a ser tidas como capazes, ante a eficácia imediata dessa lei, por não se justificar a sua permanência num regime jurídico restritivo, que não mais existe no ordenamento jurídico? Parece-nos que não, diante da circunstância de a sentença de interdição ser constitutiva com eficácia declaratória, que produz efeitos *extunc*. Assim, mais viável seria que o interessado ou o Ministério Público promovesse em juízo, uma revisão, da situação de interdição para passá-lo à categoria dos relativamente incapazes, continuando sob curatela ou se o “incapaz” o quiser sob o regime de tomada de decisão apoiada ou, ainda, passar considerá-lo plenamente capaz (CPC, art. 505, I) (2016, p.267).

O Estatuto em si, é o reflexo do compromisso formal constituído pelo Brasil com as normas internacionais, materializando direitos que vem evoluindo com o decorrer do tempo, visão social e demanda direta dos atores sociais envolvidos.

Mesmo com todos os questionamentos e dúvidas, a lei supramencionada tem como principal objetivo assegurar e amparar a pessoa com deficiência no que diz respeito a sua dignidade e manutenção de preservação do seu patrimônio e do direito a realizar as transações financeiras que achar conveniente, sem a participação de um curador, entretanto, para isso é fundamental seguir alguns critérios, que também foram expostos no transcurso desse capítulo.

4 O RISCO PATRIMONIAL NA SOCIEDADE DE CONSUMO E A VULNERABILIDADE DO CONSUMIDOR DEFICIENTE

4.1 SOCIEDADE DE CONSUMO

Lipovetsky (2007) aborda que a expressão sociedade de consumo surgiu nos anos 20, entretanto, populariza-se no período de 50 e 60, conseqüentemente, continua até os dias atuais e, desse modo, tem definido a sociedade de consumidores na atualidade.

Ortigoza e Cortez (2009, p. 36), asseguram que:

O termo *sociedade de consumo* é uma das tentativas para entender as mudanças que vêm ocorrendo nas sociedades contemporâneas e refere-se à importância que o consumo tem recebido na construção das relações sociais e na formação e fortalecimento das nossas identidades. Dessa maneira, o nível e o estilo de consumo tornam-se a principal fonte de identidade cultural, de participação na vida coletiva, de aceitação em um grupo e de distinção com os demais.

O consumo está presente nas diversas esferas da vida social, econômica, cultural e política. Nesse processo, os serviços públicos, as relações sociais, a natureza, o tempo e o próprio corpo humano transformam-se em mercadorias.

Quando se fala de sociedade de consumo, Ortigoza e Cortez (2009) mencionam que em qualquer cultura, os bens são vistos como forma de manifestação concreta dos valores e da posição social de seus usuários. Tendo em vista que na atividade de consumo são desenvolvidas as identidades sociais e conseqüentemente, o indivíduo sente-se inserido a um grupo e que faz parte de redes sociais. Entretanto, o consumo abrange também uma coesão social, produção e reprodução de valores, e assim é vista como sendo uma atividade que abrange a tomada de decisões políticas e morais praticamente todos os dias. É indubitável mencionar que quando consome, de certa forma se manifesta a visão que se tem do mundo e da sociedade a qual está inserido. Diante do exposto, fica evidente que existe uma conexão entre valores éticos, escolhas políticas, visões sobre a natureza e condutas pertinentes às atividades de consumo.

Além disso, enfatizam que os produtos são criados de forma que proporcione nas pessoas a necessidade, o modismo leva a busca por mais e mais produtos, assim sendo, cabe destacar que:

A sociedade de consumo tem sua base no modo de vida urbano e está apoiada num sistema capitalista produtor de mercadorias. O espetáculo, o efêmero, a moda e a obsolescência impõem novas e consecutivas necessidades. Vivemos um tempo em que a produção de mercadorias não visa só atender à demanda, mas também criar a necessidade (ORTEGA, CORTEZ, 2009, p. 40).

Bauman (1999, p. 231), destaca que:

[...] o acesso da competência especializada aos mundos vivenciados pelos clientes (e vice-versa) é mediado pelo *mercado*. Os serviços especializados oferecidos diretamente ou embutidos em bens de consumo figuram no mundo moderno primariamente como mercadorias; ao mesmo tempo que servem às necessidades do consumidor, também trazem lucros para os agentes que os comerciam. Novas ofertas especializadas prometendo suprir (ou melhor, gerar) demanda ainda não satisfeita são, do ponto de vista do negociante, particularmente atraentes pelos ganhos extras que esperam auferir em função da escassez temporária de oferta. O mercado prospera com a novidade que torna os velhos estoques obsoletos e abre ou convoca novos mercados. As forças de mercado estimulam a novidade.

Na visão de Araújo (2010), o consumo é considerado um dos artifícios fundamentais na dinâmica das sociedades modernas, contudo, ele pode ser avaliado também como ponto de afluência entre a vida cotidiana, a cultura, a ordem político-econômica e o campo midiático, estabelecendo uma analogia de retroalimentação com estas grandezas.

Em uma perspectiva histórica, Barros, Oliveira e Cândido (2010) enfatizam que a moderna sociedade capitalista tem vivenciado uma busca constante por melhoramentos na qualidade de vida, conseqüentemente, isso representa os atuais padrões e níveis de consumo registrados.

Destarte, Ortigoza e Cortez (2009, p. 36), asseveram que:

O simples “consumo” é entendido como as aquisições racionais, controladas e seletivas baseadas em fatores sociais e ambientais e no respeito pelas gerações futuras. Já o consumismo pode ser definido como uma compulsão para consumir. Mas como fazer para não aderir ao perfil consumista? A fórmula clássica e aparentemente simples é distinguir o essencial do necessário e o necessário do supérfluo. No entanto é muito difícil estabelecer o limite entre consumo e consumismo, pois a definição de necessidades básicas e supérfluas está intimamente ligada às características culturais da sociedade e do grupo a que pertencemos. O que é básico para uns pode ser supérfluo para outros e vice-versa.

Mas, de acordo com Moreira (2009), a sociedade capitalista seguiu, por um lado à democratização do consumo e, por outro, à constante manifestação de novas e abstrusas precisões. Por isso, o ato de comprar deixou de ser fundamentado

apenas na ideia de agradar uma necessidade individual, passando a responder a uma necessidade social, ou seja, a necessidade de mostrar aos outros do grupo ou da classe social ao qual se pertence, aquilo que conquistou/comprou. Contudo, ligado a este crescimento do consumo, tem-se visto nos últimos anos o aumento do recurso ao crédito para os financiamentos. Relativamente o crédito melhorou o conforto e a qualidade de vida, ao possibilitar a realização das necessidades pessoais e sociais das pessoas.

Quando se trata da sociedade de consumo Bauman (2008), afirma que esta é considerada a reconstrução das afinidades humanas à similaridade das analogias mercantis, de maneira a construir uma sociedade que “interpela” seus membros na condição de consumidores e que conseqüentemente, não conhece e nem tem entendimento quanto às exceções (nem de gênero, nem de idade e nem de classe) para isso.

Moreira (2009) destaca também que, pode-se distinguir o consumo de acordo com a sua necessidade primária e o consumo supérfluo atende as necessidades terciárias. O tempo é também considerado um relevante fator essencial na categorização dos atos concernentes ao consumo, tendo em vista, que alguns bens são consumidos diariamente e, por conseguinte, devem ser substituídos, e outros são conservados ou armazenados para serem usados no futuro.

Esse crescimento no consumo tem causado a busca por espaços apropriados, portanto, “A massificação do consumo foi criando ao longo do tempo uma demanda crescente de espaços adequados para a realização da mercadoria. Nesse complexo processo, novas contradições emergem e o próprio espaço é também tornado mercadoria” (ORTIGOZA; CORTEZ, 2009, p. 23).

No contexto histórico relacionado ao consumo desenfreado dos últimos anos, Ortigoza e Cortez (2009), asseveram que o consumismo insurgiu na Europa Ocidental no século XVIII, e tem se espalhado ligeiramente para diferentes regiões do planeta, de diferentes maneiras. Contudo, o início do século XXI está sendo abalizado por intensas novidades que contrafazem as experiências das pessoas em relação ao consumo como, por exemplo, o desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação, a biotecnologia, o comércio por meio da *internet*, o debate ambientalista, a globalização etc. Porém, ao mesmo tempo, surgem novos tipos de protestos e reações ao consumismo que insurge nos dias atuais, o que tem levado a exigência de uma nova postura do consumerista.

Como reflexo do consumismo, vem ocorrendo um endividamento da população brasileira devido às linhas de crédito que estão cada dia mais facilitadas, assim sendo, Martins (2014), leciona que a concessão de crédito de forma simplificada e ilimitada começou a surgir diante do Judiciário, no decorrer dos anos, no formato de pedidos de revisão de contratos com embasamento no superendividamento dos consumidores. Além disso, cabe destacar que esse fenômeno se estabeleceu devido à oferta abundante do crédito facilitado no país. Dentre as modalidades de empréstimos, destacam-se: os empréstimos consignados, empréstimos pessoais, cartões de crédito, crédito direto ao consumidor e outros tipos que compõem uma extensa e variada gama de modelos contratuais que podem ser empregados por pessoas físicas para tomar dinheiro emprestado aos bancos e financeiras.

Além disso, Martins (2014, p.22), aponta também que essa facilitação que atualmente se encontra para realizar empréstimos e financiamentos têm causado sérias consequências, o que significa dizer que:

O resultado é que os indivíduos não usam o crédito de forma consciente e chegam ao superendividamento. O superendividamento do consumidor faz parte do rol de rupturas no organismo social, sendo claro que irregularidades como a alimentação, a saúde o desemprego, o desabrigo, a violência, dentre outras, chamam muito mais atenção, até mesmo por terem um maior potencial ofensivo dentro da sociedade moderna. Todavia, tal omissão afeta diretamente a dignidade do cidadão - consumidor que se vê em diversas vezes sem condições de prover suas necessidades mais básicas como os elementos supracitados.

Segundo os autores Ortigoza e Cortez (2009, p. 37), em decorrência da expansão da sociedade de consumo, que vem sendo amplamente influenciada pelo costume de vida do povo norte-americano, tendo em vista, que o consumo transformou-se em uma compulsão e um vício, que são acirrados pelas forças do mercado, da moda e da propaganda. Consequentemente, a sociedade de consumo acarreta carências e desejos, tanto materiais quanto simbólicos, portanto, os indivíduos passam a ser reconhecidos, avaliados e julgados por aquilo que consomem, vestem ou calçam, ou ainda, pelo carro e pelo telefone celular que ostentam em público.

Por fim, Ortega e Cortez (2009, p. 37), afirmam que a qualidade de vida e a felicidade atualmente têm sido cada vez mais associadas e reduzidas às aquisições/conquistas materiais. De modo, que este posicionamento acaba se

manifestando como um círculo vicioso, em que a pessoa trabalha para sustentar e ostentar um nível de consumo, diminuindo o tempo destinado ao lazer e a outras atividades e relações sociais.

4.2 O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E A VULNERABILIDADE DA SOCIEDADE

A Lei Nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 dispõe sobre a proteção do consumidor nas relações jurídicas em que a pessoa física ou jurídica adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final. Em seu artigo 4º declara que:

A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, **a proteção de seus interesses econômicos**, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios: (Redação dada pela Lei nº 9.008, de 21.3.1995)

I - **reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo**; (grifo nosso) (BRASIL, 1990).

Sobre a relevância do princípio da vulnerabilidade dentro da relação de Bessa (2009, p. 37 *apud*, Dobarro 2013, p. 10) afirma que:

[...] “a fragilidade do consumidor sintetiza a razão de sua proteção jurídica pelo Estado. O consumidor é a parte mais frágil nas mais diversas e variadas relações jurídicas estabelecidas no mercado de consumo”. No que concerne às relações de consumo, a fragilidade dos consumidores pressupõe uma tutela pelo Estado que atenda ao interesse dos desiguais, por ser vulnerável tecnicamente, economicamente ou juridicamente.

Vulnerabilidade é uma característica na qual um dos sujeitos da relação jurídica figura em pólo mais frágil, nessa perspectiva a premissa de igualdade é excluída, diante dessa especificidade necessita de cuidados especiais, o que deve ser preocupação do legislador e do aplicador da lei garantir tal proteção (MANASSÉS, 2013).

Ademais, vale ressaltar que a vulnerabilidade pode se apresentar de várias espécies, como vulnerabilidade técnica, vulnerabilidade jurídica, vulnerabilidade política ou legislativa, vulnerabilidade psíquica ou biológica, vulnerabilidade econômica e social, vulnerabilidade ambiental, sendo que todas essas

possibilidades podem emergir de uma única relação jurídica, ou seja, quanto mais vulnerável o consumidor maior as possibilidades de dano (BRITO; DUARTE, 2006).

Outra particularidade está sobre o outro pólo da relação consumerista, o fornecedor, que pode exercer sua função de forma não ética, dificultando ainda mais ou expondo a risco de dano quando não exerce de maneira protetiva sua função. Nesse sentido pode-se constatar pela expressão doutrinaria abaixo que:

[...] é notória a forma de atuar abusiva de grande parte das entidades poderosas economicamente, principalmente nos países de terceiro mundo, onde uma das marcas características é a desorganização da sociedade civil, com poucos instrumentos para se defender das práticas iníquas, como é o caso do Brasil. E, diga-se, a globalização econômica tão falada, não nos deixa mais tranquilos [sic], no que tange ao respeito aos direitos fundamentais, encontrando-se entre eles a defesa do direito do consumidor; ao contrário, as crescentes discussões sobre a ética na atividade das empresas multinacionais demonstram serem absolutamente necessários os instrumentos que garantam o direito das partes mais fracas nas relações jurídicas (GUIMARÃES, 1998, p. 48, *apud* DOBARRO, 2013, p. 14).

Não obstante a noção de vulnerabilidade, modernamente defende-se que em relação a determinados grupos específicos da sociedade, sobressai a chamada vulnerabilidade agravada, hipervulnerabilidade, que pode ser compreendida como uma situação social fática e objetiva em que se observa o agravamento da vulnerabilidade da pessoa física consumidora. Nesse agravamento poderia se classificar, por exemplo, os consumidores enfermos, os idosos, as crianças, os deficientes físicos e os analfabetos. O *estilo* de vida atual não deixa margem de dúvidas acerca das dificuldades desses sujeitos de direitos, ante a potencialização de lesões aos seus interesses, onde a velocidade das mudanças impõe barreira quase intransponível àqueles dotados de uma natural fragilidade física, psicológica ou até mental (SCHWARTZ, 2016).

Conforme o Recurso Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Nº 931.513 do Rio Grande do Sul (2007/0045162-7), tendo Relator o Ministro Carlos Fernando Mathias, relacionado a hipervulnerabilidade ficou estabelecido a seguinte decisão:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PROTEÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA, MENTAL OU SENSORIAL. SUJEITOS HIPERVULNERÁVEIS. Fornecimento de prótese auditiva. Ministério PÚBLICO. LEGITIMIDADE ATIVA *ad causam*. LEI 7.347/85 E LEI 7.853/89.

1. Quanto mais democrática uma sociedade, maior e mais livre deve ser o grau de acesso aos tribunais que se espera seja garantido pela Constituição e pela lei à pessoa, individual ou coletivamente.
2. Na Ação Civil Pública, em caso de dúvida sobre a legitimação para agir de sujeito intermediário Ministério Público, Defensoria Pública e associações, p. ex., sobretudo se estiver em jogo a dignidade da pessoa humana, o juiz deve optar por reconhecê-la e, assim, abrir as portas para a solução judicial de litígios que, a ser diferente, jamais veriam seu dia na Corte.
3. A categoria ético-política, e também jurídica, dos sujeitos vulneráveis inclui um subgrupo de *sujeitos hipervulneráveis*, entre os quais se destacam, por razões óbvias, as pessoas com deficiência física, sensorial ou mental.
4. É dever de todos salvaguardar, da forma mais completa e eficaz possível, os interesses e direitos das pessoas com deficiência, não sendo à toa que o legislador refere-se a uma "obrigação *nacional* a cargo do Poder Público e da sociedade" (Lei 7.853/89, art. 1º, 2º, grifo acrescentado).
5. Na exegese da Lei 7.853/89, o juiz precisa ficar atento ao comando do legislador quanto à finalidade maior da lei-quadro, ou seja, assegurar "o *pleno* exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência, e sua *efetiva* integração social" (art. 1º, *caput*, grifo acrescentado).
6. No campo da proteção das pessoas com deficiência, ao Judiciário imputam-se duas ordens de responsabilidade: uma administrativa, outra judicial. A primeira, na estruturação de seus cargos e serviços, consiste na exigência de colaborar, diretamente, com o esforço nacional de inclusão social desses sujeitos. A segunda, na esfera hermenêutica, traduz-se no mandamento de atribuir à norma que requer interpretação ou integração o sentido que melhor e mais largamente ampare os direitos e interesses das pessoas com deficiência.
7. A própria Lei 7.853/89 se encarrega de dispor que, na sua "aplicação e interpretação", devem ser considerados "os valores básicos da igualdade de tratamento e oportunidade, da justiça social, do respeito e dignidade da pessoa humana, do bem-estar, e outros indicados na Constituição ou justificados pelos princípios gerais de direito" (art. 1º, 1º).
8. Por força da norma de extensão ("outros interesses difusos e coletivos", consoante o art. 129, III, da Constituição de 1988; "qualquer outro interesse difuso ou coletivo", nos termos do art. 110 do Código de Defesa do Consumidor; e "outros interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis e homogêneos", na fórmula do art. 25, IV, alínea a, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), cabe ao Judiciário, para fins de legitimação *ad causam* na Ação Civil Pública, incorporar ao rol legal em *numerus apertus*, importa lembrar novos direitos e interesses, em processo de atualização permanente da legislação.
9. A tutela dos interesses e direitos dos hipervulneráveis é de inafastável e evidente conteúdo *social*, mesmo quando a Ação Civil Pública, no seu resultado imediato, aparenta amparar *uma única* pessoa apenas. É que, nesses casos, a ação é *pública*, não por referência à quantidade dos sujeitos afetados ou beneficiados, em linha direta, pela providência judicial (= critério quantitativo dos beneficiários imediatos), mas em decorrência da própria natureza da *relação jurídica-base de inclusão social imperativa*. Tal perspectiva que se apóia no pacto jurídico-político da sociedade, apreendido em sua globalidade e nos bens e valores ético-políticos que o abrigam e o legitimam realça a necessidade e a indeclinabilidade de *proteção jurídica especial* a toda uma categoria de indivíduos (= critério qualitativo dos beneficiários diretos), acomodando um feixe de obrigações vocalizadas como *jus cogens*.
10. Ao se proteger o hipervulnerável, a rigor quem verdadeiramente acaba beneficiada é a própria sociedade, porquanto espera o respeito ao *pacto coletivo de inclusão social imperativa*, que lhe é caro, não por sua

faceta patrimonial, mas precisamente por abraçar a dimensão intangível e humanista dos princípios da *dignidade da pessoa humana* e da *solidariedade*. Assegurar a *inclusão judicial* (isto é, reconhecer a legitimação para agir) dessas pessoas hipervulneráveis, inclusive dos sujeitos intermediários a quem incumbe representá-las, corresponde a não deixar nenhuma ao relento da Justiça por falta de porta-voz de seus direitos ofendidos.

11. Maior razão ainda para garantir a legitimação do *Parquet* se o que está sob ameaça é a saúde do indivíduo com deficiência, pois aí se interpenetram a ordem de superação da *solidão judicial do hipervulnerável* com a garantia da ordem pública de bens e valores fundamentais *in casu* não só a existência digna, mas a própria vida e a integridade físico-psíquica em si mesmas, como fenômeno natural.

12. A possibilidade, retórica ou real, de gestão individualizada desses direitos (até o extremo dramático de o sujeito, *in concreto*, nada reclamar) não os transforma de indisponíveis (porque juridicamente irrenunciáveis *in abstracto*) em disponíveis e de indivisíveis em divisíveis, com nome e sobrenome. Será um equívoco pretender lê-los a partir da cartilha da autonomia privada ou do *iusdispositivum*, pois a ninguém é dado abrir mão da sua dignidade como ser humano, o que equivaleria, por presunção absoluta, a maltratar a dignidade de todos, indistintamente.

13. O Ministério Público possui legitimidade para defesa dos direitos individuais indisponíveis, *mesmo quando a ação vise à tutela de pessoa individualmente considerada*. Precedentes do STJ.

14. Deve-se, concluir, por conseguinte, pela legitimidade do Ministério Público para ajuizar, na hipótese dos autos, Ação Civil Pública com o intuito de garantir fornecimento de prótese auditiva a portador de deficiência.

15. Recurso Especial não provido.

Com a aceitação do conceito da hipervulnerabilidade de determinados consumidores, pretende-se a aplicação do fundamento da proteção à dignidade da pessoa humana com o devido êxito, pois a Constituição abre margem interpretativa, propondo o reconhecimento e influência de interesses não patrimoniais sobre as relações privadas, além de prever o respeito às diferenças. Dessa forma, o princípio de proteção constitucional, de defesa do consumidor deve atuar sempre em conjunto e com o Estatuto da Pessoa Com Deficiência irradiando seu objetivo de proporcionar um tratamento compensador e protetivo na desigualdade inerente na relação de consumo. (PINHEIRO; DETROZ, 2012).

Nessa seara protetiva do ordenamento jurídico brasileiro, a busca pela integração dos sistemas legais é uma das formas de amenizar e atenuar as desigualdades desigualdade existente entre as partes da relação de consumo com precípua finalidade de assegurar a dignidade da pessoa humana, como fundamento do Estado Democrático de Direito.

4.3 A PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O RISCO PATRIMONIAL

Quando se fala do risco patrimonial na sociedade de consumo e a vulnerabilidade do consumidor deficiente, é importante destacar que toda pessoa deve ter seus direitos resguardados pelos aparatos legais, independentemente de sua condição física e psíquica.

No final do século XX verificaram-se intensas mudanças nos aparatos legais quanto às questões socioeconômicas devido à necessidade de uma nova ordem contratual derivada das relações de consumo. Como forma de assegurar e garantir os direitos dos cidadãos a Constituição Federal trouxe várias mudanças, dentre elas:

A Constituição da República seria promulgada em 5 de outubro de 1988, representando um divisor de águas também na história do direito privado brasileiro. Nela, os direitos de personalidade ganharam verdadeira cláusula geral, a de proteção e promoção da dignidade da pessoa humana. Nela, consagrou-se o princípio da pluralidade de formas de família, o da igualdade jurídica dos cônjuges, o da igualdade jurídica de todos os filhos. Nela, a função social da propriedade e, como consequência, dos contratos, ganhou contornos precisos e ousados. Foram criadas novas categorias de usucapião, com requisitos mais flexíveis e prazos menores. **A proteção do consumidor passou a ser tratada como um dos fundamentos da ordem econômica** (grifo nosso) (ROBERTO, 2003, p. 84).

Quando se fala da pessoa com deficiência e o risco patrimonial, é importante mencionar que as leis brasileiras têm passado por grandes mudanças a fim de ampará-las, sobretudo, quanto aos cuidados com seus bens e recursos financeiros. Para Trindade (2016), a sistematização jurídica concernente à conjectura das incapacidades e seus desdobramentos passou por intensas modificações, mas, o Código Civil brasileiro, que foi editado em 2002, ao qual é imputada a competência para se arrolar através da sistematização constitucional a proteção da dignidade da pessoa humana, não compreendeu em seu teor a admissão da autonomia absoluta dos indivíduos com deficiência.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência transformou o foco de abordagem das pessoas com deficiência, tendo como objetivo uma a inclusão social, materializando valores constitucionais, em especial a dignidade da pessoa humana em múltiplos níveis.

Não obstante se considere que a pessoa com deficiência obteve novas possibilidades de promoção de sua dignidade, quando se insere tal pessoa no contexto da sociedade do consumo, surgem divergências doutrinárias acerca dos riscos a que está sujeita.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência ao estabelecer que, atingida a maioridade civil, a pessoa com deficiência atinge a capacidade plena, trouxe para a doutrina o questionamento acerca dessa emancipação, os seus benefícios e os riscos a que está sujeita a pessoa com deficiência na sociedade de consumo.

Entretanto, o Brasil é um país, reconhecidamente, como aplicador da adoção de técnicas e medidas propostas à integração social, preservação da igualdade e respeito aos direitos humanos, principalmente, voltados para a dignidade humana. Sendo assim, através do aumento da autonomia dos indivíduos com deficiência, acompanhando a convergência que vem sendo mundialmente seguida, se presta à conservação do Brasil como país vanguardista na proteção das garantias individuais, além de contribuir para a consolidação do Estado Democrático de Direito.

Em decorrência da vulnerabilidade do consumidor, este é considerado como a parte frágil consumismo, entretanto, o Código de Defesa do Consumidor (CDC), estabelece normas que visam amparar esses indivíduos, principalmente, o deficiente Mallmann e Rodrigues (2015, p. 261), assim sendo:

No que concerne ao princípio da vulnerabilidade do consumidor em razão de se tratar de um conceito doutrinário, derivado da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) houve a análise exaustiva de artigos, livros e o texto da mencionada lei a respeito do tema. Sob essa perspectiva observou-se que o melhor conceito a ser explanado acerca do ponto em questão foi o trazido por Luiz Antonio Rizzatto Nunes, levando-se em conta aquilo que preceitua o caput do Art. 4º da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) cuja leitura é cristalina no sentido de que na medida em que se estabelecer que objetivo máximo das relações de consumo deve ser o atendimento real e integral às aspirações e necessidades dos consumidores, nesse sentido é que constitui um dever a atenção a diversos valores e em especial o respeito à sua dignidade, bem como uma blindagem de seus interesses econômicos, o que deve resultar em uma harmonia das relações de consumo. O que leva a perspectiva de que o consumidor dentro de uma relação de consumo é a parte mais frágil.

No que tange ao CDC, Lauro *et al.* (2015), asseguram que enquanto regra vigente, o referido Código posiciona-se na especialidade, manifesta-se norma em concordância com a realidade hodierna da pós-modernidade jurídica.

Nesse contexto de amparo a dignidade humana e no que se estabelece ao direito do incapacitado, Trindade (2016, p. 19), faz saber que:

Essa visão humanista foi inaugurada no Direito brasileiro por intermédio da Constituição Federal de 1988, sendo consolidada tal perspectiva com a

internalização no Direito pátrio da Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, que possui hierarquia constitucional, sobrepondo-se às normas infraconstitucionais estabelecidas pelo vigente Código Civil de 2002.

À vista desse panorama, é que se deu a evolução histórica do regime das incapacidades no Direito pátrio, inaugurando a interpretação civil-constitucional voltada para concretização dos novos paradigmas afetos à incapacidade civil, visando à humanização das relações privadas que envolvem pessoas incapazes.

Entretanto, o CDC além de buscar resguardar as questões que envolvem valores, se fundamenta ainda na busca pela dignidade da pessoa humana, pois, muitas vezes não são respeitados pelas organizações como devem ser nesse presságio Bittar assevera que:

A bandeira dos direitos humanos é hasteada no cume dos valores sociais, e torna-se a mais importante referência dos direitos para a sociedade como um todo, até mesmo um porto seguro para as ambições sócio-políticas e o termômetro dos regimes democráticos e antidemocráticos. De fato: "Segundo Erik Jaime (Jayme, 1995, p. 36), as características, os elementos da cultura pós-moderna no Direito seriam: o pluralismo, a comunicação, a narração, o que Jayme denomina de *leretourdessentiments*, sendo o *leitmotiv* da pós-modernidade a valorização dos Direitos Humanos (Marques, A crise científica do direito na pós-modernidade e seus reflexos na pesquisa. Arquivos do Ministério da justiça, 1998, p. 54)(2010, p. 518).

Lauro et al. (2015), enfatizam que a ideia de globalização leva a um conceito de unidade mundial, de uma compreensão que leve em consideração um parâmetro genérico para as ciências e para a conduta das pessoas. Entretanto, hoje em dia, ouve-se falar em múltiplos segmentos padronizados que são: mercado, economia, linguagem, e até mesmo em Direito. Isso ocorre devido a aproximação comercial entre o oriente e o ocidente, essa constatação elucubra de modo indireto no preceito jurídico brasileiro, principalmente, quando se diz respeito a defesa do consumidor, conforme prediz o CDC em seu art. 7º o emprego do Direito Comparado, que perfaz em relação aos tratados e convenções internacionais dos quais o Brasil é signatário, *in verbis*:

Art. 7º Os direitos previstos neste código não excluem outros decorrentes de tratados ou convenções internacionais de que o Brasil seja signatário, da legislação interna ordinária, de regulamentos expedidos pelas autoridades administrativas competentes, bem como dos que derivem dos princípios gerais do direito, analogia, costumes e equidade (BRASIL, 1990).

Ainda seguindo os preceitos apontados pelos autores Lauro *et al.* (2015, p. 93), a respeito os sujeitos desse novo desenho pós-moderno, é possível observar que existe um pluralismo, de forma que busca-se tutelar, de maneira especial aqueles avaliados vulneráveis, “trata o referido dispositivo de sujeitos como os próprios consumidores, trabalhadores, crianças e adolescentes, jovens, idosos, índios, mulheres, deficientes, negros, dentre outros”.

No campo consumerista, Nunes (2000, p. 106), menciona que a perspectiva levada ao consumidor dentro da relação instituída através do consumo, esse indivíduo é considerado pelos aparatos legais como sendo parte mais frágil, e como tal deve ter seus direitos resguardados, conforme aponta o texto a seguir:

[...] o consumidor é a parte fraca da relação jurídica de consumo. Essa fraqueza, essa fragilidade, é real, concreta, e decorre de dois aspectos: um de ordem técnica e outro de cunho econômico. O primeiro está ligado aos meios de produção, cujo conhecimento é monopólio do fornecedor. E quando se fala em meios de produção não se está apenas referindo aos aspectos técnicos e administrativos para a fabricação de produtos e prestação de serviços que o fornecedor detém, mas também ao elemento fundamental da decisão: é o fornecedor que escolhe o que, quando e de que maneira produzir, de sorte que o consumidor está à mercê daquilo que é produzido.

Koyama (2017, p. 13) trouxe à baila o Agravo de Instrumento nº 2016.003529-1, ajuizado pelo Relator: Des. João Rebouças, a saber:

EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. **CURATELA DE PESSOA RELATIVAMENTE INCAPAZ.** MODIFICAÇÃO DO CÓDIGO CIVIL PELO **ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.** DESPACHO COM CONTEÚDO DECISÓRIO DETERMINANDO A JUNTADA DE NOVO LAUDO MÉDICO PARA RESPONDER QUESITOS RELACIONADOS A QUESTÕES EXTRAPATRIMONIAIS. DILIGÊNCIA DESNECESSÁRIA. **CURATELA QUE DEVE SER LIMITADA A ATOS PATRIMONIAIS E NEGOCIAIS DA VIDA CIVIL.** INTELIGÊNCIA DA LEI Nº 13.146/2015. **CAPACIDADE PLENA DA CURATELANDA PARA EXERCER ATOS JURÍDICOS EXISTENCIAIS.** CONHECIMENTO E PROVIMENTO DO RECURSO. PRECEDENTES.

Tomou como base para o voto realizado, o artigo 85º, “caput” do mesmo ordenamento jurídico, destacando que a pessoa com deficiência tem o direito ao exercício de sua capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas, podendo ser restringindo, em certos casos, apenas a aptidão para exercer atos de natureza patrimonial e negocial.

“Art. 85. A curatela afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial” [...].

Dessa maneira, corroborando com o entendimento acima apresentado, Cleyson de Moraes Mello, afirma que hoje a capacidade jurídica é considerada no rol dos direitos humanos, por força do artigo 12 da convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, a qual o Brasil

incorporou no ordenamento jurídico com status constitucional e, também da Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Entretanto, o Decreto 6.949/2009, no artigo 12 diz que todos devem ter o seu direito resguardado pelas leis, ou seja, o reconhecimento igual perante a lei independentemente das suas condições físicas, intelectuais e psíquicas, portanto, o texto do referido artigo aborda que:

- 1.Os Estados Partes reafirmam que as pessoas com deficiência têm o direito de ser reconhecidas em qualquer lugar como pessoas perante a lei.
- 2.Os Estados Partes reconhecerão que as pessoas com deficiência gozam de capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas em todos os aspectos da vida.
- 3.Os Estados Partes tomarão medidas apropriadas para prover o acesso de pessoas com deficiência ao apoio que necessitarem no exercício de sua capacidade legal.
- 4.Os Estados Partes assegurarão que todas as medidas relativas ao exercício da capacidade legal incluam salvaguardas apropriadas e efetivas para prevenir abusos, em conformidade com o direito internacional dos direitos humanos. Essas salvaguardas assegurarão que as medidas relativas ao exercício da capacidade legal respeitem os direitos, a vontade e as preferências da pessoa, sejam isentas de conflito de interesses e de influência indevida, sejam proporcionais e apropriadas às circunstâncias da pessoa, se apliquem pelo período mais curto possível e sejam submetidas à revisão regular por uma autoridade ou órgão judiciário competente, independente e imparcial. As salvaguardas serão proporcionais ao grau em que tais medidas afetarem os direitos e interesses da pessoa.
- 5.Os Estados Partes, sujeitos ao disposto neste Artigo, tomarão todas as medidas apropriadas e efetivas para assegurar às pessoas com deficiência o igual direito de possuir ou herdar bens, de controlar as próprias finanças e de ter igual acesso a empréstimos bancários, hipotecas e outras formas de crédito financeiro, e assegurarão que as pessoas com deficiência não sejam arbitrariamente destituídas de seus bens (BRASIL, 2009).

Além disso, Koyama (2017, p. 13), aponta que no Agravo de Instrumento nº 2016.003529-1, que ajuizado pelo Relator: Des. João Rebouças, deixa evidente que:

[...] o direito das pessoas com deficiência a tomar decisões sobre a sua vida e desfrutar da sua capacidade jurídica, em condições de igualdade com os outros é uma das questões de direitos humanos mais importantes na Europa. Assim, o que se quer é uma postura de conhecimento, visando à eliminação de barreiras que impedem as pessoas com deficiência de tomar o controle de suas vidas e se tornarem cidadãos ativos contribuindo positivamente para a sociedade.

Para finalizar a análise, deve-se destacar que o Estatuto da Pessoa com Deficiência procurou quebrar paradigmas em relação às pessoas com deficiência. Verifica-se que é preciso haver um equilíbrio nas relações, para que, as pessoas com deficiência tenham igualdade e inclusão social garantidos, pois ter capacidade para poder tomar decisões faz parte da essência da dignidade.

Outra questão de suma relevância, que diz respeito aos direitos do consumidor, está relacionada a publicidade abusiva a Lei nº 8.078/1990 (CDC) no Art. 37, inciso 2º considera que:

É abusiva, dentre outras a publicidade discriminatória de qualquer natureza, a que incite à violência, explore o medo ou a superstição, se aproveite da deficiência de julgamento e experiência da criança, desrespeite valores ambientais, ou que seja capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança. (BRASIL, 1990).

Diante do exposto, é importante mencionar o que aborda o inciso III do art. 6º do CDC, que estabelece a informação adequada sobre um produto como um direito básico do consumidor “[...] a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem” (BRASIL, 1990).

Norat (2010) menciona que tem um viés mais amplo, que envolve todo e qualquer assunto relacionado a acometimentos reais contra a pessoa do consumidor, no seu significado coletivo. Essas ofensas se compendiam em publicidades discriminatórias; em conteúdo que possa estimular o consumidor à violência, que o leve a um comportamento prejudicial ou perigoso contra si ou contra outrem; explorar o medo ou a credence; aproveitar-se da deficiência de julgamento e inexperiência da criança/adolescente, além disso, estão abarcadas ainda qualquer forma de desrespeito a valores ambientais ou antagônicos à ética, a moral e ordem pública. Sendo assim, é imprescindível assegurar o que diz o art. 31 do CDC que faz saber:

A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores (BRASIL, 1990).

Seguindo esse pressuposto, Martins (2014), diz que é de suma relevância que o consumerista, antes de contratar qualquer serviço de crédito, tenha principalmente o conhecimento de seus futuros deveres e obrigações, para que possa manifestar de forma franca e consciente a sua vontade, para que não corra o perigo de ser surpreendido no futuro com determinada disposição contratual sobre a

qual não tinha informação. Consequentemente é importante apontar que nos contratos bancários, computados os de financiamento, cartão de crédito e empréstimo pessoal, a boa-fé objetiva se estabelece nos deveres impostos ao fornecedor de corroborar e cooperar com a parte contratual, acastelando o superendividamento do usuário.

Em complemento ao exposto acima, Martins (2014), destaca que o fornecedor está obrigado a evidenciar, de modo claro, objetivo, verdadeiro ao consumidor os termos do ajustamento a ser celebrizado. Sendo assim, não basta exclusivamente disponibilizar os dados, mas, é preciso que o cliente perceba efetivamente o que está sendo avisado. Acredita-se que desse modo o consumidor concretizará o contrato de forma consciente, atenuando, os riscos de danos e de insucesso de perspectivas.

Muitos indivíduos têm ficado com superendividamento nas agências bancárias/financeiras, no que se refere a isso Martins (2014, p. 31), diz que:

Embora seja de extrema importância o cumprimento das regras nas ofertas e nos contratos de crédito como forma de prevenir o superendividamento, as instituições financeiras vêm constantemente desobedecendo a esse dever de informação, logo, absolvendo do consumidor a possibilidade de pensar sobre as reais condições do negócio. Na prática é muito comum a oferta de crédito sem as características que estabelece o art. 31 e sem as informações necessárias que fixa o art. 52 do CDC. Mas, infelizmente, na grande maioria das vezes, os contratos de crédito ao consumo continuam a ser realizados sem a observação desses preceitos da informação e da transparência, possuindo cláusulas mal redigidas e obscuras, dificultando a compreensão pelo consumidor das reais responsabilidades e obrigações vindas do contrato.

Portanto, Trindade (2016), enfatiza que não obstante o acontecimento do Código Civil de 2002 ter sua validade iniciada em data atualizada, o que se compreende da análise concernente ao regime das incapacidades, é que o desígnio para conhecimento do assunto, tendo em vista, que mesmo no código mais atual, se encrava no ponto patrimonialista, não renovado por meio da relação com o antigo código civil, destoando da tônica de que a modificação de código, normalmente, acompanha uma mudança paradigmática. Assim sendo, a mudança da legislação que vela de modo eminente pelo amparo do incapaz sob a probabilidade patrimonial faz jus a revisão no sentido que o embasamento dado ao tema seja regularizado no desenvolvimento do indivíduo.

Diante da postura doutrinária negativa em relação a emancipação da pessoa com deficiência, pode-se observar também que o legislador não os deixou desamparados, ou a própria sorte. Pois mesmo com o avanço conceitual do código civil diante das capacidades, os meios de proteção ainda permaneceram previstos tanto neste código, como também no Estatuto da Pessoa com Deficiência além de inserir uma nova modalidade protetiva.

Tostes (2017) aborda essa perspectiva sob uma ótica positiva, pois os instrumentos previstos no Estatuto são aptos a protegê-las, apresentando-se como uma maneira eficaz para o apropriado funcionamento das sociedades e propiciando a proteção àqueles que necessitam.

Entretanto, por mais que o legislador paulatinamente busque aperfeiçoar os mecanismos de proteção, para que se possa adequá-los ao modelo personalista do direito civil constitucional, essas medidas são prioritariamente funcionalizadas ao campo estritamente patrimonial.

Em complemento, Lauro *et al.* (2015), enfatizam que em consequência desse pluralismo de opiniões, existe uma opulência em relação a proteção legislativa na pós-modernidade, isso acaba dando margem ao aparecimento de subversões no que se refere a aplicação dessas normas, conflitos esses que tendem a ser selecionados através de uma explanação distendida e conforme a norma constitucional, que se constitui como o instrumento maior em um ordenamento jurídico.

Rosenvald (2015) assevera que a tutela e curatela são medidas protetivas do indivíduo e dos bens daqueles que detêm limitada a habilidade de atuar, seja pela idade ou pela submissão a prévio processo de incapacitação, para que se possa evitar os riscos que essa carência possa cominar ao exercício das conjunturas jurídicas por parte de pessoas juridicamente vulneráveis.

É dizer as pessoas com deficiência devem ser agregadas a sociedade, porém, de forma que também sejam respeitadas as suas limitações, proporcionando a adequação às suas diferenças e consequentemente, afiançando a chance de demonstrarem suas vontades, que é a característica fundamental do indivíduo.

Segundo Rosenvald (2015), o art. 116 da Lei n. 13.146/15 cria um *tertiumgenus* quanto ao assunto relacionado aos modelos protetivos de pessoas em situação de vulnerabilidade. Além dos tradicionais estatutos da tutela e curatela brota-se a tomada de decisão apoiada.

Através da tomada de decisão apoiada, o beneficiário pode manter a capacidade de fato. Ainda que seja nos específicos atos em que possam ser coadjuvados pelos apoiadores, desse modo a pessoa com deficiência não passará por restrição em seu estado de plena capacidade, mas, somente será privada de legitimidade para exercitar episódicos e atos da vida civil.

Quanto aos respaldos jurídicos relacionados a incapacidade das pessoas com deficiência, as quais normalmente não tem como responder por seus bens patrimoniais e assegurar seus direitos consumeristas, Rosenvald (2015, p. 09), faz saber que:

Assim, pessoas com capacidade psíquica plena, porém vulneráveis, tais como deficientes físicos (v.g. tetraplégicos), obesos mórbidos, cegos, sequelados de AVC e portadores de outras enfermidades que as privassem da deambulação para a prática de negócios e atos jurídicos de cunho econômico, com base no art. 1.780 do CC/2002, poderiam se servir de sua autonomia para indicar um curador que se responsabilizaria por tais atribuições, sem que o representante judicial interferisse nas deliberações existenciais da pessoa curatelada, pois esta não sofreria nenhuma mitigação em sua autodeterminação.

Além disso, quanto à criação da Lei nº. 13.146/15 Tostes (2017, p. 08), afirma que:

Neste novo sistema criado pelo estatuto, a pessoa com deficiência, por sua iniciativa, nomeia pelo menos duas pessoas idôneas "com as quais mantenha vínculos e que gozem de sua confiança, para prestar-lhe apoio na tomada de decisão sobre atos da vida civil, fornecendo-lhes os elementos e informações necessários para que possa exercer sua capacidade." Verifica-se, portanto, que o novo instituto não necessariamente associa-se diretamente com o deficiente mental, podendo ser arguida por qualquer indivíduo que se enquadre como deficiente nos termos do Estatuto.

O objetivo da criação do instituto da tomada de decisão apoiada foi proporcionar um espaço para que o deficiente escolha as pessoas que iram auxiliá-lo nos atos de sua vida com base em uma rede de indivíduos no qual ele confia, evitando as situações que o processo de interdição defere a curatela à revelia e muitas vezes contrários ao interesse do curatelado.

Diante desse contexto, Rosenvald (2015, p. 03), destaca que:

Na iminência da vigência da Lei n. 13.146/15, vaticinamos que a tomada de decisão apoiada terá amplo espaço na zona gris que separa as pessoas com total autodeterminação e aquelas que não conseguem se fazer

compreender. Por inúmeras razões, um contingente enorme de seres humanos possuem limitações no exercício do autogoverno, não obstante preservem de forma precária a aptidão de se expressar e de se conectar com o mundo. Em prol dessas pessoas, caminho não será o binômio incapacidade relativa/curatela. A *tomada de decisão apoiada* (art. 1.783-A, CC) se coloca de forma intermediária entre os extremos das pessoas ditas normais – nos aspectos físico, sensorial e psíquico – e aquelas pessoas com deficiência qualificada pela curatela. A partir de janeiro de 2016, haverá uma gradação tripartite de intervenção na autonomia: a) pessoas sem deficiência terão capacidade plena; b) pessoas com deficiência se servirão da tomada de decisão apoiada, a fim de que exerçam a sua capacidade de exercício em condição de igualdade com os demais; c) pessoas com deficiência qualificada pela curatela em razão da impossibilidade de autogoverno serão interditadas.

De acordo com Tostes (2017), através da transição dos direitos do deficiente, tem-se como qualidade fundamental a necessidade dessas pessoas de se adequarem à forma como a sociedade em que elas estão inseridas é idealizada. Assim sendo, este modelo nada mais representa, do que uma necessidade da sociedade em adaptar o diferente ao padrão estabelecido como normal, consequentemente, torna-se necessário a modificação da pessoa para que ela pudesse ao máximo igualar-se com o protótipo considerado modelo ideal.

Destarte, não apenas o enfoque da inclusão dos indivíduos com deficiências é examinado neste padrão, mas, também a necessidade de participação e conscientização de toda a sociedade de forma ativa, tendo como objetivo as melhores condições de convívio entre a sociedade e as pessoas com deficiência, como característica principal a inclusão, constituindo como prioridade a sua aplicação o dever da sociedade em acomodar as pessoas conforme as diferenças de cada um.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo vislumbrou-se, realizar uma análise dos paradigmas jurisdicionais relacionados às mudanças da lei Nº 13.146 de 06 de julho de 2015, apontando as questões que envolvem o risco patrimonial na sociedade de consumo, tendo como base a vulnerabilidade do consumidor deficiente, principalmente, devido a sua incapacidade a qual está ligada à impossibilidade jurídica de realizar certos atos, sobretudo, quanto à compra e venda.

Entretanto, a tutela ou curatela é o paradigma que continuará sendo realizado para a concretização em casos em que os indivíduos nasceram ou adquiriram algum tipo de limitação durante a vida, que são as anomalias físicas ou mentais, as deformações congênitas, ou seja, quando se encontrar em condição de incapacidade absoluta, que deve ocorrer através da indicação expressa pelo Juiz. Esse é um direito que a pessoa com deficiência tem, sendo instituído por meio do Estado Democrático de Direito.

Mas, atualmente, o Estatuto da Pessoa com Deficiência diz que o deficiente tem direito de deliberar sobre suas vontades, em relação ao seu patrimônio, seja para comprar ou vender, portanto, ele é responsável por seus atos na tomada de decisão. Contudo, o CDC é uma das normativas que tem como função o amparo desses indivíduos, para resguardar e sanar as questões que envolvem valores, privando sempre pela dignidade da pessoa humana.

Por fim, é importante mencionar que as mudanças da lei Nº 13.146/2015, ainda causa divergências entre os doutrinadores quanto à segurança patrimonial das pessoas com deficiência, tendo em vista, que para alguns ela se constitui como uma forma de inserção social e de autonomia para esses, mas outros acreditam que isso coloca em risco seu patrimônio. Nessa perspectiva, sugerem-se novos estudos mais aprofundados sobre o tema, já que existe pouca literatura sobre o tema.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, João Ferreira. **Bíblia Sagrada Atualizada**. 2017. Disponível em: <<https://biblia.com.br/joao-ferreira-almeida-atualizada/>>. Acesso em: 14 nov. 2017.

ANSELMO, José Roberto e; VOLTOLIN, Elvis Donizeti. Direito à acessibilidade da pessoa com deficiência e inclusão social. **Revista do Curso de Direito da FSG** • ano 4, n. 8, jul./dez. 2010. disponível em: <file:///D:/Downloads/723-2075-1-PB%20(4).pdf>. Acesso em: 05 dez. 2017.

ARANHA, Maria Salete. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. **Revista do Ministério Público do Trabalho**, Ano XI, n. 21 março, 2001. pp.160-173. Disponível em:<http://devotuporanga.edunet.sp.gov.br/OFICINA/Educa%C3%A7%C3%A3oEspecial_PARADIGMAS_DA_RELA%C3%87%C3%83O_DA%20SOCIEDADE_COM%20_AS_PESSOAS_COM_DEFICI%C3%8ANCIA_19abril_2012.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2017.

ARAÚJO, Emily Gonzaga de. **Consumir para ser: o consumo na contemporaneidade sob um enfoque sociológico**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – Campina Grande – PB – 10 a 12 de Junho 2010. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2010/resumos/R23-0528-1.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

ARENDT, Hannah. Entre o Passado e o Futuro. São Paulo: Editora Perspectiva, 5 ed. 2001.

ASSIS, Olney Queiroz; POZZOLI, Lafayette. **Pessoa portadora de deficiência: direitos e garantias**. 2. ed. São Paulo: Damásio de Jesus, 2005.

BARROS, Fernanda de Sousa; OLIVEIRA, Verônica Macário de e; CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde. **A CONTEMPORANEIDADE DO CONSUMO NO CONTEXTO DA SUSTENTABILIDADE**: um estudo sobre consumo consciente. XXX ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO Maturidade e desafios da Engenharia de Produção: competitividade das empresas, condições de trabalho, meio ambiente. São Carlos, SP, Brasil, 12 a15 de outubro de 2010.

BARROSO, Luis Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. São Paulo: Saraiva, 2009.

BARROSO, Luís Roberto. Neoconstitucionalismo e Constitucionalização Do Direito (O triunfo tardio do direito constitucional no Brasil). **Revista Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, 240: 1-42, Abr./Jun. 2005. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/43618>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

BASTOS, Celso Ribeiro; MARTINS, Ives Gandra. **Comentários à Constituição do Brasil**: (promulgada em 5 de outubro de 1988), v. 9, arts. 233 a 246. ADCT. São Paulo: Saraiva, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para Consumo** – a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008.

_____. **Modernidade e Ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1999.

BERNARDI, Renato e; LAZAR, Rafael José Nadim de. Inclusão educacional da pessoa portadora de deficiência: benefícios e riscos. **RIDH** - Bauru, v. 1, n. 1, p. 103-114, dez. 2013. Disponível em: <[file:///D:/Downloads/157-589-1-PB%20\(1\).pdf](file:///D:/Downloads/157-589-1-PB%20(1).pdf)>. Acesso em: 05 dez. 2017.

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. O Direito na pós-modernidade. **Revista Sequência**, no 57, p. 131-152, dez. 2010. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&cad=rja&uact=8&ved=0CCsQFjAC&url=https%3A%2F%2Fperiodicos.ufsc.br%2Findex.php%2Fsequencia%2Farticle%2Fdownload%2F2177-7055.2008v29n57p131%2F13642&ei=__RxVYyjG67IsQSo64GwBw&usg=AFQjCNFXdqAqk416tWXA326Wjf7oBPp9rg&sig2=7KiWVfQkEFXVZagBjWI6w&bvm=bv.95039771,d.aWw>. Acesso em: 02 dez. 2017.

BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. São Paulo: Malheiros. 1998.

BRASIL. **Decreto Nº 3.956, de 8 de outubro de 2001**. Brasília/DF, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm>. Acessível em: 05 dez. 2017.

_____. **LEI Nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília/DF, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 05 dez. 2017.

_____. **Decreto Nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília/DF, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 05 dez. 2017.

_____. **Cartilha do Censo 2010 - Pessoas com Deficiência.** Org: OLIVEIRA, Luiza Maria Borges. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD). Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência, Brasília/DF: SDH-PR/SNPD, 2012. 32 p. disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/publicacoes/cartilha-do-censo-2010-pessoas-com-deficiencia>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

_____. **LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002.** Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, Institui o Código Civil. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm>. Acesso em: 05 dez. 2017.

_____. **Decreto Nº 678, de 06 de novembro de 1992:** Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0678.htm>. Acesso em: 16 nov. 2017.

_____. **Emenda Constitucional Nº 45, de 30 de Dezembro de 2004.** Altera dispositivos dos arts. 5º, 36, 52, 92, 93, 95, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 111, 112, 114, 115, 125, 126, 127, 128, 129, 134 e 168 da Constituição Federal, e acrescenta os arts. 103-A, 103B, 111-A e 130-A, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc45.htm>. Acesso em: 16 nov. 2017.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 04 maio 2017.

_____. **LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990:** Dispõe sobre a proteção do consumidor. Brasília/DF, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078.htm>. Acesso em: 05 dez. 2017.

BRITO, Alírio Maciel Lima de; DUARTE, Haroldo Augusto da Silva Teixeira. O princípio da vulnerabilidade e a defesa do consumidor no direito brasileiro: origem e consequências nas regras regulamentadoras dos contratos e da publicidade. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 11, n. 1109, 15 jul. 2006. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/8648>>. Acesso em: 5 dez. 2017.

Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM). **Regras Gerais sobre a Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiências:** Adotadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas na sua resolução 48/96, de 20 de Dezembro de 1993. 2017. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/RegGerIguaOportPesDef.html>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). **B-32: CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS "PACTO DE SAN JOSÉ DE COSTA**

RICA". Disponível em: <http://www.cidh.org/basicos/portugues/d.Convencao_Americana_Ratif..htm>. Acesso em: 16 nov. 2017.
CUNHA, Paulo Ferreira da; DIP, Ricardo. Breves Apontamentos Sobre o "Pacto de São José da Costa Rica". Coord. de Jaques Camargo Penteado. **In Justiça Penal.** 1978, p 150.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito Civil Brasileiro.** 1. Teoria Geral do direito civil. 29 ed. São Paulo: Saraiva 2012.

_____.A nova teoria das incapacidades. **Revista Thesis Juris (RTJ)**, eISSN 2317-3580, São Paulo, V. 5, N.2, pp. 263-288, maio-ago. 2016.

DOBARRO, Sergio Leandro Carmo. **A vulnerabilidade do consumidor à luz do princípio da dignidade da pessoa humana.** 2013. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=c6344b0ae32e496b>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

FARIA, Danielle de Oliveira Cabral. A inclusão da pessoa com deficiência na Constituição Brasileira de 1988 In: SIQUEIRA, Dirceu Pereira; SANTOS, Murilo Angeli Dias dos (org.). **Estudos contemporâneos de hermenêutica constitucional.** Birigui/SP: Boreal Editora, 2012. p.119-131.

FERNANDES, Lorena; SCHLESENER, Anita e; MOSQUERA, Carlos. Breve histórico da deficiência e seus paradigmas. **Rev. do núcleo de estudos e pesquisas interdisciplinares em musicoterapia**, Curitiba v.2, p. 132- 144, 2011. Disponível em: <http://www.fap.pr.gov.br/arquivos/File/extensao/Arquivos2011/NEPIM/NEPIM_Volume_02/Art08_NEPIM_Vol02_BreveHistoricoDeficiencia.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2017.

FONSECA, Ricardo Tadeu. **O trabalho protegido do Portador de Deficiência.** 2000. Disponível em: <http://www.ibap.org/ppd/artppd/artppd_ricardofonseca01.htm>. Acesso em: 01 out. 2017.

FREIRE, Samanta Araujo. **O Deficiente e o Mercado de Trabalho:** uma análise dos programas de qualificação profissional no município de Manaus. Manaus: UFAM, 2015. Disponível em: <<http://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/5078/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Samanta%20Ara%C3%BAjo%20Freire.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2017.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro.** vol.1: parte geral. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

GUGEL, Maria Aparecida. **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade.** 2007. Disponível em: <<http://www.ampid.org.br/Artigos/PD.Historia.phd>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

Instituto Nacional de Reabilitação (INR). **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.** 2014. Disponível em:

<<http://www.inr.pt/content/1/1187/convencao-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

JANNUZZI, Gilberta S. de M. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas: Autores Associados, 2004.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. **Deficiência múltipla e educação no Brasil: discurso e silêncio dos sujeitos**. Campinas: Autores Associados, 1999.

KOYAMA, Débora Fazolin. **Os reflexos da lei 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência – no sistema jurídico brasileiro**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Presbiteriana Mackenzie, para obtenção do Título de Bacharel em Direito, sob a orientação da Prof^a. Dra. Ana Cláudia Scalquette. São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://www.camarainclusao.com.br/artigos/os-reflexos-da-lei-13-1462015-estatuto-da-pessoa-com-deficiencia-no-sistema-juridico-brasileiro/>>. Acesso em: 02 dez. 2017.

KÜMPEL, Vitor Frederico e; BORGARELLI, Bruno de Ávila. As aberrações da lei 13.146/2015: "A vulnerabilidade do indivíduo não pode nunca ser desconsiderada pelo ordenamento. Isso é óbvio". **Revista migalhas**, 2015. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI224905,61044-As+aberracoes+da+lei+131462015>> acesso em: 02 dez. 2017.

LARAIA, Maria Ivone Fortunato. **A pessoa com deficiência e o direito ao trabalho**. Dissertação apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação do Professor Doutor Paulo Sérgio João. SÃO PAULO 2009. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp121701.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

LAURO, Rogério Gomes de *et al.* O código de defesa do consumidor no contexto do ordenamento jurídico brasileiro e a teoria do diálogo das fontes. **InterSciencePlace - Revista Científica Internacional**, nº 2, vol 10, artigo nº 5, abril/junho de 2015. disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/o_codigo_de_defesa_do_consumidor_no_contexto_do_ordenamento_juridico_brasileiro_e_a_teor_i_a_do_dialogo_das_fontes.pdf>. Acesso em 02 dez. 2017.

LIPOVETSKY, Gilles. **A felicidade paradoxal**. Ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MALLMANN, Querino e; RODRIGUES, Ronald Pinheiro. O princípio da vulnerabilidade do consumidor frente ao direito de marca. **PIDCC**, Aracaju, Ano IV, Volume 09 nº 03, p.255 a 263 Out/2015. Disponível em: <<http://pidcc.com.br/artigos/102015/11102015.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

MANASSÉS, Diogo Rodrigues. Vulnerabilidade, hipossuficiência, conceito de consumidor e inversão do ônus da prova: notas para uma diferenciação. **ConteúdoJuridico**, Brasília/DF: 17 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.43983>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

MARTINS, Andreia Fernanda de Souza. A aplicação da dignidade da pessoa humana e da boa-fé ao superendividamento no Brasil. **COLEÇÃO CONPEDI/UNICURITIBA** - Curitiba - PR.: vol.8. Clássica Editora, 2014.

MARTINS, Silvia Portes Rocha. O estatuto da pessoa com deficiência e as alterações jurídicas relevantes no âmbito da capacidade civil. **Revista dos Tribunais**. vol. 974/2016 | p. 225 - 243 | Dez / 2016.

MAZZOTTA, Marcos J.S. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas**. 5 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

MIRANDA, Mariana Almeida Picanço de. **Poder Judiciário brasileiro e a proteção dos direitos humanos**: Aplicabilidade e incorporação das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Dissertação de Mestrado apresentado a Fundação Getúlio Vargas (FGV), Orientador José Ricardo Cunha. Rio de Janeiro, 2009. 126 f. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/4219/DMPPJ%20-%20MARIANA%20ALMEIDA%20PICAN%C3%87O%20DE%20MIRANDA.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

MOREIRA, Filipa Ramos. O consumo e o crédito na sociedade contemporânea. **Gestão e Desenvolvimento**, 19 (2011), 91-114. Disponível em: <O consumo e o crédito na sociedade contemporânea. **Gestão e Desenvolvimento**, 19 (2011), 91-114>. Acesso em: 05 dez. 2017.

NORAT, Markus Samuel Leite. **Direito do consumidor**: oferta e publicidade. São Paulo: Anhanguera, 2010.

NUNES, Luiz Antonio Rizzatto. **Comentários ao Código de Defesa do Consumidor**: direito material (arts. 1º a 54). São Paulo: Saraiva, 2000,

OLIVEIRA, Lilia Candella de. **Visibilidade e Participação Política**: Um estudo no Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência em Niterói. Dissertação apresentada ao Centro de Ciências Sociais – PUC-Rio, orientadora Ilda Lopes Rodrigues da Silva. Rio de Janeiro 2010. Disponível em: <http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0812002_10_pretextual.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2017.

ORTIGOZA, Silvia Aparecida Guarniere e; CORTEZ, Ana Tereza C.(org.). **Da produção ao consumo**: impactos socioambientais no espaço urbano. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

Organização das Nações Unidas (ONU). **Resolução da ONU nº 37/52, de 03 de dezembro de 1982**. Disponível em: <<http://www.mpdf.mp.br/deficiencia/index.php/legislacao/1-direitos-basicos-competencia-politica-geral-e-assistencia-social/17-apendice-n-1/13-uniao/uniao-resolucoes/714-resolucao-da-onu-n-3752-de-03-de-dezembro-de-1982>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

_____. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. UNIC/Rio/005. jan. 2009. Disponível em <www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>. Acesso em: 01 out. 2017.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **PROCESSO FAMILIAR: Lei 13.146 acrescenta novo conceito para capacidade civil.** Consultor Jurídico (CONJUR), 2015. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2015-ago-10/processo-familiar-lei-13146-acrescenta-conceito-capacidade-civil>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

PINHEIRO, Rosalice Fidalgo; DETROZ, Derlayne. A hipervulnerabilidade e os direitos fundamentais do consumidor idoso no direito brasileiro. **Revista Luso-Brasileira de Direito do Consumo** - Vol. 2. n. 4. dezembro 2012. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/72701/hipervulnerabilidade_direitos_fundamentais_pinheiro.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2017.

Procuradoria Geral do Estado de São Paulo. **TRATADO INTERNACIONAL: Convenção Americana de Direitos Humanos (1969).** (Pacto de San José da Costa Rica). Disponível em: <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/sanjose.htm>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

ROBERTO, Giordano Bruno Soares. **Introdução à história do direito privado e da codificação:** uma análise do novo Código Civil. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

ROSENVALD Nelson. **A TOMADA DE DECISÃO APOIADA – Primeiras linhas sobre um novo modelo jurídico promocional da pessoa com deficiência** 2015. Disponível em: <http://www.mpggo.mp.br/portal/arquivos/2016/08/01/14_08_08_161_Artigo_jur%C3%ADdico_A_TOMADA_DE_DECIS%C3%83O_APOIADA_Por_Nelson_Rosenvald.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2017.

SCHWARTZ, Fabio. TRIBUNA DA DEFENSORIA: A Defensoria Pública e a proteção dos (hiper)vulneráveis no mercado de consumo. Revista **Consultor Jurídico**, 19 de julho de 2016. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2016-jul-19/protecao-hipervulneraveis-mercado-consumo>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

SILVA, Otto Marques. **A Epopeia Ignorada:** a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje. São Paulo: CEDAS, 1987. disponível em: <<https://issuu.com/amaurinolascosanchesjr/docs/-a-epopeia-ignorada-oto-marques-da>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

SILVA, Cristina Aparecida da. **Pessoa com deficiência: inclusão social no âmbito trabalhista?** 2012. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,pessoa-com-deficiencia-inclusao-social-no-ambito-trabalhista,40134.html>>. Acesso em: 05 dez. 2017

SEGALLA, Juliana Izar Soares da Fonseca e; MARTA, Taís Nader. **A DIGNIDADE HUMANA COMO FUNDAMENTO DE UMA SOCIEDADE INCLUSIVA:** a importância da escola. 2013. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod= a69ce85561d92b45>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

Superior Tribunal de Justiça (STJ). **RECURSO ESPECIAL: REsp 931513 RS 2007/0045162-7.** 2007. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/16804625/recurso-especial-resp-931513-rs-2007-0045162-7/inteiro-teor-16804626>>. Acesso em: 05 dez. 2015.

TOSTES, Camila Strafacci Maia. A repercussão do estatuto da pessoa com deficiência no regime da capacidade civil. **Revista de Direito Privado** | vol. 75/2017 | p. 63 - 77 | Mar / 2017.

TRINDADE, Ivan Gustavo Junio Santos. **Os reflexos do estatuto da pessoa com deficiência (lei nº. 13.146/15) no sistema brasileiro de incapacidade civil.** [manuscrito]. Dissertação apresentada a Universidade Católica de Goiás, sob a orientação da Professora Doutora Luciane Martins de Araújo. Goiânia/GO, 2016. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/ivan_gustavo_junio_santos_trindade.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2017.

ZANATTA, Beatriz Aparecida. A Abordagem Cultural na Geografia. **Temporis(ação) (UEG)**, v.1, p. 249-262, 2008. Disponível em: <<http://www.nee.ueg.br/seer/index.php/temporisacao/article/view/28/45>>. Acesso em: 30 nov. 2017.